



Estado do Pará
Câmara Municipal de Belém
Diretoria Legislativa

AVULSO Nº 019

DA 1ª PARTE DA ORDEM DO DIA

30ª Sessão Ordinária

Belém, 25 de 06 de 2025

Aprovado o Parecer *plausível*
Em Sessão de *24* / *06* / *2025*
[Signature]
Tema: *data*

COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS

PROCESSO Nº. 974/2025

AUTOR (A): Prefeitura Municipal de Belém

ASSUNTO: Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026 e dá outras providências. (LDO)

PARECER

Considerando o que dispõe a Resolução nº15/92- Regimento Interno deste Poder Legislativo em sua alínea “a” e “d”, inciso II do art. 42, devendo esta Comissão opinar “sobre proposições referentes à matéria tributária municipal e/ou que possam alterar despesa ou receita do Município que tramitam nesta Casa de Leis e encaminhar e emitir parecer sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual...”

Observa-se que o projeto atende as prerrogativas contidas na Constituição Federal, Lei Orgânica do Município de Belém e Regimento Interno tendo a proposição no que tange ao seu âmbito econômico e orçamentário, cumprida todas as normas quanto da apresentação dos anexos de metas fiscais e o anexo de riscos fiscais, bem como anexo de programas de trabalho a serem executados e outros.

Em virtude desses aspectos apresentados, cabe a esta Comissão de Economia analisar o Projeto e deliberar sobre a proposição no que tange ao seu âmbito econômico e orçamentário.

Observando o conteúdo da propositura e dada a sua devida relevância e contribuição para o município, não foi encontrado óbice que impedisse a sua tramitação.

Sala das Comissões Técnicas da Câmara Municipal de Belém

[Signature]
Vereador
Belator

[Signature]
RM

[Signature]

**PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS AS EMENDAS AO
PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS -
LDO 2026 - DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL**

PARECER FAVORÁVEL

As emendas abaixo relacionadas estão aptas a sua aprovação pelo soberano plenário, visto que apresentam propostas que aperfeiçoam o referido projeto de lei nas suas alterações, acréscimos, e inovações, são elas:

Emenda: 008 - Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente correta, pois atende os requisitos técnicos estabelecidos na legislação.

Emenda: 011 Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente correta, pois atende os requisitos técnicos estabelecidos na legislação.

Emenda: 015 Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente correta, pois atende os requisitos técnicos estabelecidos na legislação.

Emendas: 20, 21, 22 e 23 - Vereadora: Nay Barbalho - As emendas propostas apresentam-se tecnicamente corretas, pois atendem os requisitos técnicos estabelecidos na legislação.

Emenda: 41 - Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis -: A emenda proposta apresenta-se tecnicamente correta, pois atende os requisitos técnicos estabelecidos na legislação.

Nº da Emenda: 043 - Vereador: John Wayne - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente correta, pois atende os requisitos técnicos estabelecidos na legislação.

Nº da Emenda: 044 -: Vereador: John Wayne - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente correta, pois atende os requisitos técnicos estabelecidos na legislação.

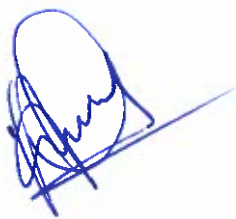
Nº da Emenda: 045- Vereador: John Wayne - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente correta, pois atende os requisitos técnicos estabelecidos na legislação.

Nº da Emenda: 047- Vereador: John Wayne - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente correta, pois atende os requisitos técnicos estabelecidos na legislação.

Nº da Emenda: 050 - Vereador: John Wayne - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente correta, pois atende os requisitos técnicos estabelecidos na legislação.

Sala das Comissões Técnicas, em 24 de junho de 2025.

Relator



10 de junho de 2025



EMENDA Nº 07 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda modificativa ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §4º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:

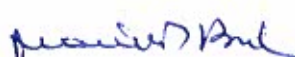
Art. 1º. O parágrafo único do art. 12 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 passa a vigorar com a seguinte redação:


"Art. 12...

Parágrafo Único. A contratação de novos empréstimos estará condicionada a **aprovação** da Câmara Municipal de Belém, com a verificação do endividamento do Município e aos limites e condições definidos pelo Senado Federal."

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025


MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL


VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 008

EM, 11 06 25

ÀS 10 45 H



EMENDA Nº 10 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda aditiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §3º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:

Art. 1º. Incluir o inciso IX ao art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, com a seguinte redação:

“Art. 20 ...

IX - Políticas públicas à defesa e proteção dos animais”

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025

MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL

VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 011

EM, 11 06 25

AS 10 45 H



EMENDA Nº 14 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda aditiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §3º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:

Art. 1º. Incluir o inciso IX ao art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, com a seguinte redação:

“Art. 20 ...

IX - Políticas de regularização fundiária e reforma urbana”

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025

MARINOR BRITO

Vereadora de Belém

Líder do PSOL

VIVI REIS

Vereadora de Belém

Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 015

EM, 17 06 25

AS 10.45 H

EMENDA _____/2025

EMENDA AO PROJETO DE LEI DAS DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS PARA O PERÍODO DE 2026, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.


A Vereadora que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do artigo 91 do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2026:

Art. 1º Acrescenta o inciso IX ao artigo 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2026, que passa a constar com a seguinte redação:

“Art. 20 [...]

IX – a manutenção e o fortalecimento dos estabelecimentos que prestam atendimento especializado às pessoas com deficiência.”

Salão Plenário Jornalista Laércio Barbalho, Belém/PA, em 18 de junho de 2025.



Nay Barbalho - PP
Vereadora de Belém



EMENDA _____/2025

EMENDA AO PROJETO DE LEI DAS DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS PARA O PERÍODO DE 2026, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Vereadora que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do artigo 91 do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2026:

Art. 1º Altera o inciso VIII do artigo 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2026, que passa a constar com a seguinte redação:

“Art. 20 [...]

VIII - Ampliação e execução de projetos habitacionais para o município de Belém, com destinação prioritária às famílias com pessoas com deficiência, mulheres em situação de violência doméstica e idosos em risco social”.

Salão Plenário Jornalista Laércio Barbalho, Belém/PA, em 18 de junho de 2025.



Nay Barbalho - PP
Vereadora de Belém



EMENDA ____/2025

EMENDA AO PROJETO DE LEI DAS DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS PARA O PERÍODO DE 2026, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.


A Vereadora que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do artigo 91 do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2026:

Art. 1º Acrescenta o parágrafo quinto ao artigo 55 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2026, que passa a constar com a seguinte redação:

“Art. 55 [...]

§5º A estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal deverá observar, em sua composição e nos atos de provimento de pessoal, a reserva de percentual mínimo de cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência, nos termos da legislação vigente.”

Salão Plenário Jornalista Laércio Barbalho, Belém/PA, em 18 de junho de 2025.



Nay Barbalho - PP
Vereadora de Belém



EMENDA ____/2025

EMENDA AO PROJETO DE LEI DAS DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS PARA O PERÍODO DE 2026, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

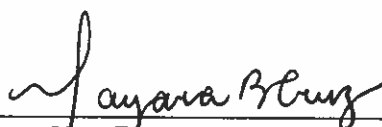
A Vereadora que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do artigo 91 do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2026:

Art. 1º Altera o parágrafo único do artigo 32 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2026, que passa a constar com a seguinte redação:

“Art. 32 [...]

Parágrafo único. É vedada a destinação de recursos públicos a entidades privadas cujos sócios ou proprietários tenham sido condenados em processos criminais transitados em julgado por violência contra mulheres, crianças e adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência e, pela prática do crime de racismo, injúria racial (art. 140,§3, cp) ou outro tipificado na lei federal nº 7.716/1989”.

Salão Plenário Jornalista Laércio Barbalho, Belém/PA, em 18 de junho de 2025.



Nay Barbalho - PP
Vereadora de Belém





EMENDA AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda substitutiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §1º do Regimento Interno.

Propomos, nos termos do art. 71, VII, c/c art. 91, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis emenda para substituir a redação do V do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º.

...

V - Implementar políticas públicas com ênfase a geração de trabalho, emprego e renda com ênfase ao desenvolvimento socioeconômico;

Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, 18 de junho de 2025

Marinor Brito

MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL

Vivi Reis

VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 041

EM, 18 06 25

ÀS 9.34 H

^



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

EMENDA Nº 043

EM, 11 06 25

ÀS 11 : 08 H

Emenda aditiva ao Parágrafo 2º do art. 2º do Projeto de Lei de iniciativa do Executivo Municipal referente a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026

§2º As metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício de 2026 poderão ser modificadas, mediante autorização do Poder Legislativo e através de emendas dos vereadores, para atender necessidades econômicas e sociais advindas de consequências provocadas por fatos supervenientes imprevisíveis ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, reconhecidas pelo poder público.

Justificativa: Fala em autorização ao Poder Executivo pelo Legislativo, para modificação das metas e prioridades para 2026, não fica claro se os vereadores também podem fazer emendas para modificar as metas e prioridades.

Câmara Municipal de Belém, em 17 de junho de 2025

Vereador

JOHN WAYNE	JOHN WAYNE
HOLANDA	HOLANDA
PARENTE:661525	PARENTE:661525
34291	34291



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

EMENDA Nº 044

EM, 18 06 25

AS 11 : 08 H

Emenda aditiva ao item IV do art. 9º do Projeto de Lei de iniciativa do Executivo Municipal referente a Lei de Diretrizes Orçamentarias para o exercício de 2026

Art. 9º Constituem receitas do Município as arrecadadas pela Administração Direta e Indireta Municipal, provenientes:

IV - de empréstimos e financiamentos com prazo superior a doze meses, autorizados por Lei específica, **pela Câmara Municipal de Belém** vinculada a obras e serviços públicos, bem como suas contrapartidas;

Justificativa: Seria conveniente incluir "autorizados pela Câmara Municipal de Belém", desse forma a redação do item fica mais claro e transparente.

Câmara Municipal de Belém, em 17 de junho de 2025

Vereador

JOHN WAYNE	JOHN WAYNE
HOLANDA	HOLANDA
PARENTE:661525	PARENTE:66152
34291	534291



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

EMENDA Nº 045

EM, 19 06 25

AS: 11 : 08 H

Emenda aditiva ao Parágrafo Único do art. 12 do Projeto de Lei de iniciativa do Executivo Municipal referente a Lei de Diretrizes Orçamentarias para o exercício de 2026

Parágrafo único do art. 12. A contratação de novos empréstimos estará condicionada a apreciação e autorização da Câmara Municipal de Belém, com a verificação do endividamento do Município, assim como com todos os estudos de impactos e documentos determinados nos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e aos limites e condições definidos pelo Senado Federal.

Justificativa: Desse modo se cumprirá todos os requisitos legais determinados pela Legislação vigente para a contratação de novos empréstimos que acarretarão aumento de despesa e da Dívida Pública Municipal.

Câmara Municipal de Belém, em 17 de junho de 2025

Vereador

JOHN WAYNE	JOHN WAYNE
HOLANDA	HOLANDA
PARENTE:6615253	PARENTE:6615253
4291	4291



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

EMENDA Nº 047

EM, 18 06 25

AS: 11 : 08 H

Emenda aditiva ao art. 20 do Projeto de Lei de iniciativa do Executivo Municipal referente a Lei de Diretrizes Orçamentarias para o exercício de 2026

Art. 20. A Administração Pública Municipal adotará como critério à destinação de recursos do Tesouro Municipal:

- I – alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS;
- II – projetos e ações relacionadas a políticas de inclusão social, prioritariamente, nas áreas com maiores níveis de exclusão social;
- III – desenvolvimento econômico e sustentabilidade com preservação do meio ambiente;
- IV - promoção dos direitos humanos, com melhoria das condições de inclusão, acessibilidade e mobilidade com ênfase na qualidade de vida e respeito à mulher e a pessoa com deficiência.
- V - implementar políticas públicas com ênfase a geração de trabalho, emprego e renda com ênfase ao desenvolvimento econômico;
- VI – estimular a ampliação de investimentos em infraestrutura e de alternativas de melhoria da prestação de serviços públicos mediante a autorização, concessão, permissão e parcerias públicas privadas;
- VII – Melhoria dos serviços de segurança oferecidos à população;
- VIII – Ampliação e execução de projetos habitacionais para município de Belém;
- IX – Fomento as políticas públicas ligadas a Cultura, Esporte e Lazer;**
- X – Introduzir políticas públicas voltadas a priorização da primeira infância;**
- XI – Desenvolvimento de políticas públicas de valorização dos servidores municipais.**

Justificativa: Desse modo atenderão a políticas públicas que atenderão as demandas da sociedade municipal, assim como atende recomendação do Tribunal de Contas do Municípios - TCM quanto a priorização de recursos para primeira infância.

JOHN WAYNE	JOHN WAYNE
HOLANDA	HOLANDA
PARENTE:66152	PARENTE:66152
534291	534291



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

EMENDA Nº 050

EM, 18 06 25

AS: 4 : 00 H

Aditar o art. 74 ao Projeto de Lei de iniciativa do Executivo Municipal referente a
Lei de Diretrizes Orçamentarias para o exercício de 2026

Art. 74. As emendas de bancada ao projeto de lei orçamentária anual serão:

I – aprovadas no limite de 1,00% (um por cento) da receita corrente líquida do ano anterior; e

Justificativa: as emendas de bancada são uma forma de atuação coletiva dos vereadores, representando a voz do partido ou grupo político na discussão do orçamento e dessa forma atender as demandas da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental da nossa cidade.

Câmara Municipal de Belém, em 17 de junho de 2025

Vereador

JOHN WAYNE	JOHN WAYNE
HOLANDA	HOLANDA
PARENTE:66152	PARENTE:6615
534291	2534291



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

Comissão de Economia e Finanças

Aprovado o Parecer *unanimidade*

Em Sessão de *24* / *06* / *2025*

[Signature]

PARECER CONTRÁRIO DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS AS EMENDAS AO PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2026 - DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL

PARECER CONTRÁRIO

Emenda: 1 - Vereadora: Raquel Viana - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois a matéria pretendida deverá ser apresentada no Projeto de Lei do Plano Plurianual – PPA para o próximo quadriênio. É o instrumento legal onde serão definidas as metas, diretrizes, eixos e modo de avaliação dos programas que serão determinados e dessa forma poderá ser incorporado aos demais instrumentos de planejamento como LDO e LOA. Outro ponto é a referência no texto da emenda para o exercício de 2025, sendo o correto a PLDO para o exercício de 2026.

Emenda: 02, 03, 04, 05 e 06 - Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - As emendas propostas apresentam-se tecnicamente incorretas, pois a matéria pretendida deverá ser apresentada no Projeto de Lei do Plano Plurianual – PPA para o próximo quadriênio. É o instrumento legal onde serão definidas as metas, diretrizes, eixos e modo de avaliação dos programas que serão determinados e dessa forma poderá ser incorporado aos demais instrumentos de planejamento como LDO e LOA.

Emenda: 007 - Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois a emenda está duplicada.

Nº da Emenda: 009 - Vereadora: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois faz referência no texto aos eixos estratégicos que estão contidos no artigo 2º e não no artigo 8º, como citado, o qual está na Seção I Das Diretrizes Gerais, que tratam dos princípios constitucionais da elaboração do projeto de lei da LDO 2026.

Emenda: 010, 012, 013, 014,- Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - As emendas propostas apresentam-se tecnicamente incorretas, pois as proposições já estão contempladas no inciso I do artigo 20 do PLDO 2026.

Emenda: 016 Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois a proposição já está contemplada no inciso VI do artigo 20 do PLDO 2026.

Emenda: 017 Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis -A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois a proposição não atende os requisitos técnicos.

Emenda: 018 Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois a proposição já está contemplada nos incisos II e V do artigo 20 do PLDO 2026.

Emenda: 019 Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois a proposição não atende os requisitos técnicos.

[Signature]

Não há mais nada a acrescentar

[Signature]



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

Comissão de Economia e Finanças

Emenda: 24 - Vereador: Rodrigo Moraes - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois sugere a alteração do parágrafo único do artigo 53 do PLDO 2026, no entanto, o artigo 53 não contém parágrafo único. A alteração pretendida deveria ser referir ao parágrafo único do artigo 54.

Emenda: 25 - Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois retira do texto original a necessidade da análise da disponibilidade orçamentária-financeira para a viabilização de reajuste ao funcionalismo público municipal, critério técnico este estabelecido pela LRF para a responsabilidade na gestão fiscal e o equilíbrio nas contas públicas.

Emendas: 26 - Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois fere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/64 - que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, o qual indica que os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo, ou seja, a própria Lei Orçamentária Anual, quando aprovada pelo Poder Legislativo, autoriza o executivo a abrir crédito suplementar indicando as fontes de recursos a serem utilizadas obedecidas as disposições do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Emenda: 27 - Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois fere o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/64 - que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, o qual indica que os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo, ou seja, a própria Lei Orçamentária Anual, quando aprovada pelo Poder Legislativo, autoriza o executivo a abrir créditos suplementares indicando as fontes de recursos a serem utilizadas obedecidas as disposições do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e promover alterações orçamentárias por meio de Decreto do Executivo.

Emenda: 28 - Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois a própria Lei Orçamentária Anual do Poder Executivo, quando aprovada pelo Poder Legislativo, autoriza o município a promover alterações nas codificações de modalidade de aplicação, desde que não altere os grupos de natureza de despesas e as fontes de recursos.

Emenda: 29 - Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois a própria Lei Orçamentária Anual do Poder Executivo, quando aprovada pelo Poder Legislativo, autoriza o município a promover alterações nas codificações de modalidade de aplicação, fontes de recursos e grupos de natureza de despesa, desde que compatíveis com a finalidade da ação orçamentária correspondente.

Emenda: 30- Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois retira autonomia do Poder Executivo em realizar adequações necessárias à LOA conforme estipulado no artigo 9 da LRF, no artigo 42 da Lei 4.320/64 bem como, no artigo 51 do referido Projeto de Lei da LDO 2026.

Emenda: 31 - Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu artigo 9º, estabelece que se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira,



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

Comissão de Economia e Finanças

segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias, portanto, não estipula prioridades para a execução orçamentária, e especifica no §2º as despesas que não serão objeto de limitação de empenho.

Emenda: 32 - Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois a Emenda Constitucional nº 132, de 20/12/2023, autoriza o governo há ter o poder discricionário de livre movimentação e locação de receitas do orçamento, no percentual de 30% de receitas que hoje são "engessadas", destinadas a despesas específicas e aumenta a flexibilidade para que o Ente use parte dos recursos do orçamento com as despesas que considerar mais importantes.

Emenda: 33,34 e 35 - Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - As emendas propostas apresentam-se tecnicamente incorretas, pois os eixos estratégicos/programas temáticos estabelecidos no artigo 2º do PLDO 2026 estão definidos no Projeto de Lei do PPA para o quadriênio 2026-2029, a ser encaminhado ao Poder Legislativo para apreciação, não sendo matéria pertinente ao referido Projeto da LDO 2026

Emenda: 36 - Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois retira do texto original do §2º do artigo 2º, a expressão "ou previsíveis porém de consequências incalculáveis", entretanto, há fatos previsíveis que poderão afetar as metas e prioridades da administração municipal, trazendo consequências que podem afetar o equilíbrio das contas públicas.

Emenda: 37 - Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois veda um dispositivo legal contido nos artigos 43, 44, 45 e 46 da Lei Federal 4.320/64 (Lei de Orçamento), que tratam de aberturas de créditos adicionais suplementares e especiais.

Emenda: 38 - Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois a objeto apresentado já está contemplado no próprio artigo 8º do PLDO, que versa o texto "...possibilitando amplo acesso as informações pela sociedade, referente a cada uma dessas etapas por meio de Audiências Públicas ou Consultas nos sites oficiais..."

Emenda: 39 - Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois o objeto apresentado já está contemplado nos incisos I e II do artigo 20.

Emenda: 40 Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois ficará em desacordo com a legislação existente, Lei 11.079/2004 e suas alterações, bem como a Lei 8.987/1995 e suas alterações.

Emenda: 51 - Vereadora: Patrícia Queiroz - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois a matéria pretendida deverá ser apresentada no Projeto de Lei do Plano Plurianual – PPA para o próximo quadriênio. É o instrumento legal onde serão definidas as metas, diretrizes, eixos e modo de avaliação dos programas que serão determinados e dessa forma poderá ser incorporado aos demais instrumentos de planejamento como LDO e LOA.

Emenda: 052 - Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois a proposição não atende os requisitos técnicos, visto que a matéria pretendida compete a legislação trabalhista e é matéria estranha a PLDO 2026.



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

Comissão de Economia e Finanças

Emenda: 053 - Vereadoras: Marinor Brito / Vivi Reis - A emenda proposta apresenta-se tecnicamente incorreta, pois a proposição não atende os requisitos técnicos, visto que os acordos pleiteados já são realizados pela PGM para cumprimento de obrigações.

Sala das Comissões Técnicas, em 24 de junho de 2025.

Relator

EMENDA Nº 001

EM, 05 06 25

AS: 9:00 H

on

EMENDA Nº /2025 – LDO

À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2025

Autoria: Vereadora Raquel Ferreira Viana

EMENTA

Inclui, no Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, ação governamental voltada à proteção, saúde, bem-estar e controle populacional de animais domésticos e domesticados, especialmente em situação de abandono ou maus-tratos.

TEXTO DA EMENDA

Acrescente-se ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Belém para o exercício financeiro de 2025 a seguinte ação governamental:

"Implementação, ampliação e consolidação de políticas públicas voltadas à proteção, saúde, bem-estar e controle populacional de animais não humanos, domésticos e domesticados, especialmente os em situação de abandono ou maus-tratos, por meio das seguintes iniciativas:"

- 1 – Execução de programas permanentes de castração cirúrgica ética e segura, com uso de anestesia inalatória e protocolos médico-veterinários, visando o controle populacional responsável;
- 2 – Realização de campanhas públicas de vacinação antirrábica e de vacinação múltipla importada, bem como ações de vermifugação, identificação por microchipagem e atendimento clínico-cirúrgico gratuito;
- 3 – Celebração de convênios com clínicas veterinárias privadas, regularmente credenciadas, para ampliação da rede de atendimento e garantia da qualidade técnica, agilidade e bem-estar dos animais;
- 4 – Apoio técnico e material a abrigos, protetores independentes e organizações da sociedade civil, mediante chamamento público, credenciamento e prestação de contas junto à Secretaria Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal (SEPDA);
- 5 – Inclusão de conteúdo de educação humanitária nas escolas públicas, com foco em guarda responsável, prevenção ao abandono e respeito aos animais não humanos;

RF

- 6 – Promoção de campanhas educativas e eventos de adoção responsável, vedado o uso da expressão “feira de adoção”, conforme recomendações da doutrina do Direito Animal;
- 7 – Criação de estrutura jurídica especializada no âmbito municipal para tratar de demandas relativas ao abandono, maus-tratos e guarda irregular de animais, com encaminhamento às responsabilidades cíveis e penais previstas em lei;
- 8 – Previsão orçamentária nas secretarias competentes (Saúde, Meio Ambiente, Educação e Segurança) para ações de fiscalização e combate aos maus-tratos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.064/2020 (Lei Sansão);
- 9 – Implantação de cemitério e/ou crematório público municipal para animais de grande porte, assegurando destinação sanitária e humanizada aos corpos de animais resgatados ou recolhidos por órgãos públicos;
- 10 – Criação de Centros de Reciclagem Municipal com gestão comunitária nos bairros, destinando o excedente financeiro para apoio a entidades e protetores atuantes na causa animal, promovendo sustentabilidade ambiental e justiça interespecie;
- 11 – Destinação mínima de 5% (cinco por cento) das receitas oriundas de créditos de carbono, compensações ambientais e serviços ambientais remunerados ao financiamento de ações de proteção animal, incluindo acolhimento, manutenção, atendimento veterinário e apoio institucional às entidades regularmente cadastradas.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa inserir a causa animal como uma das prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias de Belém para o exercício de 2025, reconhecendo sua importância como política pública de saúde, meio ambiente, educação e segurança, em conformidade com os princípios constitucionais da dignidade da vida, da tutela ambiental e do interesse público.

A proteção aos animais não humanos, especialmente os domésticos e domesticados, constitui um dever do Poder Público, conforme previsto no artigo 225 da Constituição Federal, que veda práticas de crueldade e impõe a preservação da fauna como bem de interesse comum.


Além disso, a emenda está alinhada à legislação federal vigente, como a Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e a Lei nº 14.064/2020 (Lei Sansão), bem como às diretrizes de saúde pública do Ministério da Saúde, que reconhece a importância do controle populacional e do bem-estar animal como fatores preventivos em saúde coletiva.

Por fim, a proposta considera o protagonismo dos protetores independentes e das organizações da sociedade civil, assegurando mecanismos de apoio institucional, financeiro e técnico a essas iniciativas. A previsão orçamentária adequada é condição

essencial para garantir a efetividade dessas ações e sua integração ao planejamento municipal, sob a ótica da justiça social, da equidade territorial e da ética interestpécie.

Diante do exposto, solicita-se o acolhimento e a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Belém, 04 de Junho de 2025.


Raquel Ferreira Viana
Vereadora



EMENDA Nº 01 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda modificativa ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §4º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:

Art. 1º. O inciso II do art. 2º do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, que trata sobre eixos estratégicos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ...

I - ...

II - Desenvolvimento Social, Cidadania, Inclusão e Diversidade"

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025

MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL

VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 002

EM, 17 06 25

AS 10 : 45 H



EMENDA Nº 02 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda aditiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §3º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:


Art. 1º. Incluir o inciso VI ao art. 2º do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, que trata sobre eixos estratégicos, com a seguinte redação:


“Art. 2º ...

VI - Direitos Humanos”

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025


MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL


VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 003

EM, 31 06 25

ÀS: 10 : 45 **H**



EMENDA Nº 03 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda aditiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §3º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:

Art. 1º. Incluir o inciso VI ao art. 2º do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, que trata sobre eixos estratégicos, com a seguinte redação:

“Art. 2º ...

VI - Meio Ambiente”

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025

MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL

VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 004

EM, 17 06 25

ÀS 10 48 H
1



EMENDA Nº 04 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda aditiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §3º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:

Art. 1º. Incluir o inciso VI ao art. 2º do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, que trata sobre eixos estratégicos, com a seguinte redação:

“Art. 2º ...

VI - Participação popular e controle social”

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025

MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL

VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 005

EM, 11 06 25

ÀS: 10 : 45 H

~



EMENDA Nº 05 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda aditiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §3º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:

Art. 1º. Incluir o inciso VI ao art. 2º do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, que trata sobre eixos estratégicos, com a seguinte redação:

"Art. 2º ...

VI - Cultura, esporte e lazer"

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025

MARINOR BRITO

Vereadora de Belém

Líder do PSOL

VIVI REIS

Vereadora de Belém

Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 006

EM, 17 06 25

ÀS: 10.45 H



EMENDA Nº 06 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda modificativa ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §4º do Regimento Interno.


A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:


Art. 1º. O art. 8º do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, que trata sobre eixos estratégicos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária Anual de 2026 deverão ser observadas as disposições legais de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade, **igualdade e respeito à diversidade, da equidade, da laicidade do Estado, da não discriminação**, eficiência, da transparência e possibilitando amplo acesso às informações pela sociedade, referentes a cada uma dessas etapas por meio de Audiências Públicas ou Consultas nos sites oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo".

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025


MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL


VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 009

EM, 17 06 25

ÀS 10.45 H



EMENDA Nº 08 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda aditiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §3º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:

Art. 1º. Incluir o inciso IX ao art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, com a seguinte redação:

"Art. 20 ...

IX - Políticas de promoção de igualdade racial"

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025

MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL

VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 009

EM, 12 06 25

ÀS 10 45 H
^



EMENDA Nº 09 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda aditiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §3º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:

Art. 1º. Incluir o inciso IX ao art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, com a seguinte redação:

"Art. 20 ...

IX - Políticas públicas à pessoas LGBTQIA+"

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025

MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL

VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 010

EM, 11 06 25

ÀS 10 45 H



EMENDA Nº 11 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda aditiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §3º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:

Art. 1º. Incluir o inciso IX ao art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, com a seguinte redação:

"Art. 20 ...

IX - Políticas de segurança alimentar e nutricional"

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025

MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL

VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 012

EM, 18 06 25

AS 10 : 45 H



EMENDA Nº 12 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda modificativa ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §4º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:

Art. 1º. O inciso V do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20...

V - implementar políticas públicas com ênfase a geração de trabalho, emprego e renda com ênfase ao desenvolvimento econômico **e combate à pobreza.** "

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025

MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL

VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 013

EM, 17 06 25

ÀS 10 45 H



EMENDA Nº 13 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda modificativa ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §4º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:

Art. 1º. O inciso III do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20...

III - desenvolvimento econômico e sustentabilidade com preservação do meio ambiente e **mitigação e adaptação às mudanças climáticas, incluindo a redução de emissões de gases de efeito estufa e ao incentivo ao uso de energias renováveis.**"

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025

MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL

VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 014

EM, 17 06 25

AS 10 45 H



EMENDA Nº 15 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda aditiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §3º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:

Art. 1º. Incluir o inciso IX ao art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 com a seguinte redação:

"Art. 20 ...

IX - Políticas de melhorias no transporte público para as ilhas de Belém"

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025

MARINOR BRITO

Vereadora de Belém

Líder do PSOL

VIVI REIS

Vereadora de Belém

Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 016

EM, 17 06 25

AS 10 45 H



EMENDA Nº 17 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda aditiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §3º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:

Art. 1º. Incluir o inciso IX ao art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 com a seguinte redação:

“Art. 20 ...

IX - Políticas públicas de incentivo à cultura popular”

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025

MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL

VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 038

EM, 11 06 25

AS 10 45 H



EMENDA Nº 18 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda supressiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §2º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:

Art. 1º. Suprimir o parágrafo único do art. 26 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026.

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025

MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL

VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 019

EM, 17 06 25

ÀS 10 45 H



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO VEREADOR RODRIGO MORAES

EMENDA Nº 024

EM, 18 06 25

ÀS: 9 : 13 H

EMENDA ____/2025

**EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PARA O PERÍODO DE 2026 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Vereador que este subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do artigo 91 do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2026

Altera o paragrafo unico do art. 53 da LDO 2026 para instituir o salário base como referência mínima da remuneração dos servidores públicos municipais, substituindo o vencimento básico e garantindo sua equiparação ou superação em relação ao salário-mínimo nacional.


Art. 53 [...]

Parágrafo único. Serão assegurados, nos termos da legislação vigente e condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Município, o reajuste da remuneração de pessoal e a revisão geral anual.

Para fins de valorização do funcionalismo público, fica instituído o salário base como referência mínima de remuneração para todos os cargos da administração pública municipal, em valor igual ou superior ao salário-mínimo nacional, substituindo o conceito de vencimento básico. O salário base deverá servir de referência para reajustes futuros, planos de cargos e progressões funcionais.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na proposta orçamentária de 2026, dotação necessária á aplicação gradativa do salário base a todas as categorias de servidores

Plenário da Câmara Municipal de Belém, em 18 de junho de 2025.


Vereador Rodrigo Moraes
Líder/PCdoB

Vereador Rodrigo Moraes
Líder/PCdoB



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO VEREADOR RODRIGO MORAES


Justificativa:

A presente emenda modifica a LDO 2026 para substituir a expressão “vencimento básico” por “salário base”, conferindo-lhe valor equivalente ou superior ao salário-mínimo nacional.

Trata-se de medida de justiça social e valorização do servidor público municipal.

O vencimento básico, por vezes inferiores ao salário-mínimo, causa distorções na remuneração dos servidores, que só atingem o mínimo legal com auxílios ou gratificações. Com esta emenda, o salário base torna-se a parcela inicial efetiva e digna, a partir da qual se construirão os direitos remuneratórios dos servidores.

A proposta respeita os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e condiciona a implementação à disponibilidade orçamentária e financeira, viabilizando sua aplicação gradual.


Vereador Rodrigo Moraes
Líder/PCdoB

Vereador Rodrigo Moraes
Líder/PCdoB



EMENDA Nº 19 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda substitutiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §1º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:


Art. 1º. O parágrafo único do art. 54 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 será substituído e passará a vigorar com a seguinte redação:


"Art. 54...

Parágrafo único: Serão assegurados, nos termos da legislação vigente, o reajuste da remuneração de pessoal e a revisão geral anual, devendo ser garantido às servidoras e servidores o vencimento básico não inferior ao salário-mínimo".

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 17 de junho de 2025


MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL


VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 025

EM, 18 06 25

AS: 9 : 34 H



EMENDA AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda substitutiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §1º do Regimento Interno.


Propomos, nos termos do art. 71, VII, c/c art. 91, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis emenda substitutiva ao Art. 38 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, passando a vigorar com a seguinte redação:


“Art. 38. A abertura de Créditos Adicionais Suplementares pelo Poder Executivo dependerá de autorização legislativa específica, mediante envio de projeto de lei à Câmara Municipal de Belém, com indicação das respectivas justificativas e das fontes de recursos, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 1º O Poder Executivo poderá solicitar autorização em caráter coletivo, por meio de projeto de lei que especifique os programas e as ações afetados, vedada a delegação genérica de competência.

§ 2º Caberá ao Caberá a Câmara Municipal apreciar os pedidos de crédito suplementar com prioridade compatível com a execução orçamentária e o interesse público.”

Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, 18 de junho de 2025


MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL


VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 026

EM, 18 06 25

AS: 9 : 34 H



EMENDA AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda substitutiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §1º do Regimento Interno.

Propomos, nos termos do art. 71, VII, c/c art. 91, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis emenda substitutiva ao Art. 40 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, passando a vigorar com a seguinte redação:


"Art. 40. As alterações na Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de crédito suplementar, dependerão de autorização legislativa específica, com indicação das respectivas justificativas e fontes de recursos, conforme o disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.


§ 1º O Poder Executivo poderá propor, por meio de projeto de lei, a abertura de créditos suplementares de forma consolidada, desde que identifique os programas, ações e unidades orçamentárias afetadas.

§ 2º Após a autorização legislativa, a operacionalização dos créditos será feita por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo, observado o registro e controle no sistema Gestão Integrada de Informações Governamentais – GIIIG.

§ 3º A execução orçamentária decorrente dos créditos suplementares autorizados será divulgada em tempo real no portal de transparência, com acesso público irrestrito."

Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, 18 de junho de 2025


MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL


VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 027

EM, 19 06 25

ÀS: 9 : 34 H

^



EMENDA AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026


Dispõe sobre emenda substitutiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §1º do Regimento Interno.


Propomos, nos termos do art. 71, VII, c/c art. 91, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis emenda substitutiva ao Art. 42 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42. As alterações nas codificações de modalidades de aplicação e das fontes de recursos, aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2026 e em seus créditos adicionais, bem como a inclusão de projetos e atividades contemplados no Plano Plurianual 2026/2029 que impliquem alteração nas dotações orçamentárias ou na destinação de recursos, dependerão de autorização legislativa específica.

Parágrafo único. As propostas de alteração, instruídas com as justificativas e o impacto orçamentário-financeiro, serão encaminhadas pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo para deliberação, visando a atender às necessidades de execução e garantir a transparência da gestão orçamentária e financeira.

Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, 18 de junho de 2025


MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL


VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 028

EM, 18 06 25

ÀS: 9 34 H




EMENDA AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026


Dispõe sobre emenda substitutiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §1º do Regimento Interno.

Propomos, nos termos do art. 71, VII, c/c art. 91, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis emenda substitutiva ao Art. 43 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 43. A inclusão de grupos de natureza de despesa distintos daqueles originalmente aprovados na Lei Orçamentária Anual de 2026, no âmbito da abertura de créditos suplementares previstos nos Artigos. 38, 40 e 41 desta Lei, dependerá de autorização legislativa específica, acompanhada de justificativa técnica que comprove a compatibilidade da nova despesa com a finalidade da ação orçamentária correspondente."

Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, 18 de junho de 2025


MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL


VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 029

EM, 18 06 25

ÀS 9 34 H




EMENDA AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026


Dispõe sobre emenda substitutiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §1º do Regimento Interno.

Propomos, nos termos do art. 71, VII, c/c art. 91, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis emenda substitutiva ao Art. 44 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44. O Poder Executivo poderá propor, mediante projeto de lei, a transposição, o remanejamento, a transferência ou a utilização, total ou parcial, das dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2026 e em seus créditos adicionais, em decorrência da criação, extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, ou alterações de suas competências ou atribuições, observado o disposto no art. 6º desta Lei.”

Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, 18 de junho de 2025


MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL


VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 030

EM, 19 06 25

ÀS 9 34 H



EMENDA AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda substitutiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §1º do Regimento Interno.

Propomos, nos termos do art. 71, VII, c/c art. 91, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis emenda substitutiva ao Art. 51 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 51. Verificado, ao final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não comportar a programação de desembolso, os Poderes promoverão, nos trinta dias subsequentes, os ajustes em suas programações, mediante limitação de empenho e movimentação financeira, observando, prioritariamente, a proteção dos direitos sociais assegurados na Constituição Federal.

§1º A limitação de empenho e movimentação financeira observará a seguinte ordem de prioridade:

I – a manutenção das vinculações constitucionais e legais destinadas à educação e à saúde;

II – os compromissos com o pagamento de pessoal e encargos sociais;

III – o pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado;


IV – o serviço da dívida fundada, observado o equilíbrio fiscal e a capacidade de pagamento do ente federado;


V – as demais vinculações legais.

§2º Ficam preservados os recursos necessários ao cumprimento das contrapartidas municipais de convênios e financiamentos firmados com a União, estados ou organismos internacionais.

§3º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á com prioridade às áreas de educação, saúde e assistência social, de forma proporcional à perda sofrida durante a limitação, conforme critérios técnicos definidos em ato do Poder Executivo.”

Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, 18 de junho de 2025


MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL


VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 031

EM, 18 06 25

ÀS: 9 34 H



EMENDA AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda substitutiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §1º do Regimento Interno.

Propomos, nos termos do art. 71, VII, c/c art. 91, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis emenda substitutiva ao Art. 51 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52. Fica autorizada a desvinculação das receitas municipais provenientes de impostos, taxas e multas, somente mediante prévia autorização em lei específica aprovada pelo Poder Legislativo municipal, que estabeleça:


I - Os limites máximos e critérios para a desvinculação, observadas as exclusões expressas na Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, que mantém a vinculação de recursos para a saúde, educação e contribuição social para os regimes próprios de previdência social.


II - As receitas e despesas que poderão ser objeto de desvinculação, vedada a desvinculação das receitas vinculadas a programas, políticas públicas ou serviços essenciais, conforme disposto na referida lei;

III - Os procedimentos de transparência e prestação de contas relativos aos atos de desvinculação, incluindo a obrigatoriedade de relatório periódico ao Legislativo e à sociedade;

IV - Os mecanismos de controle e revisão da autorização legislativa, assegurando ao Legislativo o poder de suspender ou revogar a autorização concedida, a qualquer tempo.

Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, 18 de junho de 2025


MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL


VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 032

EM, 18 06 25

AS: 9 34 H



EMENDA AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda aditiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §3º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:


Art. 1º. Incluir o inciso ao art. 2º do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, que trata sobre eixos estratégicos, com a seguinte redação:


"Art. 2º ...

.. - Infraestrutura, Mobilidade e Habitação

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025


MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL


VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 023
EM, 19 06 25
ÀS: 9 34 H
~



EMENDA AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda aditiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §3º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:


Art. 1º. Incluir o inciso ao art. 2º do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, que trata sobre eixos estratégicos, com a seguinte redação:


“Art. 2º ...

... – Juventude, inovação e inclusão produtiva.

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025


MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL


VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 034

EM, 19 06 25

ÀS 8 34 H

~



EMENDA AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda aditiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §3º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:


Art. 1º. Incluir o inciso ao art. 2º do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, que trata sobre eixos estratégicos, com a seguinte redação:


"Art. 2º ...

... – Gestão, transparência, serviço público e participação popular.

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025


MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL


VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 035
EM, 19 06 25
ÀS 9 34 H



EMENDA AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda supressiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §2º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:


Propomos, nos termos do art. 71, VII, c/c art. 91, §2º do Regimento Interno desta Casa de Leis emenda para suprimir a expressão **"ou previsíveis porém de consequências incalculáveis"** do §2º do art. 2º do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, passando a vigorar com a seguinte redação:


"Art. 2º ...

...

§2º As metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício de 2026 poderão ser modificadas, mediante autorização do Poder Legislativo, para atender necessidades econômicas e sociais advindas de consequências provocadas por fatos supervenientes imprevisíveis, reconhecidas pelo poder público.

Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, 18 de junho de 2025


MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL


VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 036

EM, 18 06 25

ÀS: 9 34 H

^



EMENDA AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda supressiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §2º do Regimento Interno.


A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:


Propomos, nos termos do art. 71, VII, c/c art. 91, §2º do Regimento Interno desta Casa de Leis emenda para suprimir a expressão "**a abertura de crédito suplementar ou especial e a transposição,**" do *caput* do art. 7º do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 7º A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, estando autorizado pela Lei Orçamentária Anual de 2026, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro.

Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, 18 de junho de 2025


MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL


VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 037

EM, 18 06 25

ÀS 9 34 H
^



EMENDA AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda aditiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §3º do Regimento Interno.


A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:


Propomos, nos termos do art. 71, VII, c/c art. 91, 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis emenda aditiva para acrescentar um parágrafo único ao do art. 8º do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, com a seguinte redação:

Art. 8º...

Parágrafo único. Deve ser facilitada e garantida a participação popular em todas as etapas da fase de elaboração do projeto, sem discriminações de qualquer natureza, sob pena de nulidade do processo.

Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, 18 de junho de 2025


MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL


VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 038

EM, 18 06 25

AS 9 34 H
1



EMENDA AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda aditiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §3º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:

Propomos, nos termos do art. 71, VII, c/c art. 91, 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis emenda aditiva para acrescentar um inciso ao do art. 20º do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, com a seguinte redação:

Art. 8º

...

- erradicação da pobreza e da marginalização;

Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, 18 de junho de 2025

MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL

VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 039

EM, 19 06 25

ÀS 9 34 H



EMENDA AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda supressiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §2º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:

Propomos, nos termos do art. 71, VII, c/c art. 91, §2º do Regimento Interno desta Casa de Leis emenda para suprimir a expressão "**mediante a autorização, concessão, permissão e parcerias públicas privadas;**" do VI do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º.

...

VI - estimular a ampliação de investimentos em infraestrutura e de alternativas de melhoria da prestação de serviços públicos;

Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, 18 de junho de 2025

Marinor Brito

MARINOR BRITO
 Vereadora de Belém
 Líder do PSOL

Vivi Reis

VIVI REIS
 Vereadora de Belém
 Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 040

EM, 18 06 25

ÀS 9 34 H



CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE VEREADORA PATRICIA QUEIROZ
3º VICE - PRESIDENTE

EMENDA Nº 058

EM, 18 06 25

ÀS: 12 : 08 H

EMENDA À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – EXERCÍCIO 2026

Ementa:

“Inclui ação prioritária no Anexo de Metas e Prioridades da LDO 2026, voltada ao apoio e atendimento às mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com a devida realocação de recursos do orçamento municipal.”

Fica incluída no Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Belém para o exercício financeiro de 2026, a seguinte ação:

Órgão/Unidade Responsável:

Secretaria Municipal de Saúde (SESMA) e/ou Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA)
– conforme pactuação executiva.

Ação Prioritária:

Implantação e fortalecimento de políticas públicas municipais de apoio integral às mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Descrição da Ação:

Criação de programas de apoio psicossocial, capacitação para o cuidado, atendimento especializado e suporte socioeconômico às mães e/ou responsáveis legais de crianças diagnosticadas com TEA, com execução por meio dos Centros de Referência em Saúde e Assistência Social, e articulação com entidades conveniadas.

Meta Física:

Atender, até o final de 2026, pelo menos **500 mães** em situação de vulnerabilidade social e emocional, através de serviços integrados de acolhimento e capacitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE VEREADORA PATRICIA QUEIROZ
3ª VICE - PRESIDENTE

Categoria Programática:

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 101 – Atenção Básica à Saúde

Programa: 2001 – Apoio à Saúde da Família e Atenção Pandêmica/Especializada

Ação: 20010001 – Apoio Psicossocial às Famílias com TEA

Belém, 18 de junho de 2025.



PATRICIA LUILA QUEIROZ CAPRA
VEREADORA – PP



CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE VEREADORA PATRICIA QUEIROZ
3ª VICE - PRESIDENTE

JUSTIFICATIVA

A emenda tem como objetivo estabelecer diretrizes orçamentárias que priorizem o cuidado com as famílias de crianças com Transtorno do Espectro Autista, especialmente no que se refere às mães que, na maioria dos casos, assumem integralmente os cuidados dos filhos, abrindo mão de inserção no mercado de trabalho e enfrentando grande sobrecarga emocional e financeira.

A medida visa garantir atenção humanizada, ações de formação, apoio psicológico e possibilidades de inclusão social e produtiva, em consonância com a Lei Federal nº 12.764/2012 e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA (Lei Romeo Mion – nº 13.977/2020).

Belém, 18 de junho de 2025.

PATRICIA LUILA QUEIROZ CAPRA

VEREADORA – PP



**EMENDA AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS .
2026**

Dispõe sobre emenda aditiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §3º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:

Propomos, nos termos do art. 71, VII, c/c art. 91, 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis emenda aditiva, ao parágrafo único do Art. 58 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, com a seguinte redação:

Art. 58..

...

Parágrafo único

...

IV. Nos contratos de terceirização referidos no parágrafo único, os atos dos procedimentos licitatórios deverão estabelecer a inclusão de cláusula que limite a jornada de trabalho dos empregados a 32 (trinta e duas) horas semanais, a serem cumpridas em 4 (quatro) dias da semana.".

Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, 18 de junho de 2025

MARINOR JORGE Assinado de forma digital
por MARINOR JORGE
BRITO:11611642 BRITO:11611642272
272 Dados: 2025.06.18
12:33:44 -03'00'

MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL

VIVIANE DA Assinado de forma digital
COSTA por VIVIANE DA COSTA
REIS:0114187126 REIS:01141871262
2 Dados: 2025.06.18 12:38:21
-03'00'

VIVI REIS
Vereadora de Belém

EMENDA Nº 052

EM, 18 06 25

ÀS: 12 : 43 H

1



**EMENDA AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS -
2026**

Dispõe sobre emenda aditiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §3º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:

Propomos, nos termos do art. 71, VII, c/c art. 91, 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis emenda aditiva, onde couber, ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, com a seguinte redação:

Art... Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, por meio da Procuradoria-Geral do Município, acordos diretos para quitação de valores decorrentes de precatórios ou requisições de pequeno valor (RPVs), observando-se as disposições constitucionais.

Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, 18 de junho de 2025

MARINOR JORGE
BRITO:116116422
72

Assinado de forma digital por
MARINOR JORGE
BRITO:11611642272
Dados: 2025.06.18 12:10:25
+03'00'

MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL

VIVIANE DA
COSTA
REIS:01141871262

Assinado de forma digital
por VIVIANE DA COSTA
REIS:01141871262
Dados: 2025.06.18
12:37:20 -03'00'

VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 053

EM, 18 06 25

ÀS 12 48 H



EMENDA Nº 16 AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

Dispõe sobre emenda modificativa ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com base no art. 91 §4º do Regimento Interno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui a mesa promulga a seguinte emenda:


Art. 1º. O inciso VIII do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 passa a vigorar com a seguinte redação:


"Art. 20...

VIII - Ampliação e execução de projetos habitacionais para o município de Belém, **priorizando o não deslocamento de famílias de seus territórios.**"

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Vereador Lameira bittencourt, 11 de junho de 2025


MARINOR BRITO
Vereadora de Belém
Líder do PSOL


VIVI REIS
Vereadora de Belém
Vice-Líder do PSOL

EMENDA Nº 039

EM, 17 06 25

AS 10.45 H
1




BELÉM

P R E F E I T U R A

CAPITAL DA AMAZÔNIA

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026

Recebi em
30/04/25
às 14h e 40min

Diretoria
Legislativa



[Assinatura]
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

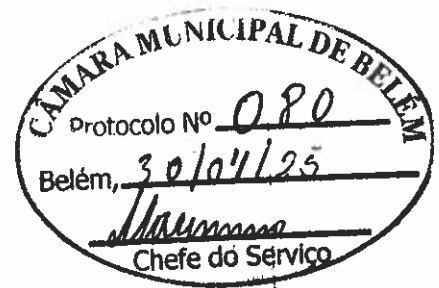
MENSAGEM Nº 006/2025.

Belém, 28 de abril de 2025.

Excelentíssimo Senhor Vereador John Wayne Holanda Parente
Presidente da Câmara Municipal de Belém

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Vereadores,



Encaminhamos, para apreciação desse egrégio Poder Legislativo, o primeiro Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de nossa gestão municipal. É um documento, para balizar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, construído em conjunto com a população, que avalizou nossas propostas no pleito de 2024 para governarmos Belém rumo ao desenvolvimento, com inclusão social, respeito às diferenças e preservação do meio ambiente.

Para a construção de um Orçamento que atenda às necessidades de nosso município, visando o progresso, a inovação e uma economia sustentável, consideramos nesta proposta de LDO os eixos temáticos de nossa Administração, aprovados nas urnas, já implementados e em execução no processo de transformação da cidade para a satisfação dos sonhos e desejos de nosso povo.

Somente com uma Governança de resultados, Desenvolvimento social e cidadania com a inclusão de todos, Desenvolvimento e gestão da cidade de forma igualitária, Desenvolvimento econômico e sustentabilidade com preservação do meio ambiente, e Bem-estar e segurança a serviço da sociedade, poderemos avançar para atingir os objetivos sobre os quais nos propusemos de elevar a qualidade de vida dos moradores e moradoras da cidade e das ilhas de Belém.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

A concretização dos objetivos, além das ações municipais, passa também pelas parcerias com os governos do Estado e Federal, e iniciativa privada.

Recentemente, Belém ganhou Hospital Público da Mulher, mais um equipamento do Estado que veio para somar aos da rede municipal de Saúde no atendimento à população.

Instituímos a Secretaria de Segurança, Ordem Pública e Mobilidade (SEGBEL) e já enviamos para apreciação dos nobres vereadores o projeto de lei que transforma a Guarda Municipal em Polícia Municipal de Belém. São investimentos na melhoria dos serviços de segurança oferecidos à população, como também visando a maior integração com as forças de segurança dos demais entes públicos.

Trabalhamos para melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nas escolas municipais, assim como para implantar a operação plena do Sistema BRT.

A mudança no cenário da cidade, antes tomada pelo lixo, já é uma realidade. A coleta domiciliar foi regularizada e o Programa Belém Limpa, de ações emergenciais, nos três primeiros meses do ano recolheu cerca de 70 mil toneladas de lixo e mais de 55 mil toneladas de entulhos. Também interveio em 48 canais, de onde foram retiradas 127 mil toneladas de resíduos e utilizou cerca de 7,7 mil toneladas de asfalto nas operações tapa-buracos.

A Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana (SEZEL), criada em nossa gestão, que coordena as ações, identificou 202 pontos críticos de descarte irregular de resíduos sólidos. A instalação de ecopontos e o incentivo às cooperativas de recicláveis são alternativas para continuar a manter a cidade limpa.

Criamos a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SEMCULT) para alavancar esses dois setores associados muito importantes para a economia do município no incentivo aos eventos de gastronomia, música e manifestações folclóricas. Para isso, contamos com o apoio dos governos do Estado e Federal, por meio do Ministério do Turismo.

Iniciamos tratativas com a International Finance Corporation (IFC), pertencente Banco Mundial (BIRD), visando estratégias para atrair investimentos privados, por meio de um programa que promova um ambiente favorável para investidores, nas áreas de sustentabilidade e o desenvolvimento urbano.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

O déficit habitacional de Belém está em torno de 72 mil moradias. A nossa gestão retomou projetos habitacionais contemplados pelo programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que estavam paralisados.

Já entregamos o conjunto Viver Outeiro com 1.008 unidades, beneficiando mais de 5 mil pessoas de baixa renda, com investimentos de R\$ 1,6 milhão de recursos próprios municipais. O Residencial Viver Mosqueiro, com 01 mil unidades habitacionais, já está com mais de 85% das obras concluídas e o Viver Pratinha recomeça agora em abril o acabamento dos 768 apartamentos destinados a famílias em situação de vulnerabilidade social, com previsão de entrega para 2026.

Para manter o foco no atendimento às necessidades da população fez-se necessário a implementação de uma ampla reforma administrativa voltada para a entrega de resultados. Aprovada por essa Casa Legislativa, possibilitou a criação de uma nova estrutura governamental, instituindo novas secretarias, a fusão de outras, e a redução de cargos comissionados, o que impacta na redução de gastos, com maior eficiência da gestão e melhoria dos indicadores institucionais, econômicos e sociais.

O ano de 2026 será também de investimentos para transformação da cidade, pois alguns dos grandes projetos de saneamento, como legado da COP30, terão continuidade. Destacamos o Parque Linear do Igarapé São Joaquim e o Programa de Macrodrenagem da Bacia do Igarapé Mata-Fome (PROMMAF), dois importantes programas que irão mudar, radicalmente, a vida de milhares de pessoas de áreas periféricas da cidade.

Senhoras e Senhores Vereadores

A proposta de LDO obedece ao prazo de entrega a esse Poder Legislativo de acordo com o previsto no parágrafo 2º, do artigo 105, da Lei Orgânica do Município de Belém (LOMB), assim como observa os dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000, as normas de finanças públicas com base na transparência e responsabilidade fiscal e, ainda, as regras editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional. Compõem esta proposta, além da mensagem, o projeto de lei e os devidos anexos.

As metas fiscais contidas neste projeto de lei, elaboradas com base nos indicadores



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

econômicos, traduzem a realidade da economia nacional com previsão de uma taxa de crescimento de 2,0% do Produto Interno Bruto (PIB), projetada para o período de 2026, seguindo a estimativa da Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Quanto à estimativa dos índices de inflação, medidos pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, a previsão é de 4,50%; 4,00% e 3,78%, respectivamente, para os anos de 2026, 2027 e 2028, considerando as projeções emitidas no relatório focus do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a Receita Orçamentária total estimada nesta LDO para 2026 é de R\$ 5,498 bilhões, sendo que desse montante, 92,70% serão de receitas correntes.

Quanto às projeções para os dois anos seguintes, a estimativa de crescimento da Receita, em relação a 2026, se baseia na previsão do incremento da atividade econômica nacional e, conseqüentemente, na expectativa de aumento das receitas tributárias e transferências constitucionais da União e do Estado para o Município, como também na perspectiva de aumento da arrecadação própria municipal.

Ainda com relação ao montante das receitas correntes estimadas em R\$ 5,097 bilhões, é importante destacar a dependência do município dos recursos advindos das transferências intergovernamentais (FPM), incluídos repasses de 1% nos meses de julho e dezembro; ICMS; IPVA; IPI e outros, já deduzidos os 20% (R\$ 317,8 milhões) repassados para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, que representam 55,43%, assim como das receitas tributárias (Impostos e Taxas), correspondente a 33,69% do total da referida receita.

Para o governo municipal manter o cronograma dos investimentos em obras atualmente em execução, estima-se para o ano de 2026 uma receita de Operações de Crédito, já pactuadas, de cerca de R\$ 141 milhões. Mas, caso haja necessidade de novos recursos, o Município buscará parcerias junto à União, Estado e setor privado, para atendimento das metas a serem incluídas no Plano Plurianual 2026-2029, visando complementar a capacidade de financiamento com recursos próprios do Município.

Mesmo diante do grande volume de dívidas herdadas da gestão anterior, o nosso



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

governo mantém sob controle os indicadores fiscais, observando a relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida (RCL) e a despesa com pessoal, dentro dos parâmetros legais determinados, os quais são mantidos nesta proposta de LDO para 2026, com foco na transparência e no equilíbrio fiscal.

Destacamos ainda: as Metas Fiscais indicam que o Município de Belém apresentará em 2026 superávit com relação ao resultado primário (avaliação da capacidade do ente público em saldar seus compromissos de gastos) e nominal (medidor da capacidade de endividamento público).

Para o exercício de 2026, o resultado primário positivo de R\$ 69,8 milhões, resulta da diferença entre a Receita Primária (sem as fontes do RPPS) e a Despesa Primária (também sem as fontes do RPPS), como determina o Manual de Demonstrativos Fiscais 14ª edição, na apuração desse indicador, em que na Receita são retiradas as Receitas Financeiras e, na Despesa, os Juros e Amortização da Dívida. Portanto, o Governo Municipal apresenta-se em equilíbrio fiscal, demonstrando solvência financeira e capacidade do município em honrar seus compromissos.

Situações incertas e inesperadas são capazes de afetar o equilíbrio fiscal e a redefinição das ações programáticas do Orçamento, porém, esse Risco Fiscal será continuamente acompanhado por nossa Administração.

Como parte integrante desta proposta de LDO 2026, o Anexo de Risco Fiscal apresenta valores expressivos, porém, a Prefeitura de Belém prepara-se para fazer o acompanhamento e controle e, assim, enfrentar situações que podem vir a afetar as contas públicas e o equilíbrio fiscal.

Senhoras e Senhores Vereadores,

É dever do gestor municipal manter-se aberto ao diálogo com o Poder Legislativo, numa relação mútua de respeito e compromisso com a vontade popular, assim como reconhecer a interdependência entre os Poderes constituídos. Essa tem sido a nossa postura e sempre será na relação entre o Executivo Municipal e a Câmara de Vereadores.

Por seis anos participei das decisões desta Casa, o que tanto me orgulha. Como



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

vereador, pude exercitar o direito inalienável de fazer o bem para os cidadãos e cidadãs dessa nossa Belém, apresentando ou votando pela aprovação de projetos que pretendiam atender às demandas da população.

Hoje, como gestor municipal, pela graça de Deus e a vontade da maioria da população, trago a mensagem de que trabalhamos para cumprir com a tarefa de transformar Belém em uma cidade melhor, desenvolvida, acolhedora, e com perspectiva de futuro promissor para seus moradores.

Reconhecemos que os desafios a vencer são enormes, mas contamos com a participação e o apoio de Vossas Excelências na construção desse projeto de cidade humana e progressista.

O nosso muito obrigado!

IGOR WANDER CENTENO
NORMANDO:94660751287

Assinado de forma digital por IGOR
WANDER CENTENO
NORMANDO:94660751287
Data: 2025.04.28 21:17:16 -03'00'

IGOR NORMANDO
Prefeito Municipal de Belém



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº, DE DE ABRIL DE 2025.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária anual de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM,

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art.105, da Lei Orgânica do Município de Belém e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município de Belém para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:

- I - das disposições preliminares;**
- II - das prioridades e metas da Administração Pública Municipal;**
- III - da estrutura e organização dos orçamentos;**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

IV - das diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - das disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - das disposições sobre alteração na legislação tributária do município;

VII - das disposições gerais.

Parágrafo único: Integram a presente os seguintes anexos:

I - Anexo I - Metas Fiscais

II - Anexo II - Riscos Fiscais

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Municipal estarão apresentadas no anexo de Metas e Prioridades, assim como as diretrizes que constarão no Projeto de Lei que instituirá o Plano Plurianual, relativo ao quadriênio 2026 a 2029, a ser encaminhado à Câmara Municipal de Belém, agregando sua atuação nos seguintes eixos estratégicos/programas temáticos:

I - Governança;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

II - Desenvolvimento Social e Cidadania;

III - Desenvolvimento Urbano e Gestão da Cidade;

IV - Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade;

V - Bem Estar e Segurança ;

§1º As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2026 terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei orçamentária anual de 2026, atendidas as despesas que compõem as obrigações constitucionais ou legais do município e as de funcionamento dos órgãos e entidades, que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§2º As metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício de 2026 poderão ser modificadas, mediante autorização do Poder Legislativo, para atender necessidades econômicas e sociais advindas de consequências provocadas por fatos supervenientes imprevisíveis ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, reconhecidas pelo poder público.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º A Lei Orçamentária Anual compreenderá os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, conforme § 4º do art. 105, da Lei Orgânica do Município de Belém.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

Art. 4º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas estatais dependentes.

Art. 5º A Proposta Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Belém-CMB, no prazo previsto no § 6º do art.106, da Lei Orgânica do Município de Belém, será composta de:

I - mensagem de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual constituída de:

a) análise da situação econômico-financeira da Administração Pública Municipal, fundamentada no demonstrativo da dívida pública municipal; e

b) justificativa da receita e despesa, particularmente no que se refere às Despesas com Pessoal e às Despesas de Capital, incluídas nos Orçamentos do Município.

II - projeto de Lei Orçamentária Anual, constituído de:

a) texto do Projeto de Lei;

b) anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, segundo a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e demais instrumentos legais; e

c) discriminação da legislação dos Órgãos, dos Fundos Municipais e da receita.

§1º Os quadros orçamentários a que se referem à alínea “b” do Inciso II deste artigo, compatíveis com os definidos na Lei 4.320/1964, são os seguintes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

I - do conjunto das receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, classificadas por Categorias Econômicas, no seu menor nível, previstas no art. 11, da Lei Federal nº 4.320/1964, identificando a fonte de recurso e o orçamento a que pertence;

II - do conjunto das despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, classificadas por Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa e Modalidade de Aplicação, conforme art. 6º, da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas modificações, discriminadas na forma definida nesta Lei;

III - do conjunto das Despesas por Poderes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, subdividindo-se cada Poder segundo as Unidades Orçamentárias que os compõem;

IV - do conjunto das Despesas por Órgão/Função dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

V - do demonstrativo especificando a codificação e a descrição das fontes de recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§2º Compõem ainda, como anexos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, os Demonstrativos das Receitas e Despesas vinculadas a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 6º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação e a fonte de recurso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

§1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual por programas, especificados em projetos, atividades e operações especiais.

§2º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;

III - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo; e

IV - Operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§3º Cada projeto, atividade e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

§4º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade orçamentária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

§5º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal, da seguridade social ou de investimento das empresas estatais.

§6º As unidades orçamentárias integram a classificação institucional, em seu menor nível, se constituindo em unidades executoras da programação de trabalho estabelecidas na Lei Orçamentária Anual e serão agrupadas pelos órgãos orçamentários aos quais se vinculam.

§7º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

I - Pessoal e encargos sociais – 1;

II - Juros e encargos da dívida – 2;

III - Outras despesas correntes – 3;

IV - Investimentos – 4;

V - Inversões financeiras – 5; e

VI - Amortização da dívida – 6.

§8º A Reserva de Contingência e a Reserva Orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social serão identificadas pelos códigos “99.999.0000” e “99.997.0000”, respectivamente, no que se refere às classificações por função, subfunção e estrutura programática.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

§9º A Reserva de Contingência e a Reserva Orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social serão identificadas pelo código "9.9.99.99.99", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§10. A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou mediante transferência financeira, inclusive a decorrente de descentralização orçamentária a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições.

§11. A especificação da modalidade de aplicação observará o que está contido nos § 1º e § 4º, do art. 3º, da Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas modificações.

§12. É vedada a execução orçamentária na modalidade de aplicação 99, devendo ser alterada quando de sua definição, conforme as modalidades estabelecidas na Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas modificações.

§13. As fontes de recursos identificam a origem da receita.

Art. 7º A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, estando autorizado pela Lei Orçamentária Anual de 2026, a abertura de crédito suplementar ou especial e a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro.

§1º Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica deverão ser utilizados exclusivamente para o atendimento do objeto de sua vinculação, ainda



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso e de acordo com a fonte de recursos definida.

§2º As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas modificações, utilizando-se a modalidade de aplicação 91.

CAPÍTULO IV

**DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS
ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES**

SEÇÃO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 8º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária Anual de 2026 deverão ser observadas as disposições legais de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, da transparência e possibilitando amplo acesso as informações pela sociedade, referentes a cada uma dessas etapas por meio de Audiências Públicas ou Consultas nos sites oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

Art. 9º Constituem receitas do Município as arrecadadas pela Administração Direta e Indireta Municipal, provenientes:

I - dos tributos de sua competência;

II - de atividades econômicas executadas ou que possam vir a ser executadas;

III - de transferências oriundas de outras esferas governamentais, organismos internacionais ou da esfera privada, por força de mandamento constitucional, de convênios ou de contratos;

IV - de empréstimos e financiamentos com prazo superior a doze meses, autorizados por Lei específica, vinculada a obras e serviços públicos, bem como suas contrapartidas;

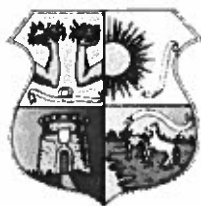
V - das contribuições, inclusive as sociais dos órgãos na condição de empregadores e dos servidores na condição de empregados, as quais serão aplicadas conforme estabelecem as Leis nº 7.984, de 30 de dezembro de 1999, nº 8.466, de 30 de novembro de 2005, nº 8.624, de 28 de dezembro de 2007, nº 8.856, de 01 de junho de 2011, nº 10.112, de 27 de dezembro de 2024 e suas modificações;

VI - dos rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras em Instituições de Créditos; e

VII - demais Receitas de competência Municipal.

Art. 10. A estimativa das Receitas Próprias Municipais considerará:

I - os fatores conjunturais e estruturais que possam vir a influenciar na arrecadação de cada fonte de receita;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

II - as políticas municipais implementadas na área fiscal e a modernização da administração fazendária;

III - as alterações na legislação tributária para o exercício de 2026; e

IV - o comportamento histórico das fontes de receitas e suas tendências.

Art. 11. A estimativa das Receitas Transferidas ao Município considerará:

I - as parcelas de receitas pertencentes ao Município, estimadas pelas esferas Federal e Estadual e liberadas de acordo com o disposto nos artigos 158 e 159, da Constituição Federal, no que couber; e

II - as parcelas de receitas fundo a fundo, de convênios ou de contratos firmados com outras esferas governamentais, organismos internacionais ou com a esfera privada.

Art. 12. A estimativa das receitas decorrentes das Operações de Crédito será feita de acordo com o cronograma dos contratos já firmados e/ou em Lei autorizativa.

Parágrafo único. A contratação de novos empréstimos estará condicionada a apreciação da Câmara Municipal de Belém, com a verificação do endividamento do Município e aos limites e condições definidos pelo Senado Federal.

Art. 13. As despesas relacionadas com os compromissos da Dívida Fundada Interna e Externa Municipal serão asseguradas na Lei Orçamentária Anual, à conta da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN.

Parágrafo único. As despesas com Juros, Amortizações e Encargos da Dívida Fundada Pública Municipal, devem considerar as operações contratadas e as



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

autorizações em negociações asseguradas até o último dia útil do mês anterior ao mês de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal de Belém-CMB.

Art. 14. Na programação de trabalho financiada com recursos de convênios e de operações de créditos serão assegurados, prioritariamente, recursos para compor a contrapartida municipal.

Art. 15. Constará no Orçamento Fiscal dotação global sob a denominação de "Reserva de Contingência", que será utilizada como fonte compensatória para a abertura de créditos adicionais, conforme estabelecido na alínea "b", do inciso III, do art. 5º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. A Reserva de Contingência será constituída em até 2% (dois por cento) do total da Receita Corrente Líquida do Orçamento Fiscal.

Art. 16. O aporte de recursos do Tesouro Municipal para autarquias, fundações e empresas estatais dependentes terá o objetivo exclusivo de complementar suas receitas próprias na cobertura de déficits operacionais, observada a natureza de cada ente.

Parágrafo único. Os recursos do Tesouro Municipal, aportados aos entes mencionados no caput deste artigo, não comporão o demonstrativo de receitas próprias daquelas entidades.

Art. 17. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, até a data de 05 de setembro de 2025, sua proposta orçamentária para 2026, através do Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD), para exame em conjunto e



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

compatibilização com a receita reestimada para o exercício de 2025, conforme estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000 e modificado pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009.

Art. 18. Na programação de investimentos em obras na Lei orçamentária de 2026 e nas de crédito adicional da Administração Pública Municipal, só serão incluídos novos projetos depois de adequadamente atendidos aqueles em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio, conforme estabelece o art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§1º Terão precedência para alocação de recursos os novos projetos que, além de preencherem os requisitos do caput deste artigo, apresentem garantia de participação de parcerias para sua execução.

§2º Para efeito do disposto no caput do presente artigo serão consideradas:

I - obras em andamento: aquelas já iniciadas e cujo cronograma de execução físico- financeiro ultrapasse o exercício de 2025; e

II - despesas de conservação do patrimônio: aquelas destinadas a atender bens cujo estado indique possível ameaça à prestação de serviços, especialmente quanto à saúde, educação, assistência, meio ambiente, saneamento e segurança pública.

Art. 19. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026, que decorram de aumento do valor global, não serão objeto de deliberação, em observância ao disposto no Parágrafo único do art. 76 c/c § 3º do art. 106, ambos da Lei Orgânica do Município e art. 166 § 3ª da CF.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

§1º Consideram-se incompatíveis as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual que:

I – No somatório total, reduzirem a dotação do projeto ou da atividade em valor superior ao programado;

II – Não apresentarem objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, projeto ou atividade, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa e destinação de recursos;

III – conceder dotação para o início de obra cujo o projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes, conforme o artigo nº 33 da lei federal nº 4.320/64;

IV – conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado, conforme o artigo nº 33 da lei federal nº 4.320/64; e

V – anularem o valor das dotações orçamentárias provenientes de:

a) despesas com a manutenção dos órgãos e entidades, alocadas no Programa manutenção da Administração do Poder Executivo;

b) despesas com recursos vinculados da administração pública direta e fundos, para outro objeto que não os definidos nas leis específicas;

c) despesas financiadas com recursos próprios das entidades da administração pública indireta para outro órgão ou entidade;

d) contrapartida obrigatória de recursos transferidos ao município e dotações fixadas para atender contrapartidas de convênios e operações de crédito contratadas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

e) Recursos de convênio e operações de crédito interna e externa;

f) Recursos para repasses financeiros em ajustes de mutua cooperação em que o município figure como uma das partes do acordo.

§2º As emendas que alterarem financeiramente o valor dos projetos ou atividades deverão ser acompanhadas dos respectivos ajustes em seus planos de trabalho, cronograma físico/financeiro, cronograma de execução e na quantificação física do produto.

Art. 20. A Administração Pública Municipal adotará como critério à destinação de recursos do Tesouro Municipal:

I – alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS;

II – projetos e ações relacionadas a políticas de inclusão social, prioritariamente, nas áreas com maiores níveis de exclusão social;

III – desenvolvimento econômico e sustentabilidade com preservação do meio ambiente;

IV - promoção dos direitos humanos, com melhoria das condições de inclusão, acessibilidade e mobilidade com ênfase na qualidade de vida e respeito à mulher e a pessoa com deficiência.

V - implementar políticas públicas com ênfase a geração de trabalho, emprego e renda com ênfase ao desenvolvimento econômico;

VI – estimular a ampliação de investimentos em infraestrutura e de alternativas de melhoria da prestação de serviços públicos mediante a autorização, concessão, permissão e parcerias públicas privadas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

VII – Melhoria dos serviços de segurança oferecidos à população;

VIII – Ampliação e execução de projetos habitacionais para município de Belém.

Parágrafo único. Projetos, obras e investimentos vinculados a estas finalidades deverão ser priorizados na elaboração e execução dos orçamentos municipais.

SUBSEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DÉBITOS JUDICIAIS

Art. 21. Na Lei Orçamentária Anual de 2026 serão incluídas as despesas com pagamento de precatórios judiciais, conforme estabelecido no § 5º, do art. 100, da Constituição Federal e outros dispositivos que disponham sobre a matéria.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta encaminharão à Procuradoria Geral do Município - PGM a relação dos débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios recebidos até 2º de abril, conforme pressupõe o § 5º do art. 100 da Constituição Federal em consonância à emenda constitucional nº 114 de 2021, e eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram o débito.

Art. 22. As despesas relacionadas com os pagamentos de precatórios da Administração Direta serão asseguradas na Lei Orçamentária à conta da Procuradoria Geral do Município – PGM.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

Art. 23. As despesas relacionadas com o pagamento de precatórios da Administração Indireta serão asseguradas na Lei Orçamentária à conta das respectivas Unidades Orçamentárias responsáveis pelo seu pagamento.

Art. 24. A PGM encaminhará a relação dos precatórios judiciais e eventuais divergências à Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão - SEGEP para inclusão na Lei Orçamentária Anual.

Art. 25. A atualização monetária dos precatórios, determinada na Constituição Federal observará os índices a serem aplicados conforme a legislação em vigor.

SUBSEÇÃO II

DAS VEDAÇÕES

Art. 26. Na programação das despesas, será vedado:

I - fixar despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos;

II - a destinação de recursos para atender despesas com sindicatos, clubes, associações ou quaisquer outras entidades de servidores, excetuadas escolas, creches, e as destinações disciplinadas na Emenda à Lei Orgânica nº 45, de 29 de julho de 2020 e alterações posteriores.

III - pagamento, a qualquer título, a servidor público, a ativo ou a empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviço de consultoria ou assistência técnica, inclusive os custeados com recursos provenientes de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

IV - Para pagamento de despesa de pessoal, a qualquer título com recursos transferidos pelo município a entidades privadas sem fins lucrativos e a órgãos de outras esferas de governo sob a forma de contribuição, subvenções e auxílios.

Parágrafo único. Excetua-se o inciso IV, os recursos transferidos para organizações sociais sem fins lucrativos e de interesse social, declaradas de utilidade pública municipal.

Art. 27. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

SUBSEÇÃO III

**DAS TRANSFERÊNCIAS PARA AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE
CIVIL**

Art. 28. Os órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social poderão executar seus programas de trabalho mediante transferência de recursos financeiros a entidades privadas, observadas a legislação vigente e a classificação da despesa na modalidade de aplicação 50,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

prevista no Anexo II, da Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas modificações.

Art. 29. As transferências de recursos financeiros entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil deverão ser realizadas conforme as regras dispostas pela Lei Federal nº 4.320, de 1964 e pela Lei Federal nº 13.019, de 2014, e suas alterações.

§1º As transferências que trata o caput do artigo somente poderão ser destinadas as entidades privadas sem fins lucrativos.

§2º As transferências que trata o caput do artigo serão efetivadas através de convênios, termos de colaboração, termos de fomento, termos de parceria ou acordo de cooperação

§ 3º O beneficiário das transferências de que trata o caput deste artigo deverá estar regular em relação aos pagamentos de tributos, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos.

Art. 30. A Administração Pública Municipal poderá destinar recursos, por meio de auxílios financeiros ou materiais de distribuição gratuita, para direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas, desde que devidamente comprovadas, constantes de programas sociais previstos em Lei, observando o disposto no § 10, do art. 73, da Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por:

I - auxílios financeiros a pessoas físicas: dotações destinadas a atender despesas de concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas, sobre diferentes modalidades, como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

II - material de distribuição gratuita: dotações destinadas a atender despesa com a aquisição de materiais de distribuição gratuita, tais como livros didáticos, gêneros alimentícios, materiais de construção e outros materiais ou bens que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto os destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

Art. 31. Os órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social poderão executar seus programas de trabalho mediante transferências a título de concessão e permissão às entidades privadas de utilidade pública com fins lucrativos, mediante as condições dispostas na Lei Federal nº 8.987, de 1995, na Lei Municipal nº 8.847, de 2011 e no art. 175, parágrafo único, incisos I, II, III e IV, da Constituição Federal, observada a classificação da despesa na modalidade de aplicação 60 e 67, prevista no Anexo II, da Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas modificações, encaminhando a Câmara Municipal de Belém, demonstrativo das entidades beneficiadas.

Art. 32. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do órgão municipal concedente e do Tribunal de Contas dos Municípios, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas, objetivos e aplicação dos recursos os quais receberam.

Parágrafo único. É vedada a destinação de recursos públicos a entidades privadas cujos sócios ou proprietários tenham sido condenados em processos criminais transitados em julgado por violência contra mulheres, crianças ou idosos e, pela prática do crime de racismo, injúria racial (art. 140, § 3º, CP) ou outro tipificado na Lei Federal nº 7.716/1989.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

SUBSEÇÃO IV

DA DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 33. Entende-se por descentralização a execução de ações orçamentárias em que o órgão ou entidade do Município delega a outro órgão público municipal a atribuição para a realização de ações constantes do seu programa de trabalho, e será realizada por meio de destaque ou provisão de crédito.

§1º Para efeito do que dispõe o caput deste artigo entende-se por:

I - destaque: a operação descentralizadora externa de crédito orçamentário em que o gestor de um órgão transfere para outro órgão, fora de sua estrutura administrativa, o poder de utilização no todo ou em parte de recursos orçamentários que lhe tenham sido destinados na Lei Orçamentária Anual;

II - provisão: a operação descentralizadora interna de crédito orçamentário, por meio do qual uma unidade gestora transfere a execução de seu programa de trabalho para outra unidade pertencente a sua estrutura administrativa, autorizando a movimentação de determinadas dotações orçamentárias.

§2º Quando a descentralização referir-se a projeto ou atividade não poderá ser utilizado os elementos de despesa "41 - Contribuições", "42 - Auxílio", ou "43 - Subvenções Sociais".

§3º Não poderá haver descentralização de crédito orçamentário para atendimento de despesas que não sejam atribuição do órgão ou entidade concedente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

§4º Os órgãos da Administração Pública Municipal, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social que optarem pela execução orçamentária na forma de Destaque, deverá formalizar a descentralização do orçamento por meio de Portaria Conjunta, identificando o objetivo, a funcional programática, a fonte de recurso, o fundo orçamentário, a sub ação, a tarefa e o valor da dotação disponibilizada.

§5º No caso da Provisão, conforme estabelece o inciso II do presente artigo, deverão ser formalizadas por meio de Plano de Aplicação Interno a ser definido pela unidade gestora detentora do crédito que transferirá à outra unidade de sua própria estrutura administrativa.

SEÇÃO II

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 34. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá todos os projetos, atividades e operações especiais das Unidades Orçamentárias da Administração Direta e Indireta Municipal, inclusive os Fundos Especiais instituídos, que desenvolvam ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

Art. 35. O Orçamento do Município incluirá os recursos necessários ao atendimento da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

SEÇÃO III

**NORMAS PARA O CONTROLE E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE
GOVERNO**

Art. 36. A Lei Orçamentária Anual de 2026 deverá propiciar o controle dos custos das ações executadas pelos órgãos da Administração Pública Municipal em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP.

Art. 37. A avaliação dos programas constantes do Plano Plurianual tem caráter permanente e é destinada ao aperfeiçoamento do planejamento do Município e dos Programas Temáticos.

§1º Compete aos órgãos da Administração Pública do Poder Executivo fornecer as informações das metas físicas e financeiras de cada programa, bem como outros dados gerenciais que possam subsidiar o processo de avaliação e a tomada de decisão.

§2º A avaliação das Metas dos Programas a que se refere o caput do artigo anterior será efetivada, anualmente, na forma e conteúdo a serem definidos pela SEGEP, compreendendo o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados pelos Programas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

SEÇÃO IV

DAS ALTERAÇÕES NA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 38. A Lei Orçamentária Anual de 2026 conterá dispositivo legal autorizando o Poder Executivo a abrir Créditos Adicionais Suplementares indicando as fontes de recursos a serem utilizadas obedecidas as disposições do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 39. Os ajustes na Lei Orçamentária Anual, para atender despesa não programada previamente nas leis orçamentárias, dar-se-á por abertura de crédito especial, mediante autorização do legislativo, conforme dispõe o artigo 40 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 40. As alterações na Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de crédito suplementar, serão autorizadas por Decreto do Chefe do Poder Executivo e, deverão ser solicitadas à SEGEP, por meio do sistema Gestão Integrada de Informações Governamentais - GIIG.

Art. 41. Os créditos adicionais suplementares, com indicação de recursos referentes à unidade orçamentária do Poder Legislativo, nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, poderão ser abertos no âmbito do Poder Legislativo por ato do seu representante.

Art. 42. As codificações de modalidades de aplicação e das fontes de recursos aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2026 e em seus créditos adicionais, poderão ser alteradas, bem como a inclusão de projetos/atividades que estejam contemplados no PPA 2026/2029 para atender as necessidades de execução e



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

dar maior transparência à execução orçamentária financeira, por meio de ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 43. Na abertura dos créditos suplementares de que trata os artigos 38, 40 e 41 desta Lei, poderão ser incluídos grupos de natureza de despesa, além dos aprovados, desde que compatíveis com a finalidade da ação orçamentária correspondente.

Art. 44. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual de 2026 e em créditos adicionais, em decorrência da criação, extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, conforme a legislação em vigor, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definido no art. 6º desta Lei.

Art. 45. Os grupos de natureza da despesa aprovados na Lei Orçamentária Anual de 2026 em cada projeto, atividade e operações especiais, terão seu detalhamento no Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), por elemento de despesa, observando os limites estabelecidos por unidade orçamentária, por categoria de programação e por fonte de recurso, e registrado no Sistema GiiG a partir do primeiro dia útil do exercício de 2026.

Parágrafo único. As alterações no QDD deverão ocorrer por meio de ato do titular do órgão ou entidade, através de Portaria, desde que ocorram na mesma unidade orçamentária, no mesmo projeto, atividade e operação especial, na mesma modalidade de aplicação, no mesmo grupo de natureza da despesa, mesma fonte de recursos e mesma origem de aplicação, devendo ser publicada



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

no Diário Oficial do Município e registradas no GiiG, pelos Órgão/Unidades Orçamentárias.

Art. 46. Havendo alteração, por ato da esfera federal, e do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e do Tribunal de contas da União, nos códigos da classificação da Receita e da Despesa, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a adequação nos códigos do Orçamento municipal vigente.

Parágrafo único. A adequação da codificação prevista no caput deste artigo será efetuada por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO V

DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 47. O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026 deverá ser aprovado até o término da sessão legislativa do exercício de 2025.

Art. 48. Caso o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026 não seja devolvido para sanção até o início do exercício financeiro de 2026, a sua programação poderá ser executada para atender despesas inadiáveis em cada mês, até que a Lei Orçamentária passe a vigorar, sempre no limite de um e doze avos do total de cada dotação constante do referido Projeto de Lei, em consonância ao estatuído no inciso III, do § 6º, do art. 106, da Lei Orgânica do Município de Belém.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

§1º Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo as dotações para atendimento de despesas com:

I - pessoal e encargos sociais;

II - benefícios previdenciários;

III - serviço da dívida fundada;

IV - precatórios;

V - obras em andamento;

VI - contratos de serviços;

VII - operações de crédito;

VIII – convênios; e

IX - contrapartidas municipais.

§2º As dotações referentes às despesas mencionadas no § 1º, deste artigo poderão ser movimentadas até o montante necessário para suas coberturas.

§3º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude do previsto no caput deste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, por meio da abertura de créditos adicionais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

SEÇÃO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A PREVISÃO DE INGRESSO DE RECEITA E A
PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO

Art. 49. Os Poderes deverão estabelecer para o primeiro quadrimestre, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2026, a previsão de ingresso de Receita e a programação de desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminadas mensalmente, nos termos do art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§1º As informações relativas ao Poder Executivo, referida no caput deste artigo, serão constituídas:

- I - da previsão de ingresso de Receita, por origem de recurso: Própria, Transferências Legais e Constitucionais, Convênios e Operações de Crédito;
- II - da programação de desembolso, por grupo de despesa e fonte de recursos.

§2º No âmbito do Poder Executivo, caberá à SEGEP e à SEFIN, estabelecer o previsto no caput deste artigo.

§3º É competência da SEGEP, disponibilizar, mensalmente, no Sistema GliG, aos Órgãos e Entidades do Poder Executivo, as quotas que viabilizem a execução orçamentária, compatíveis com a disponibilidade orçamentária e financeira e o cronograma de desembolso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

§4º A previsão de ingresso de Receita e a programação de desembolso para os demais quadrimestres serão estabelecidas até trinta dias após o encerramento do quadrimestre anterior.

Art. 50. A previsão de ingresso de Receita e a programação de desembolso do Poder Legislativo serão estabelecidas pela Câmara Municipal de Belém-CMB, a partir de seu orçamento vigente, observado o limite estabelecido na Emenda Constitucional nº 58, de 2009.

Art. 51. Verificado, ao final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não comportar a programação de desembolso, os Poderes promoverão, nos trinta dias subsequentes, os ajustes em suas programações, mediante limitação de empenho e movimentação financeira, observando:

I - os compromissos com o pagamento de pessoal e encargos sociais, o pagamento do serviço da dívida fundada, o pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado e as vinculações de recursos à educação, à saúde e demais vinculações legais; e

II - a garantia dos recursos das contrapartidas municipais de convênios e financiamentos firmados;

Parágrafo único. No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados para os órgãos e entidades do Poder Executivo dar-se-á em observância ao ingresso dessas receitas.

Art. 52. Fica autorizado o Poder Executivo realizar a desvinculação das receitas do município relativas a impostos, taxas e multas já instituídos e as que forem



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

criadas, conforme a emenda constitucional nº132 de 20 de dezembro de 2023, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, para prorrogar a desvinculação das receitas da União e estabelecer a desvinculação das receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 53. No exercício financeiro de 2026 as despesas com pessoal, ativo e inativo, do Município de Belém observarão os limites estabelecidos no inciso III, do art. 19, no inciso III, do art. 20 e no Parágrafo único, do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 54. O reajuste da remuneração de pessoal nos termos do inciso X, do art. 37, da Constituição Federal, será corrigido de acordo com a disponibilidade financeira do Tesouro Municipal, respeitado o limite estabelecido no inciso III, do art. 19 e no inciso III, do art. 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000, na forma do disposto no art. 169, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Serão assegurados, nos termos da legislação vigente e condicionada a disponibilidade orçamentária e financeira do município, o reajuste da remuneração de pessoal e a revisão geral anual, devendo, de maneira escalonada ser assegurado às servidoras e servidores a garantia de vencimento básico não inferior ao salário – mínimo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

Art. 55. O Poder Executivo fica autorizado, conforme disposto no art. 169 da Constituição Federal, a enviar à Câmara Municipal de Belém-CMB, Projeto de Lei que vise criar cargos, empregos e funções ou alterar a estrutura de carreiras e cargos.

§1º A criação de cargos, empregos e funções ou alteração da estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal fica condicionada aos limites legais estabelecidos na Lei nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

§2º O Projeto de Lei estabelecido no caput do artigo deverá ser acompanhado, obrigatoriamente, dos demonstrativos dispostos nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e ser submetido previamente à apreciação conjunta do Gabinete do Prefeito, da Secretaria Municipal de Governo - SEGOV, da Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão - SEGEP, da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN e da Procuradoria Geral do Município - PGM.

§3º Os cargos de provimento efetivo da Administração Municipal somente poderão ser providos mediante concurso, ressalvado o disposto nos artigos 13, 14 e 15 da Lei Municipal nº 7.453, de 05 de julho de 1989 – Regime Jurídico Único, especificamente nas atividades de saúde, ensino e saneamento e obras e serviços de engenharia quando forem exigidos por urgência do empreendimento ou convênio, sendo autorizado pelo Chefe do Poder Executivo.

§4º O Governo Municipal poderá realizar concurso público, ficando condicionadas as respectivas contratações à verificação dos limites estabelecidos no artigo 22 da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como a disponibilidade financeira do Tesouro Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 56. No exercício financeiro de 2026, a despesa total do município com Pessoal, apurada na forma do inciso III do artigo 19 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – LRF, observará o limite máximo de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida, não excedendo os limites estabelecidos no artigo 20 da referida Lei Federal.

Art. 57. Se a despesa com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, fica vedado para aqueles que incorrerem no excesso:

I – a concessão de novas vantagens, aumentos, reajustes ou adequações de remunerações, a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou determinação legal ou contratual, ressalvada a obrigatoriedade da revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal;

II – a criação de cargo, emprego ou função;

III – a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas da educação, saúde e segurança;

V – a realização de hora extra, salvo aquelas destinadas ao atendimento de relevantes interesses públicos, especialmente os voltados para as áreas de assistência social, educação, saúde, saneamento e segurança, que ensejam situações emergenciais de riscos ou de prejuízos para a sociedade.

Parágrafo único. A análise da necessidade para a realização de serviços previstos no inciso anterior, no âmbito do Poder Executivo, e a indicação da compensação dos recursos sem prejuízo do reestabelecimento dos limites legais



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo - SEGOV, mediante aprovação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 58. O disposto no § 1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, referente a contratos de terceirização de mão-de-obra, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total de pessoal e encargos sociais.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, efetuada por força de lei ou decisão judicial e os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividade que, simultaneamente:

- I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;
- II - não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou seja, relativas a cargos ou categorias extintas, total ou parcialmente;
- III - não caracterizem relação direta de emprego.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 59. O Chefe do Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal de Belém proposta de alteração na legislação tributária, com o objetivo de modernizar a ação fazendária, aumentar a produtividade e intensificar a administração da Dívida Ativa.

Art. 60. A concessão ou ampliação de incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita ou criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado nos termos do artigo 14 e 17 da Lei Complementar nº 101,2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, deverá estar acompanhada de estimativa do impacto nas finanças públicas municipais, no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes, assim como das medidas de compensação previstas na legislação em vigor e que deverá buscar o equilíbrio fiscal.

§1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§2º As renúncias de receitas municipais concedidas deverão ser amplamente divulgadas pela Administração Pública, devendo o órgão fazendário municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

criar indicadores e estrutura de monitoramento dos incentivos, isenções ou benefícios, apurando e publicitando, bimestralmente, se os respectivos beneficiários estão cumprindo seus deveres de compensação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 61. Integra esta Lei, em atendimento ao disposto nos § 1º e 3º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

Parágrafo único. O Anexo de Metas Fiscais, conforme previsto no inciso I do art. 5º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, poderá ser modificado em função de alterações nas previsões dos indicadores macroeconômicos, inclusão de novas receitas e obrigações no momento da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026.

Art. 62. O Poder Executivo publicará e encaminhará à Câmara Municipal de Belém- CMB até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, de que trata o art. 107, da Lei Orgânica do Município de Belém.

Parágrafo único. O relatório que trata o caput deste artigo será estruturado conforme estabelecido na Seção III, do Capítulo IX, da Lei Complementar nº 101



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

de 2000 e o Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional-STN.

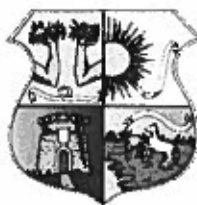
Art. 63. O Chefe do Poder Executivo poderá propor modificação ao Projeto de Lei Orçamentária Anual através de Mensagem à Câmara Municipal de Belém-CMB, de acordo com o § 5º, do art. 106, da Lei Orgânica do Município de Belém.

Art. 64. As propostas de modificações ao Projeto de Lei Orçamentária Anual pelo Legislativo, a que se refere o § 2º, do art. 106, da Lei Orgânica do Município de Belém, serão apresentadas no nível de detalhamento dos Orçamentos, garantindo recursos compatíveis à plena execução da emenda, obedecendo ainda, o que dispõe o art. 33, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, o § 3º, do art. 166, da Constituição Federal e o § 3º, do art. 106, da Lei Orgânica do Município de Belém.

Parágrafo único. As emendas individuais de vereadores à Lei Orçamentária Anual – LOA, serão aprovadas obedecendo ao que dispõe o art. 106 e seus parágrafos da Lei Orgânica do Município de Belém.

Art. 65. O Poder Executivo deverá atender as solicitações encaminhadas pelo Presidente das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Belém-CMB, referentes às informações que justifiquem os valores orçados, e seus programas, projetos e atividades, no prazo de quinze dias úteis a partir da data do recebimento das solicitações.

Art. 66. Os Projetos de Leis referidos no arts. 54, 58 e 69 desta Lei, serão encaminhados pelo Prefeito Municipal à Câmara Municipal de Belém, com solicitação de apreciação em regime de urgência, na forma do disposto no art. 77 da Lei Orgânica do Município de Belém.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

Art. 67. Para efeito do disposto no § 3º, do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como irrelevantes as despesas que não ultrapassem o limite que trata os incisos I e II, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas atualizações.

Art. 68. As despesas relativas à publicidade dos atos da Administração Municipal serão coordenadas pela Secretaria Municipal de Comunicação - SECOM, tanto as financiadas com recursos do Tesouro Municipal, como também com os recursos próprios dos órgãos e entidades no âmbito do Poder Executivo e os relatórios das empresas executoras e dos serviços prestados serão encaminhados à Câmara Municipal de Belém.

Parágrafo único. A despesa referida no caput deste artigo, consignada no orçamento do órgão ou entidade, será executada pela SECOM por meio de destaque orçamentário das ações específicas de publicidade.

Art. 69. Em caso de necessidade de refinanciamento da Dívida Fundada Interna, o Poder Executivo enviará à Câmara Municipal de Belém-CMB, Projeto de Lei dispondo sobre a matéria até o final do exercício de 2025.

Art. 70. A proposição de dispositivo legal que crie órgãos, entidades, fundos, programas especiais ou similares, vinculando receita ou originando nova despesa, deverá, obrigatoriamente, atender ao disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000 e ser submetida previamente à Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP.

Art. 71. O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026 poderá incluir modificações nas estimativas de Receita, Despesas e Metas Programáticas



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

presentes na Lei referente a LDO/2026, de modo a atender os objetivos e as ações constantes do Plano Plurianual.

Art. 72. Fica o Executivo Municipal, de acordo com o disposto na Lei nº 8.847, de 12 de maio de 2011 e o Decreto de regulamentação nº 97.008 de 14 de agosto de 2020 e nos termos da Lei Federal nº 11.079, de 30/12/2004, e alterações posteriores, autorizado a incluir na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2026, as dotações orçamentárias referentes aos objetos de celebração de Parcerias Público – Privados (PPPs).

Art. 73. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Lemos, 28 de abril de 2025.

IGOR WANDER CENTENO
NORMANDO:94660751287

Assinado de forma digital por IGOR
WANDER CENTENO
NORMANDO:94660751287
Dados: 2025.04.28 21:12:14 -03'00'

IGOR NORMANDO
Prefeito Municipal de Belém



45

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

ANEXOS
AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS
2026



461

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

ANEXO I

METAS FISCAIS



42

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

DEMONSTRATIVO 1

METAS ANUAIS

MUNICÍPIO DE BELÉM-PA
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - 2025

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)	ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028				R\$ EM MIL
		Valor		% PIB	% RCL	Valor		% PIB	% RCL	Valor		% PIB	% RCL	
		Corrente	Constante ^a	(a / PIB) x 100	(a / RCL) x 100	Corrente	Constante ^a	(b / PIB) x 100	(b / RCL) x 100	Corrente	Constante ^a	(c / PIB) x 100	(b / RCL) x 100	
		(a)				(b)				(c)				
	RECEITA TOTAL (EXCETO FONTE RPPS)	5.498.485	5.261.709	1,502	0,107	5.699.897	5.451.824	1,467	0,109	5.858.367	5.646.619	1,500	0,112	
	RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	5.159.506	4.937.326	1,410	0,100	5.317.358	5.112.844	1,376	0,102	5.492.608	5.294.080	1,406	0,105	
	DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	5.417.586	5.184.293	1,480	0,105	5.627.006	5.410.593	1,456	0,108	5.831.277	5.620.508	1,493	0,111	
	DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (II)	5.089.640	4.870.469	1,391	0,099	5.285.942	5.082.637	1,368	0,102	5.477.423	5.279.444	1,403	0,104	
	RECEITA TOTAL (COM FONTE RPPS)	410.709	393.023	0,112	0,008	427.138	410.709	0,111	0,008	443.155	427.138	0,113	0,008	
	RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (III)	332.010	317.713	0,091	0,008	345.290	332.010	0,089	0,007	358.239	345.290	0,092	0,007	
	DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	410.709	393.023	0,112	0,008	427.137	410.709	0,111	0,008	443.155	427.137	0,113	0,008	
	DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (IV)	332.010	317.713	0,091	0,008	345.290	332.010	0,089	0,007	358.239	345.290	0,092	0,007	
	RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V) = (I-II)	68.866	66.857	0,019	0,001	31.416	30.208	0,008	0,001	15.185	14.636	0,004	0,000	
	RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (VI) = (V) + (III-IV)	148.565	142.167	0,041	0,003	113.263	108.907	0,029	0,002	100.101	96.483	0,026	0,002	
	JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (EXCETO RPPS)	79.850	76.411	0,022	0,002	83.044	79.850	0,021	0,002	86.158	83.044	0,022	0,002	
	JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (EXCETO RPPS)	118.423	113.324	0,032	0,002	123.160	118.423	0,032	0,002	127.779	123.160	0,033	0,002	
	DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	1.888.170	1.806.861	0,516	0,037	1.923.444	1.849.466	0,498	0,037	1.938.949	1.868.867	0,497	0,037	
	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	601.017	575.136	0,164	0,012	584.806	562.313	0,151	0,011	549.710	529.841	0,141	0,010	
	RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) ABAIXO DA LINHA	6.150	5.685	0,002	0,000	16.212	15.588	0,004	0,000	35.096	33.827	0,009	0,001	

FONTE: Sistema GIG, Unidade Responsável SEGEPI/SEFIN, Data da emissão 19/04/2025, 11:27 hs

SPE/MF, elaboração: SOF/MPO - Valor do PIB da União

Notas:

(1) Nos valores da Receita foi deduzido o valor da contribuição ao FUNDEB.

(2) IPCA valores constantes de 2026 a 2028 valores estimados pelo SPE/SETO/ME (Lei de Diretrizes Orçamentárias da União).

(3) A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no - Anexo 6 da Parte III do MDF 14ª edição. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

62

Demonstrativo 01- METAS ANUAIS

Para a projeção das Metas Fiscais para o triênio 2026/2028, relativo à receita municipal, a Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN e Secretaria de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão-SEGEP tomaram por referência o desempenho da arrecadação do exercício de 2024; o realizado até fevereiro de 2025 e sua reestimativa até o final do exercício; os indicadores macroeconômicos definidos pelo Governo Federal, conforme demonstrado no quadro de Indicadores Econômicos e Financeiros, abaixo.

Especificadamente para as receitas próprias da administração direta, fundações, autarquias e empresas dependentes municipais foram tomadas como base o índice de inflação – IPCA, projetado pelo SPE/MF, elaboração SOF/MPO, além de fatores específicos de cada item de receita, podendo destacar ações que serão intensificadas pelos órgãos arrecadadores, relativas à fiscalização e aperfeiçoamento nos processos de controle e cobranças para recuperação, por exemplo, da dívida ativa.

INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS	2026	2027	2028
PIB real União (%)	2,50	2,60	2,60
PIB Nominal União (bilhões)	13.705,80	14.682,70	15.725,10
IPCA Acumulado (%)	3,50	3,10	3,00
INPC Acumulado (%)	3,40	3,00	3,00
IGP-DI Acumulado (%)	4,40	4,00	3,80
Taxa Over Selic Acumulada ano (%)	12,56	10,09	8,27
Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - média)	5,97	5,91	5,90
Salário Mínimo (R\$) ⁽¹⁾	1.630	1.724	1.823

Fonte: PLDO 2026 UNIÃO
Fonte: SPE/MF/SOF/MPO

Para as receitas de operações de créditos e convênios foram incluídas na projeção aquelas que se encontram devidamente celebradas e em andamento.

Os parâmetros financeiros utilizados na projeção das despesas públicas foram empregados conforme a especificidade do gasto, sendo utilizados os seguintes índices de correção:

1. Pessoal e encargos sociais: a variação do Salário Mínimo para as categorias funcionais a ele vinculadas, bem como reajuste pelo índice de inflação do período dos últimos 12 meses, Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA 5,06% para as demais categorias;
2. Dívida Pública: em conformidade com as cláusulas constantes nos contratos de financiamento e de confissão de dívida;
3. Aplicação à manutenção do ensino e as ações dos serviços públicos de saúde, fundos municipais: foram calculados com base nas receitas que compõem a base legal de vinculação estabelecido na Constituição Federal e nas legislações específicas;
4. Câmara Municipal: aplicação do limite determinado pelo artigo 29-A da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 25/2000 e modificado pela Emenda Constitucional nº 58/2009.
5. Despesas de caráter continuado: observou-se o comportamento médio dos gastos dos anos de 2024 e 2025;
6. Demais itens de despesas: considerou-se o levantamento dos custos projetados pela expectativa inflacionária para o período, utilizando-se o índice correspondente à especificidade da despesa.

O **Demonstrativo 1 – METAS ANUAIS** evidencia, a preços correntes, que o Município de Belém, no ano de 2026 apresenta superávit primário no montante de R\$69,8 milhões, resultado da diferença entre a receita primária e da despesa primária, excluídas os recursos com fontes do RPPS. Para os anos de 2027 e 2028 haverá perspectiva de superávit no Resultado Primário.

Este superávit primário demonstra o compromisso da administração municipal com o equilíbrio fiscal, ou seja, com a capacidade financeira de pagamento de sua dívida pública. Demonstrando, portanto, a solvência financeira do Município.

O Resultado Nominal, indicador relacionado ao aumento ou diminuição do endividamento público, apurado mediante a diferença entre o saldo da Dívida Fiscal Líquida ao final de um período e o saldo da Dívida Fiscal Líquida do período anterior, demonstra equilíbrio quanto ao seu desempenho. Abaixo do limite legal, que é de 120% do valor da Receita Corrente Líquida.

DEMONSTRATIVO 2

**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO
DAS METAS FISCAIS DO
EXERCÍCIO ANTERIOR**

MUNICÍPIO DE BELÉM - PA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE
METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2026

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB	% RCL	R\$ EM MIL	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	4.872.969	1,48	99,34	5.361.790	1,55	108,79	488.821	10,03
Receitas Primárias (I)	4.578.802	1,39	93,34	5.050.452	1,46	102,48	471.650	10,30
Despesa Total	4.872.969	1,48	99,34	5.469.198	1,58	110,97	596.229	12,24
Despesas Primárias (II)	4.576.463	1,39	93,29	5.142.991	1,49	104,35	566.528	12,38
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	2.339	0,00	0,05	-92.539	-0,03	-1,88	-90.200	-3.856,35
Dívida Pública Consolidada - DC	1.414.644	0,43	28,84	1.809.491	0,52	36,72	394.847	27,91
Dívida Consolidada Líquida - DCL	759.421	0,23	15,48	1.077.029	0,31	21,85	317.608	41,82
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	5.762	0,00	0,12	-389.426	-0,11	-7,90	-395.188	-6.858,52

Parâmetros	Valor Previsto	Valor Realizado
PIB Nominal	329.609.532,00	345.529.672,00
Receita Corrente Líquida	4.905.477,57	4.928.450,08

FONTE: LDO 2024, Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, 27/03/2025, 10:15 h.

LDO 2025 do Estado do Pará - Valor do PIB Estado projetado para 2024 R\$ 329,6 bilhões.

NOTAS: (1) A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha. Parâmetros

(2) Valor da RCL em 2024 R\$ 4,9 Bilhões.

(3) Valores Correntes.

25

52

O Demonstrativo 2 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR permite analisar o comportamento das finanças públicas do ano anterior ao mês de elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 (LDO/2026), que, no caso, faz referência ao ano de 2024, encontrando-se encerrado.

O Resultado Primário apurado a partir da diferença entre a receita primária realizada (5,050 bilhões) e a despesa primária executada (5,142 bilhões) apresentou deficit de R\$ 92,5 milhões alcançado no ano de 2024, abaixo do previsto na LDO/2024, cuja projeção seria de um Resultado Primário positivo de R\$ 2,3 milhões, esse deficit é resultado do aumento da despesas primárias, com pagamento de pessoal, outras despesas correntes e investimentos realizado no exercício de 2024.

No caso do Resultado Nominal esse apresentou deficit de 389,4 milhões alcançado no ano de 2024, abaixo do previsto na LDO/2024, cuja a projeção seria de um resultado nominal positivo de 5,7 milhões, esse déficit é resultado do aumento da dívida consolidada líquida em relação ao exercício anterior.

DEMONSTRATIVO 3

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

MUNICÍPIO DE BELÉM - PA
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2026

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ EM MIL

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
RECEITA TOTAL (EXCETO FONTE RPPS)	4.729.330	4.872.969	3,04	5.147.422	5,63	5.498.485	6,82	5.669.867	3,12	5.858.367	3,32
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	3.788.632	4.578.802	20,86	4.818.835	5,24	5.159.506	7,07	5.317.358	3,06	5.492.608	3,30
DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	4.449.279	4.872.969	9,52	5.362.835	10,05	5.417.586	1,02	5.627.006	3,87	5.931.277	3,63
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (II)	4.315.880	4.578.463	6,04	5.070.070	10,79	5.089.640	0,39	5.285.942	3,86	5.477.423	3,62
RECEITA TOTAL (COM FONTES RPPS)	368.200	390.000	5,92	406.474	4,22	410.709	1,04	437.138	4,00	443.155	3,75
RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (III)	368.200	390.000	-21,90	328.586	14,26	332.010	1,04	345.290	4,00	358.239	3,75
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	255.904	287.569	52,40	406.474	4,22	410.709	1,04	427.138	4,00	443.155	3,75
DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (IV)	255.904	287.569	12,37	328.586	14,26	332.010	1,04	345.290	4,00	358.239	3,75
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V) = (I-III)	-527.249	2.339	-100,44	-251.234	-10,84	69.865	-127,81	31.416	-55,03	15.185	-51,96
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (VI) = (V) + (II-IV)	2.888.843	2.339	-100,56	-251.234	-10,84	148.565	-159,13	113.263	-23,76	100.101	-11,62
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (EXCETO RPPS)	46.928	60.971	29,92	76.411	25,32	79.850	4,50	83.044	4,00	86.158	3,75
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (EXCETO RPPS)	97.380	126.788	30,20	113.324	-10,62	118.423	4,35	123.160	4,00	127.779	3,75
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	1.389.895	1.414.644	1,78	1.775.452	25,51	1.888.170	6,35	1.923.444	1,87	1.938.949	0,81
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	687.603	579.421	10,44	703.617	-7,35	601.017	-14,58	584.806	-2,70	549.710	-6,00
DÍVIDA CONSOLIDADA NOMINAL (SEM RPPS) ABAIXO DA LINHA	202.816	5.762	-97,16	373.412	6.380,80	6.150	-98,35	16.212	163,61	35.096	116,48

VALORES A PREÇOS CONSTANTES

ESPECIFICAÇÃO											
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
RECEITA TOTAL (EXCETO FONTE RPPS)	4.947.825	5.106.333	3,24	5.438.766	6,47	5.745.917	5,65	5.896.693	2,62	6.079.813	3,11
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	3.963.667	4.799.958	21,10	5.091.581	6,08	5.391.663	5,89	5.530.053	2,57	5.700.228	3,08
DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	4.654.836	5.108.333	9,74	5.696.372	10,92	5.661.377	-0,09	5.852.087	3,37	6.051.699	3,41
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (II)	4.515.274	4.797.506	6,25	5.357.036	11,66	5.318.674	-0,72	5.497.380	3,36	5.684.469	3,40
RECEITA TOTAL (COM FONTE RPPS)	385.210	408.837	6,13	429.481	5,05	429.191	-0,07	444.223	3,50	459.907	3,53
RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (III)	385.310	408.837	6,13	429.481	5,05	429.191	-0,07	444.223	3,50	459.907	3,53
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	267.727	408.837	52,71	347.184	15,17	346.950	-0,07	359.102	3,50	371.780	3,53
DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (IV)	267.727	408.837	52,71	347.184	15,17	346.950	-0,07	359.102	3,50	371.780	3,53
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V) = (I-III)	-551.608	2.452	-100,44	-265.454	-10,92	14.26	-127,81	31.416	-55,03	15.185	-51,96
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (VI) = (V) + (II-IV)	-434.124	2.452	-100,56	-265.454	-10,92	14.26	-127,81	31.416	-55,03	15.185	-51,96
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (EXCETO RPPS)	49.097	63.916	30,18	80.736	26,32	83.443	3,35	86.366	3,50	89.415	3,53
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (EXCETO RPPS)	101.879	132.911	30,46	119.738	-9,91	123.752	3,35	128.087	3,50	132.609	3,53
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	1.454.108	1.482.971	1,98	1.875.943	26,50	1.973.137	5,18	2.000.382	1,38	2.012.241	0,59
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	719.370	796.101	10,67	743.442	-6,61	628.063	-15,52	608.198	-3,16	570.489	-6,20
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) ABAIXO DA LINHA	212.186	6.040	-97,15	394.547	6.431,91	6.427	-98,37	16.860	162,34	36.422	116,03

Fonte: 2023 a 2025: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, 2026 a 2028 PLDO do Município. Unidade Responsável: SEGEPI/SEFIN, 28/03/2025, 14:52 h.

Notas:

(1) Nos valores da Receita foi deduzido o valor da contribuição ao FUNDEB.

(3) A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha VALORES A PREÇOS CORRENTES.

O Demonstrativo 3 – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES, evidencia os resultados fiscais do Município no período de 06 (seis) anos, oportunizando a comparação das metas realizadas nos exercícios de 2023 e 2024 e a reestimativa para o exercício de 2025 com as fixadas na presente PLDO, dos exercícios de 2026 a 2028.

O demonstrativo aponta previsão de aumento na receita total no ano de 2025 em relação a 2024, em função principalmente da perspectiva de aumento de arrecadação das receitas tributárias e ingresso das Receitas Transferidas da União (FPM) e do Estado (ICMS e IPVA. Nos anos de 2026, 2027 e 2028 há uma previsão de aumento de receita, principalmente em função da perspectiva de melhora no cenário nacional e estadual, favorecendo uma previsão de aumento nas receitas próprias e transferidas.

Do lado da despesa total, os valores apresentados acompanham a perspectiva de arrecadação das receitas nos seus respectivos anos.

Ressalta-se que este demonstrativo trata da comparação entre as metas efetivamente realizadas, em 2023 e 2024 e a reestimativa para 2025 e a estimativa das metas para 2026 e os dois anos subsequentes.



DEMONSTRATIVO 4

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

58
2

MUNICÍPIO DE BELÉM - PA
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2026

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ EM MIL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	1.360.593	14,53	1.367.342	28,61	1.363.992	33,21
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultados Acumulados	8.006.460	85,47	3.411.323	71,39	2.742.650	66,39
TOTAL	9.367.053	100	4.778.665	100	4.106.642	100

REGIME PREVIDENIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio	-10.801.605.763	100	777.610.451	100	795.180.533	100
Reservas	0	0	0	0	0	0
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0	0	0	0	0	0
TOTAL	-10.801.605.763	100	777.610.451	100	795.180.533	100

Fonte: Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Finanças - Departamento de Contabilidade / Sistema GII/G/pmb, 17/03/2024, 15:00 hs
E Belemprev Departamento de Contabilidade.

Nota: Informações sujeitas a modificações.

O **Demonstrativo 4- EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** evidencia a evolução do Patrimônio Líquido (PL) dos últimos três exercícios anteriores ao ano de edição da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026. Em termos monetários, a situação patrimonial líquida do município, ou seja, representa a diferença entre o "Ativo" e o "Passivo". Conforme a 14ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), integram o patrimônio líquido: o patrimônio / capital social, as reservas de capital, ajuste de avaliação patrimonial, reservas de lucros, e resultados acumulados, além de outros desdobramentos do saldo patrimonial, conforme abaixo:

- a) **Patrimônio / Capital Social:** Compreende o patrimônio social das Autarquias, Fundações e Fundos e o capital social das demais entidades da Administração Indireta;
- b) **Reservas:** Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitam pelo resultado, a reserva constituída com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas e as demais reservas, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação;

c) Ajuste de avaliação patrimonial: É o cálculo contábil que busca corrigir os valores ativos e passivos;

d) Resultados Acumulados: Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquido das Empresas e os superávits ou déficits acumulados da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos. Também integra a conta de Resultados Acumulados a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

Nota:

No exercício de 2024, a variação total do PL representou um aumento de 99,35% em relação a 2023, passando de R\$ 4,698 bilhões para R\$ 9,367 bilhões

DEMONSTRATIVO 5

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

68

MUNICÍPIO DE BELÉM - PA
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2026

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$EM MIL

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	3.535	31.602	1.812
Alienação de Bens Móveis	1.220	0	0
Alienação de Bens Imóveis	2.314	31.602	1.812
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2024 (d)	2023 (e)	2022 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	993	2.002	1.812
DESPESAS DE CAPITAL	993	2.002	1.812
Investimentos	993	2.002	1.812
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2024 (g) = (Ia- IIId)+IIIh)	2023 (h) = (Ib- IIIf)+IIIi)	2022 (i) = (Ic - IIIf)
VALOR (III)	32.142	29.600	0

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças - Departamento de Contabilidade 18/03/2024 08:00h

O Demonstrativo 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS, foi elaborado em conformidade com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais 14ª edição, aprovado por meio da Portaria (STN) nº 699/2023, de 07.07.2023.

Este demonstrativo evidencia a evolução da origem dos recursos obtidos com a alienação de ativos nos últimos três anos (2024, 2023 e 2022), tendo como objetivo evidenciar a aplicação de recursos provenientes de receita da alienação de bens e direitos em despesas de capital ou nas despesas correntes dos regimes de previdência.

O Quadro demonstra que no período de 2023 e 2022 as receitas oriundas de alienação de ativos foram parcialmente destinadas exclusivamente ao financiamento de investimentos, compensando a baixa patrimonial decorrente desta alienação no exercício de 2022, porém no exercício de 2024, as receitas de alienação de ativos foram também utilizadas em investimentos, registrando um saldo financeiro de 32.142, milhões, a ser aplicado nos exercícios seguintes.

DEMONSTRATIVO 6

RECEITAS E DESPESAS

PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS E

AVALIAÇÃO ATUARIAL DO RPPS

6

ANEXO DE METAS FISCAIS
AValiação DA SITUAÇÃO Financeira E Atuarial DO RPPS - 2026

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, linha a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024
RECEITAS CORRENTES (I)	93.687.255,48	119.733.463,31	109.997.564,25
Receita de Contribuições dos Segurados	3.758.558,83	7.073.163,32	8.607.066,00
Civil	3.758.558,83	7.073.163,32	8.607.066,00
Ativo	3.758.558,83	7.073.163,02	8.607.066,00
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	27.948.908,02	28.730.262,34	31.409.660,21
Civil	27.948.908,02	28.730.262,34	10.184.833,16
Ativo	9.886.002,18	8.841.468,52	10.184.833,16
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Em Regime de Parcelamento de Débitos	18.062.905,84	19.888.793,82	21.224.827,05
Receita Patrimonial	61.979.788,63	83.929.393,44	69.980.838,04
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	61.979.788,63	83.929.393,44	69.980.838,04
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	644,21	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	644,21	-
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	93.687.255,48	119.733.463,31	109.997.564,25

65

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024
Benefícios	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-
Pensões por Morte	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Financeira entre os Regimes	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)	93.687.255,48	119.733.463,31	109.997.564,25

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024
VALOR	590.532.538,25	676.027.881,98	790.806.232,30

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024
VALOR	38.813.931,36	92.863.727,00	86.200.957,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-	-	-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.445,63	1.597,00	0
Investimentos e Aplicações	637.004.555,28	758.860.563,34	894.595.755,51
Outros Bens e Direitos	183.666.697,00	184.466.354,88	164.127.129,01

66

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024
RECEITAS CORRENTES (VII)	207.467.678,15	248.466.141,44	274.237.501,91
Receita de Contribuições dos Segurados	94.989.606,75	104.850.792,82	109.113.484,24
Civil	94.989.606,75	104.850.792,82	109.113.484,24
Ativo	89.764.706,92	96.882.546,92	100.241.664,21
Inativo	4.424.683,66	7.155.891,00	7.879.092,64
Pensionista	800.216,17	812.354,90	992.727,39
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	101.914.029,14	123.514.434,29	119.279.090,31
Civil	101.914.029,14	123.514.434,29	119.279.090,31
Ativo	101.914.029,14	123.514.434,29	119.279.090,31
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Em Regime de Parcelamento de Débitos	-	-	-
Receita Patrimonial	4.712.619,63	4.512.693,76	2.916.513,28
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	4.712.619,63	4.512.693,76	2.916.513,28
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	5.851.422,63	15.588.220,57	42.928.414,08
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	1.014.362,92	10.663.474,44	37.332.453,43
Demais Receitas Correntes	4.837.059,71	4.924.746,13	5.595.960,65
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	207.467.678,15	248.466.141,44	274.237.501,91

67

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024
Benefícios	371.515.504,69	432.558.670,60	499.020.576,38
Aposentadorias	284.277.846,42	339.918.837,99	402.358.100,11
Pensões por Morte	87.237.658,27	92.639.832,61	96.662.476,27
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	11.910.131,15	4.980.261,89
Compensação Financeira entre os Regimes	-	11.910.131,15	4.980.261,89
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	371.515.504,69	444.468.801,75	504.000.838,27

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)²	-164.047.826,54	- 196.002.660,31	-229.763.336,36
--	------------------------	-------------------------	------------------------

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	160.249.211,06	206.469.984,47	197.368.707,15
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.050.056,19	2.268.863,34	48.921,24
Investimentos e Aplicações	25.383.307,10	29.507.445,68	14.425.110,01
Outro Bens e Direitos	-	-	-

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024
Receitas Correntes			
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	-	-	-

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024
Despesas Correntes (XIII)	12.329.067,81	17.598.260,90	19.545.375,06
Pessoal e Encargos Sociais	6.859.921,43	7.930.105,22	8.930.957,87
Demais Despesas Correntes	5.469.146,38	9.668.155,68	10.614.417,19
Despesas de Capital (XIV)	51.511,00	307.025,46	29.430,88
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	12.380.578,81	17.905.286,36	19.574.805,94

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)²	-12.380.578,81	-17.905.286,36	-19.574.805,94
--	-----------------------	-----------------------	-----------------------

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	50.242,84	167.762,94	410.951,69
Investimentos e Aplicações	10.538.274,94	-	-
Outro Bens e Direitos	-	-	-

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO)	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024
Contribuições dos Servidores			
Demais Receitas Previdenciárias			
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO) (XVII)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO)	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024
Aposentadorias			
Pensões			
Outras Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO) (XVIII)			
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO (XIX) = (XVII - XVIII)²			

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário © = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário © = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)

FONTE: Sistema GIIG e RREO, Unidade Responsável: BELEMPREV e SEGEP, Emissão: 18/03/2025, às 15:36.

69

PLANO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
2024	11.893.883,14	764.640.128,79	- 652.746.245,64	- 623.238.799,96
2025	107.086.862,64	778.516.084,85	- 671.429.222,21	- 1.294.668.022,17
2026	102.644.358,58	802.300.462,94	- 699.656.107,35	- 1.994.324.129,52
2027	98.927.186,74	816.065.570,79	- 717.138.384,05	- 2.711.462.513,57
2028	93.957.684,72	840.652.126,20	- 746.694.441,48	- 3.458.156.955,05
2029	90.155.462,98	851.268.109,25	- 761.112.646,27	- 4.219.269.601,32
2030	85.910.202,75	864.116.268,50	- 778.206.065,75	- 4.997.475.667,07
2031	83.040.262,12	860.684.033,68	- 777.643.771,56	- 5.775.119.438,63
2032	79.300.864,51	864.199.605,06	- 784.898.740,55	- 6.560.018.179,19
2033	75.672.494,47	864.319.589,11	- 788.647.094,65	- 7.348.665.273,83
2034	71.657.366,99	866.773.809,81	- 795.116.442,82	- 8.143.781.716,66
2035	68.182.071,43	861.916.617,17	- 793.734.545,73	- 8.937.516.262,39
2036	64.902.946,87	853.442.542,30	- 788.539.595,43	- 9.726.055.857,82
2037	61.314.651,59	846.391.440,46	- 785.076.788,87	- 10.511.132.646,68
2038	58.413.306,96	831.535.587,87	- 773.122.280,90	- 11.284.254.927,59
2039	55.486.155,67	815.943.080,25	- 760.456.924,57	- 12.044.711.852,16
2040	52.561.473,73	799.231.707,57	- 746.670.233,84	- 12.791.382.086,00
2041	29.850.247,00	779.332.080,74	- 729.481.833,74	- 13.520.863.919,75
2042	47.341.771,79	756.925.435,71	- 709.583.663,92	- 14.230.447.583,66
2043	44.919.502,07	733.090.782,20	- 688.171.280,13	- 14.918.618.863,79
2044	42.490.907,24	708.796.989,76	- 666.306.082,52	- 15.584.924.946,31
2045	40.269.070,95	682.209.639,42	- 641.940.568,47	- 16.226.865.514,79
2046	38.130.594,12	654.662.635,10	- 616.532.040,98	- 16.843.397.555,77
2047	36.099.173,46	626.031.107,87	- 589.931.934,41	- 17.433.329.490,18
2048	34.070.291,86	597.405.097,45	- 563.334.805,59	- 17.996.664.295,77
2049	32.209.322,11	567.458.335,48	- 535.249.013,36	- 18.531.913.309,13
2050	30.347.531,28	537.873.928,18	- 507.526.396,90	- 19.039.439.706,04
2051	28.621.118,16	507.596.109,56	- 478.974.991,41	- 19.518.414.697,45
2052	26.951.124,90	477.484.015,11	- 450.532.890,20	- 19.968.947.587,65
2053	25.300.258,87	448.030.139,14	- 422.729.880,27	- 20.391.677.467,92
2054	23.709.153,81	419.026.373,76	- 395.317.219,96	- 20.786.994.687,88

2055	22.187.506,31	390.520.933,88	- 368.333.427,57	- 21.155.328.115,45
2056	20.704.452,77	362.898.094,43	- 342.193.641,66	- 21.497.521.757,11
2057	19.260.879,77	336.255.009,80	- 316.994.130,03	- 21.814.515.887,14
2058	17.861.175,98	310.643.419,76	- 292.782.243,78	- 22.107.298.130,91
2059	16.509.655,48	286.113.918,88	- 269.604.263,40	- 22.376.902.394,31
2060	15.209.396,65	262.693.849,64	- 247.484.452,99	- 22.624.386.847,30
2061	13.963.879,98	240.419.540,16	- 226.455.660,19	- 22.850.842.507,49
2062	12.775.798,22	219.315.019,04	- 206.539.220,82	- 23.057.381.728,31
2063	11.646.121,17	199.376.535,98	- 187.730.414,80	- 23.245.112.413,11
2064	10.575.501,15	180.595.114,17	- 170.019.613,02	- 23.415.131.756,13
2065	9.564.697,17	162.963.003,18	- 153.398.306,01	- 23.568.530.062,14
2066	8.613.554,31	146.459.517,17	- 137.845.962,86	- 23.706.376.025,00
2067	7.721.585,83	131.058.255,56	- 123.336.669,73	- 23.829.712.694,73
2068	6.887.840,94	116.726.104,54	- 109.838.263,61	- 23.939.550.958,34
2069	6.111.328,42	103.430.882,55	- 97.319.554,13	- 24.036.870.512,47
2070	5.390.946,96	91.138.966,60	- 85.748.019,64	- 24.122.618.532,11
2071	4.725.735,92	79.820.964,18	- 75.095.228,26	- 24.197.713.760,37
2072	4.115.296,42	69.459.212,15	- 65.343.915,73	- 24.263.057.676,10
2073	3.558.833,19	60.031.077,01	- 56.472.243,82	- 24.319.529.919,92
2074	3.055.484,45	51.514.820,94	- 48.459.336,49	- 24.367.989.256,41
2075	2.603.795,39	43.880.536,12	- 41.276.740,73	- 24.409.265.997,14
2076	2.201.845,84	37.092.205,14	- 34.890.359,29	- 24.444.156.356,44
2077	1.847.085,04	31.104.657,26	- 29.257.572,22	- 24.473.413.928,65
2078	1.536.068,09	25.858.582,17	- 24.322.514,08	- 24.497.736.442,74
2079	1.265.202,62	21.292.848,57	- 20.027.645,94	- 24.517.764.088,68
2080	1.031.000,79	17.347.455,56	- 16.316.454,77	- 24.234.080.543,45
2081	829.898,41	13.961.439,82	- 13.131.541,41	- 24.547.212.084,86
2082	658.718,25	11.080.586,54	- 10.421.868,29	- 24.557.633.953,16
2083	514.449,28	8.653.514,05	- 8.139.064,77	- 24.565.773.017,93
2084	394.332,17	6.633.275,61	- 6.238.943,44	- 24.572.011.961,36
2085	295.749,03	4.975.494,30	- 4.679.745,27	- 24.576.691.706,63
2086	216.284,53	3.639.306,57	- 3.423.022,04	- 24.580.114.728,67
2087	153.651,08	2.586.102,60	- 2.432.451,52	- 24.582.547.180,19
2088	105.608,42	1.778.140,66	- 1.672.532,24	- 24.584.219.712,43
2089	69.909,87	1.177.587,05	- 1.107.677,18	- 24.585.327.389,62
2090	44.334,46	747.085,61	- 702.751,15	- 24.586.030.140,76

22

2091	26.778,04	451.328,08	-	424.550,04	- 24.586.454.690,81
2092	15.320,93	258.158,38	-	242.837,45	- 24.586.697.528,26
2093	8.258,50	139.025,25	-	130.025,15	- 24.586.828.295,01
2094	4.162,27	69.960,76	-	65.798,48	- 24.586.894.093,50
2095	1.944,07	32.622,64	-	30.678,58	- 24.586.924.772,08
2096	830,08	13.906,06	-	13.075,98	- 24.586.937.848,05
2097	313,53	5.240,96	-	4.927,42	- 24.586.942.775,47
2098	98,85	1.648,81	-	1.549,96	- 24.586.944.325,43

PLANO PREVIDENCIÁRIO

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
2024	72.315.706,72	615.827,02	71.699.879,70	866.611.701,06
2025	75.958.447,33	818.178,05	75.140.269,28	941.751.971,34
2026	79.791.961,27	925.339,95	78.866.621,33	1.020.618.591,67
2027	83.799.373,10	1.076.713,39	82.722.659,71	1.103.341.251,38
2028	87.962.622,61	1.380.796,73	86.581.825,88	1.189.923.077,26
2029	92.315.401,87	1.684.470,76	90.630.931,12	1.280.554.008,38
2030	92.725.641,27	2.625.598,28	94.100.042,99	1.374.654.051,37
2031	101.415.226,07	3.064.637,10	98.350.588,97	1.473.004.640,34
2032	105.694.896,36	6.285.905,30	99.408.991,06	1.572.413.631,40
2033	109.278.277,91	12.843.554,80	96.434.723,11	1.668.848.354,84
2034	95.529.833,49	15.467.833,16	80.062.000,33	1.748.910.354,84
2035	99.045.760,84	17.845.951,99	81.199.808,85	1.830.110.163,69
2036	102.693.365,11	19.841.540,17	82.851.824,94	1.912.961.988,63
2037	106.052.423,67	23.463.406,32	82.589.017,35	1.995.551.005,98
2038	109.493.107,31	26.599.206,32	82.893.900,98	2.078.444.906,96
2039	112.859.679,14	30.079.676,53	82.780.002,61	2.161.224.909,57
2040	116.138.645,87	33.866.231,40	82.272.414,47	2.243.497.324,05
2041	119.492.989,13	37.131.836,38	82.361.152,75	2.325.858.476,80
2042	122.679.631,06	41.106.284,76	81.573.346,31	2.407.431.823,10
2043	126.091.527,12	43.815.383,47	82.276.143,65	2.489.707.966,75
2044	129.558.055,16	46.370.869,91	83.187.185,26	2.572.895.152,01
2045	132.895.491,11	49.646.438,31	83.249.052,79	2.656.144.204,80
2046	136.251.309,50	52.777.989,87	83.473.319,63	2.739.617.524,44
2047	139.621.194,83	55.820.708,27	83.800.486,56	2.823.418.011,00

25
7

2048	143.417.098,16	56.939.972,55	86.477.125,60	2.909.895.136,60
2049	147.266.448,16	58.355.716,02	88.910.732,15	2.998.805.868,75
2050	151.365.322,97	59.124.925,02	92.240.397,95	3.091.046.266,69
2051	155.647.116,97	59.751.671,39	95.895.445,58	3.186.941.712,27
2052	160.267.448,98	59.606.226,10	100.661.222,88	3.287.602.935,15
2053	165.067.310,43	59.659.183,44	105.408.126,99	3.393.011.062,14
2054	170.223.653,73	59.105.427,87	111.118.225,86	3.504.129.288,00
2055	175.742.310,52	58.138.125,95	117.604.184,58	3.621.733.472,57
2056	181.564.191,07	57.200.169,23	124.264.021,85	3.746.097.494,42
2057	187.223.540,78	56.197.603,06	131.525.937,72	3.877.623.432,14
2058	194.285.072,72	54.927.715,91	139.357.356,82	4.016.980.788,96
2059	201.266.744,88	53.461.250,84	147.805.494,04	4.164.786.283,00
2060	208.655.792,78	51.995.227,78	156.660.565,00	4.321.446.848,00
2061	216.504.487,08	50.385.923,25	166.118.563,84	4.487.565.411,84
2062	224.827.027,13	48.706.754,63	176.120.272,50	4.663.685.684,34
2063	233.650.652,79	46.960.245,23	186.690.407,55	4.850.376.091,89
2064	243.003.842,20	45.150.226,00	197.853.616,20	5.048.229.708,10
2065	252.916.308,38	43.280.581,31	209.635.727,06	5.257.865.435,16
2066	263.419.058,30	41.355.804,01	222.063.254,29	5.479.928.689,45
2067	274.544.427,34	39.382.248,95	235.162.178,39	5.715.090.867,84
2068	286.326.052,48	37.364.783,71	248.961.268,77	5.964.052.136,61
2069	298.799.012,04	35.309.132,06	263.489.879,99	6.227.542.016,60
2070	311.999.855,03	33.221.960,51	278.777.894,52	6.506.319.911,12
2071	325.966.627,55	31.112.581,84	294.854.045,70	6.801.173.956,82
2072	340.738.815,24	28.991.136,93	311.747.678,30	7.112.921.635,12
2073	356.357.373,92	26.871.317,19	329.486.056,73	7.442.407.691,85
2074	372.864.625,36	24.767.161,44	348.097.463,92	7.790.505.155,77

2075	390.304.308,30	22.693.100,92	367.611.207,39	8.158.116.363,16
2076	408.721.629,79	20.663.180,46	388.058.449,33	8.546.174.812,49
2077	428.163.358,11	18.691.714,84	409.471.643,27	8.955.646.455,76
2078	448.677.887,43	16.789.506,14	431.888.381,29	8.955.646.455,76
2079	470.315.495,34	14.968.725,53	455.346.769,80	9.842.881.606,86
2080	493.128.368,50	13.240.319,20	479.888.049,31	10.322.769.656,16
2081	517.170.759,77	11.612.575,61	505.558.002,17	10.828.327.658,33
2082	542.499.215,68	10.096.490,32	532.402.725,36	11.360.730.383,69
2083	569.172.592,22	8.695.405,55	560.477.186,68	11.921.207.570,37
2084	597.252.499,28	7.414.914,74	589.837.584,53	12.511.045.154,90
2085	626.803.362,26	6.258.289,94	620.545.072,32	13.131.590.227,22
2086	657.892.670,38	5.225.765,55	652.666.904,84	13.784.257.132,05
2087	690.591.282,32	4.313.308,27	686.277.974,04	14.470.535.106,10
2088	724.973.808,82	3.515.431,76	721.458.377,05	15.191.993.483,15
2089	761.118.873,51	2.825.362,29	758.293.511,22	15.950.286.994,37
2090	799.109.378,42	2.235.311,93	796.874.066,49	16.747.161.060,86
2091	839.032.769,15	1.737.484,78	837.295.284,37	17.584.456.345,23
2092	880.981.262,90	1.323.743,52	879.657.519,37	18.464.113.864,60
2093	925.052.102,62	985.593,71	924.066.510,91	19.388.180.375,51
2094	971.347.836,81	714.436,31	970.633.400,50	20.358.813.776,01
2095	1.019.976.570,18	501.903,48	1.019.474.666,70	21.378.288.442,71
2096	1.071.052.250,98	339.709,19	1.070.712.541,79	22.449.000.984,49
2097	1.124.694.949,32	219.701,66	1.124.475.247,67	23.573.476.232,16
2098	1.181.031.159,23	134.209,13	1.180.896.950,10	24.754.373.182,26

PLANO PREVIDENCIÁRIO

Demonstrativo 6 - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS e AVALIAÇÃO ATUARIAL DO RPPS - PLANOS PREVIDENCIÁRIO E FINANCEIRO.

O resultado previdenciário do RPPS, conforme a Receita do Regime Previdenciário e da Despesa Previdenciária para os anos de 2022, 2023 e 2024 indica que o Sistema é deficitário no Plano Financeiro tendo que receber aportes complementares do Tesouro Municipal. No ano de 2022 foi aportado pelo Tesouro Municipal recursos da ordem de R\$160,2 milhões, em 2023 R\$ R\$206,4 milhões e em 2024 R\$197,3 milhões, aplicado no financiamento dos encargos com a folha de pagamento dos inativos e pensionistas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais.

Ressalte-se que os déficits são oriundos do modelo de segregação de massa aprovado na Lei nº 8.790 de 2010, separando os segurados nos dois planos, denominados Plano Financeiro - BELEMPREV-FIN, custeado pela Prefeitura Municipal sob o regime de repartição simples e BELEMPREV-PREV, custeado pelo Instituto de Previdência sob o regime de capitalização.

Visando atingir o equilíbrio no BELEMPREV foi aprovada a Lei nº 9.336, de 13 de outubro de 2017, que altera a Lei nº 8.790, de 30 de dezembro de 2010, que estabeleceu uma nova data de corte à segregação de massa de segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Belém – RPPS, para 31/12/2017.

A Lei Federal nº. 9.717, de 27 de novembro de 1998, dispõe sobre as regras gerais para a organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e da outras providências.

O artigo 1º da referida Lei prevê que os Regime Próprios de Previdência Social deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de maneira a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial. Em seu inciso I fica estabelecida a realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço, utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.

A avaliação Atuarial dos Planos de Previdência do Município de Belém, foi elaborado com base nas informações cadastrais em dezembro/2023, tabulados e estudados.

As informações utilizadas na avaliação atuarial são, fundamentou-se em dados cadastrais combinados com informações legais, financeiras, econômicas e contábeis prestadas pela Unidade Gestora do Regime Previdenciário – belemprev. Considerando as premissas:

- 1) Riscos de mortalidade e invalidez;
- 2) Não utilizada taxa de rotatividade devido a baixa presença no serviço público;
- 3) O crescimento da remuneração dos servidores;
- 4) No quesito meta atuarial a definição da mesma encontra-se pré-estabelecida pela portaria 1467/2022 MTP, relacionada a taxa de juros médio relativo ao passivo e ativo do RPPS.
- 5) A avaliação não foi considerada geração futura para mensuração do custeio do Plano devido não se mostrar confiável pela não previsibilidade das características dos servidores que irão entrar no plano.
- 6) Para a idade de aposentadoria programada utilizou-se os parâmetros legais para projetar a idade e aposentadoria, considerando sexo, cargo e tempo de serviço.
- 7) Utilizou-se a característica familiar do município para determinar a composição das famílias.

Os resultados da avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Belém - PA, estão apresentados nos demonstrativos acima.

O balanço atuarial retrata a situação, em valores presentes, do superávit existente na data da avaliação, considerando-se apenas os servidores atuais. No demonstrativo de fluxo de caixa (Projeções Atuariais), por seu turno, estão demonstrados os valores a receber e a pagar a todos os servidores atuais, permitindo uma ideia mais precisa da necessidade de pagamento de benefícios esperados para cada exercício futuro.

O balanço atuarial, a exemplo do que ocorre com o balanço contábil, está dividido nas contas de ativo e passivo (provisão matemática), tendo estas últimas uma subdivisão em benefícios a conceder e concedidos.

Os benefícios a conceder representam as obrigações do regime de previdência para com os atuais servidores ativos e dependentes que ainda não estão em gozo de qualquer benefício previdenciário oferecido pelo referido regime. Já os benefícios concedidos representam as obrigações com o pagamento futuro dos benefícios dos atuais aposentados e pensionistas.

O estudo atuarial teve por objetivo estabelecer os níveis de contribuição dos segurados e empregadores, para o Fundo de Previdência, de tal modo que os aportes financeiros devidamente capitalizados sejam suficientes, por si só, para custear as aposentadorias e pensões a serem concedidas.

O Fundo de Previdência, constituído em regime de capitalização com solidariedade financeira entre a geração atual e as futuras, irá custear as aposentadorias e pensões já concedidas, e a conceder, para as futuras aposentadorias e pensões.

Foi estabelecido um modelo matemático-atuarial que simulou a evolução provável dos futuros fluxos financeiros com concessão das aposentadorias e pensões e determinou os aportes necessários que devidamente capitalizados sejam suficientes para suprir as necessidades financeiras do Fundo de Previdência para os próximos 75 (setenta e cinco) anos.

DEMONSTRATIVO 7

**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA
RENÚNCIA DE RECEITA**

MUNICÍPIO DE BELÉM - PA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2026

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, Art. 4º, § 2º, inciso V)			R\$EM MIL			
TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
ISSQN	Lei nº 9.986/23, de 19/12/2023	Empresas Operadoras do Sistema Integrado de Transporte Público Coletivo de passageiros de Belém, mesmo em regime especial, para serviço de transporte coletivo urbano.	10.287	10.698	11.099	Os recursos financeiros renunciados serão compensados, mediante o incremento da arrecadação tributária, com a utilização de licença de uso de novos sistemas informatizados de emissão de nota fiscal, atualização cadastral e de apoio a fiscalização tributária municipal.
TOTAL			10.287	10.698	11.099	

FONTE: Sistema: GIG, Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Finanças/Núcleo Setorial de Planejamento.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, estimado pelo Banco Central para os anos de 2026, 2027 e 2028, na ordem de 4,40%, 4,00 e 3,75 respectivamente.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA 2026

O art. 4º da Lei de Complementar nº 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), trata do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), determinando a elaboração do Anexo de Metas Fiscais, no qual, o inciso V, do §2º, prevê a existência de demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, *in verbis*:

"Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

V - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado."

A estimativa e compensação da renúncia da receita, é regulamentada pelo art. 14, da LRF, *in verbis*:

"Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: (Vide Medida Provisória nº 2.159, de 2001) (Vide Lei nº 10.276, de 2001) (Vide ADI 6357)

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.”

Para efeito do disposto do art. 14 da LRF, são considerados benefícios fiscais concedidos pelo Município de Belém, na forma de Renúncia de Receitas, aqueles que por lei, tenha repercussão direta no valor principal dos tributos lançados conforme legislação tributária municipal.

Na presente PLDO, são considerados para os exercícios financeiros 2026, 2027 e 2028, os valores de Renúncia de Receita decorrentes da Lei nº 9.986, de 19.12.2023, publicada no Diário Oficial do Município de Belém – DOM, nº 14.854 de 19/12/2023, constantes no demonstrativo em anexo em conformidade com o disposto no art. 4, parágrafo 2, inciso 5 da LRF, in verbis:

“Art. 4 A Lei de Diretrizes Orçamentárias atendera o disposto no parágrafo 2 do art. 165 da Constituição e :

§ 1º Integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária: Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas as receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 2º O anexo conterá ainda:

V – demonstrativo das estimativa e compensação da renúncia da receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuadas”

As demais legislações que concedem benefícios fiscais e que resultem em renúncia de receita tiveram suas vigências iniciadas em período anteriores inclusive a vigência da LRF, cujo os valores já estão expurgados das extimativas da receita não comprometendo por tanto as metas fiscais ora estabelecidas.

DEMONSTRATIVO 8

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS
DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE
CARÁTER CONTINUADO**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2026

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ EM MIL
EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2026	
Aumento Permanente da Receita	180.228	
(-) Transferências Constitucionais	-	
(-) Transferências ao FUNDEB	8.517	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	171.711	
Redução Permanente de Despesa (II)	0	
Margem Bruta (III) = (I+II)	171.711	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	171.711	
Novas DOCC	69.919	
Novas DOCC geradas por PPP's	0	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0	

FONTE: Sistema GIIG, Unidade Responsável SEGEP, Data da emissão 25/03/2024 08:54 hs

Demonstrativo 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um demonstrativo instituído pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, para assegurar que não haverá criação de nova despesa sem fonte consistente de financiamento para seu custeio.

As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado – DOCC caracterizam-se como despesas correntes derivadas de Leis, Medidas Provisórias ou Atos Administrativos Normativos que criam para o Município a obrigação de executá-la por um período superior a dois exercícios e que deve ser executada por meio do Orçamento Municipal. Tal conceito encontra-se baseado no entendimento do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, que trata da criação de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Para que haja expansão da despesa de caráter continuado é necessário que o aumento não afete as metas dos resultados fiscais, sendo necessária a compensação pelo aumento permanente de receita, por meio da elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo de competência municipal e/ou na redução da despesa, de modo a atender a nova obrigação.

Assim, as projeções de aumento para essas despesas, em 2026, foram balizadas pelo incremento de 4,50% do IPCA projetado pelo Banco Central do Brasil.

Na estimativa da Receita Corrente, que financia as despesas de DOCC, para efeito do estabelecimento da margem de expansão, foram excluídas aquelas que pela sua natureza não apresentam regularidade em seus ingressos e/ou possuem vinculação legal como os repasses Fundo a Fundo, SUS, Salário Educação.

Assim, o resultado da margem bruta sinaliza o montante de R\$171,7 milhões para atender as despesas de caráter continuado visando à expansão e o aperfeiçoamento da ação governamental, apontando uma margem líquida de expansão nula.

ANEXO II

**DEMONSTRATIVO DE
RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2026

R\$ EM MIL

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
1. Ação de perdas salariais, movida pelo SISBEL	904.921.581	Segue em discussão judicial junto ao TJ/PA	904.921.581
2. Ação de dívida junto ao PASEP	56.552.488	Interposição de embargo de execução junto ao Tribunal Regional Federal 1	56.552.488
3. Ação de anulação de contrato Firmado entre município de Belém e Cosanpa	1.456.564.896	Segue em discussão judicial entretanto por determinação do TJ, os autos retornaram a vara de origem a fim de que o Ministério Público seja intimado a se manifestar.	1.456.564.896
4. Ação movida pelo Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública em reconhecimento do direito dos professores ao piso nacional da educação.	208.525.000	Segue em discussão judicial	208.525.000
5. Ação de desapropriação entre o município de Belém e a Sra Anete Teixeira Dias e outros	130.199.746	Segue em discussão judicial junto ao TJ/PA	130.199.746
6. Ação conjunta de BA meio Ambiente e Terraplena contra o município de Belém	223.000.000	Segue em discussão judicial	223.000.000
7. Ação de cobrança de débitos entre o município de Belém e a empresa Bertillon	71.536.448	Segue em discussão judicial	71.536.448
8. Ação coletiva e individual de progressão funcional entre município de Belém e os servidores	250.000.000	Recomenda-se aplicação da legislação pertinente e alteração do Regime remuneratório e acordo com a gestão.	250.000.000
9. Ação judicial sobre o funcionamento do aterro sanitário e o contrato ciclus amazônia	250.000.000	Segue em discussão judicial e a negociação diretamente com a concessionária.	250.000.000
10. Passivo Semob	100.000.000	Seguir com as tentativas de obter informações sobre os estoques de ações judiciais da semob e prosseguir com a discussão judicial.	100.000.000
11. Ação de descontos previdenciários	100.000.000	Seguir com a discussão judicial aguardando os cumprimentos individuais de sentença e avaliar com a Gestão política de acordo.	100.000.000
12. Ação da empresa Prosolution, sem passivo financeiro porém podendo impactar diretamente na capacidade arrecadadora da sefin	-	Seguir com a discussão judicial e adotar medidas para regularização da situação contratual e ou licitação para contratação de novo prestador de serviço.	-
13. Ação Camara Municipal – URV, execução de pagamentos atrasados	150.000.000	Seguir com a discussão judicial e avaliar com a Gestão municipal o estabelecimento de uma política de acordo.	150.000.000
14. Ações para reformas de Unidades de Saúde	5.000.000	Seguir com a discussão judicial e avaliar com a Gestão municipal o estabelecimento de uma política de acordo, sugerido a Sesma a organização de um	5.000.000

		cronograma para cumprimento das decisões	
15. Ação construtora Barroso Ribeiro	90.000.000	Seguir com a discussão judicial	90.000.000
TOTAL	3.996.300.159	TOTAL	3.996.300.159

FONTE: Sistema GII, Unidade Responsável SEGEP/PGM, Data da emissão 20/03/2025, 10:11 hs

O Demonstrativo de Riscos Fiscais, compreendem os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, incluindo ainda as providências a serem adotadas, caso esses se concretizem, conforme preconizado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O Demonstrativo de Riscos Fiscais é de fundamental importância para uma gestão fiscal transparente e responsável, constituindo-se em relevante instrumento de controle do equilíbrio fiscal do Município, visto que apresenta os possíveis riscos capazes de afetar as contas públicas e as metas programáticas previstas para o exercício de 2026.

Os riscos fiscais são classificados em dois grupos: os riscos orçamentários e os riscos da dívida pública. Os riscos orçamentários referem-se a possibilidade das obrigações diretas sofrerem impactos negativos devido a fatores tais como: As receitas previstas não se realizarem ou a necessidade de execução de despesas inicialmente não fixadas ou orçadas a menor na LOA, dentre esse riscos, considera-se a frustração na receita, a restituição de tributos a maior, a discrepância entre as projeções da taxa de inflação, de juros e câmbio, quando da elaboração do orçamento, e a ocorrência de epidemias, enchentes, abalos, guerras e outras situações de calamidade pública que, caso se efetive, implicarão na redefinição da programação fixada. Enquanto que os riscos da dívida caracterizam-se a possíveis ocorrências externas a administração que, quando efetivadas, resultam em aumento do serviço da dívida pública, comprometendo as programações orçamentárias.

Assim, as consequências negativas provenientes desses riscos nas contas públicas obrigam a administração municipal a implementar o acompanhamento e o controle sobre as ações em trânsito de modo a evitar situações que afetarão as contas públicas e o equilíbrio fiscal.

Os passivos contingentes e os riscos fiscais apontados no Anexo, caso ocorram durante a execução do orçamento, implicarão no redimensionamento da programação orçamentária inicialmente prevista na Lei Orçamentária Anual, inclusive, pelo volume aportado, implicará em suspensão de diversas obras e serviços.

ANEXO III

PROJETOS EM ANDAMENTO

PROJETOS E OBRAS EM ANDAMENTO

RELATÓRIO PREVISTO NO ART.45 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00 PROJETOS EM ANDAMENTO 2026

Segundo o disposto no art.45 da Lei Complementar nº 101/00, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público. Desse modo, os projetos que continuarão em andamento em 2026 estarão listados conforme cronograma de desembolso das operações de crédito e convênios já pactuadas e previstas na receita do PLDO para 2026.

GOVERNANÇA
<ul style="list-style-type: none">• Implantar o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão;• Integrar os órgãos municipais ao Sistema de Informação Municipal;• Implantar infraestrutura tecnológica adequada nos órgãos Municipais;• Revisão do Plano Diretor do Município de Belém;• Implantação do sistema de salvaguarda e manutenção do acervo digital;• Plataforma Belém Ordeira: Acelerar o fluxo de processos institucionais com o cidadão;• Fibra ótica e wifi em equipamentos públicos (escolas, unidades de saúde, CRAS, praças, feiras e mercados);• Reestruturação e Manutenção do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores do Município de Belém;• Programa Dívida Zero: Regularização Incentivada.
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
<ul style="list-style-type: none">• Estruturar e reformar unidades básicas de saúde – UBS;• Estruturar e reformar unidades Estratégia Saúde da Família;• Implantar espaços de Acolhimento;• Construir e ampliar as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino – RME;• Realizar melhoria na infraestrutura da rede física das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino – RME;• Construir e ampliar as Salas de Recursos Multifuncionais – SEM e Bibliotecas escolares;• Instalação de vídeo monitoramento por câmeras;• Implantação do Espaço Rosa nos Distritos Administrativos de Belém;• Espaços Esportivos Comunitários – PAC Seleções;• Creches e pre-escolas para educação infantil - PAC Seleções;• Aquisição de ônibus para transporte escolar - PAC Seleções;• Centro de Atenção Psicossocial - PAC Seleções;• Aquisição de combo para equipamentos para UBS - PAC Seleções;• Implantação de Policlínicas - PAC Seleções;• Unidades Odontológicas Móveis - PAC Seleções;• Aquisição de novas ambulâncias (SAMU/192) - PAC Seleções;• Aquisição de Kit Telessaúde - PAC Seleções;• Manutenção do Cine Olímpia
DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO DA CIDADE
<ul style="list-style-type: none">• Ampliar, pavimentar e manter a malha viária do município de Belém;• Construir novas vias no sistema viário do município;• Requalificação do Centro Histórico de Belém;• Executar e Gerir o programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN I e II;• Duplicação da Av. Bernardo Sayão;• Desenvolvimento do Sistema de tratamento de esgoto da Bacia da Estrada Nova• Desenvolvimento de estudos e Projetos de infraestrutura e obras na Bacia Hidrográfica do Mata Fome;

- Desenvolvimento de estudos e Projetos para a Bacia Hidrográfica Ariri – Bolonha – AECID;
- Ampliar a cobertura de coleta e tratamento de esgoto sanitário e implantar novos sistemas de abastecimento de água potável nas ilhas;
- Coleta e Destinação Final dos resíduos sólidos de Belém;
- Produzir unidades habitacionais Projetos MCMV/Viver Belém;
- Obra de urbanização do Parque no canal São Joaquim;
- Drenagem Urbana Ilhabela - PAC Seleções;
- Contenção de encostas - PAC Seleções;

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE

- Reformar feiras livres;
- Reformar e modernizar mercados municipais;
- Promover a revitalização dos portos;
- Reforma e revitalização do complexo do ver-o-peso;
- Ampliação da arborização urbana e das áreas verdes de Belém;
- Ampliar áreas protegidas e unidades de conservação (UC'S).

BEM ESTAR E SEGURANÇA

- Implantar o projeto BRT municipal (BRT centenário e conclusão da requalificação urbanística da av. Augusto Montenegro;
- Construção e revitalização de abrigos;
- Obra e revitalização de Terminais Hidroviários de Passageiros;
- Implantação e manutenção de sinalização horizontal e vertical;
- Desenvolvimento de estudos e projetos para corredor fluvial.

26

MEMÓRIA DE CÁLCULO

MUNICÍPIO DE BELÉM - PA
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MEMÓRIA DE CÁLCULO - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - 2025 a 2028

LRF, art 53, inciso III - Anexo VII

R\$1,00

RECEITAS			REESTIMATIVA			RECEITAS ESTIMADAS				
	Previsão Atualizada	2025 Corrente	2025 Constante	2026 Corrente	2026 Constante	2027 Corrente	2027 Constante	2028 Corrente	2028 Constante	
RECEITAS CORRENTES (I)	4.736.730.314,00	4.878.120.154,59	4.878.120.154,59	5.097.635.561,54	4.878.120.154,59	5.301.540.984,00	5.097.635.561,54	5.500.348.770,90	5.301.540.984,00	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.578.391.428,00	1.643.492.585,52	1.643.492.585,52	1.717.449.751,87	1.643.492.585,52	1.786.147.741,94	1.717.449.751,87	1.853.128.282,27	1.786.147.741,94	
IPTU	347.678.598,00	347.041.106,00	347.041.106,00	362.657.955,77	347.041.106,00	377.164.274,00	362.657.955,77	391.307.934,28	377.164.274,00	
IRRF	234.449.908,00	244.759.181,00	244.759.181,00	255.773.344,15	244.759.181,00	266.004.277,91	255.773.344,15	275.979.438,33	266.004.277,91	
ITBI	53.461.795,00	55.710.309,00	55.710.309,00	55.217.272,91	55.710.309,00	60.545.963,82	58.217.272,91	62.816.437,46	60.545.963,82	
ISS	769.686.146,00	825.296.714,00	825.296.714,00	862.435.066,13	825.296.714,00	896.932.468,78	862.435.066,13	930.567.436,35	896.932.468,78	
TAXAS	173.114.978,00	170.685.275,52	170.685.275,52	178.366.112,92	170.685.275,52	185.500.757,44	178.366.112,92	192.457.035,84	185.500.757,44	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	234.734.529,00	251.282.079,00	251.282.079,00	263.589.772,56	251.282.079,00	273.093.363,46	263.589.772,56	283.334.364,59	273.093.363,46	
Contribuição para Custeio de Iluminação Pública	234.734.529,00	251.282.079,00	251.282.079,00	263.589.772,56	251.282.079,00	273.093.363,46	263.589.772,56	283.334.364,59	273.093.363,46	
RECEITA PATRIMONIAL	34.961.937,00	36.430.338,35	36.430.338,35	38.069.703,58	36.430.338,35	39.592.491,72	38.069.703,58	41.077.210,16	39.592.491,72	
Outras Receitas Patrimoniais	3.365.937,00	3.507.306,35	3.507.306,35	3.665.135,14	3.507.306,35	3.811.740,55	3.665.135,14	3.954.680,82	3.811.740,55	
Aplicação Financeira (II)	31.596.000,00	32.923.032,00	32.923.032,00	34.404.568,44	32.923.032,00	35.780.751,18	34.404.568,44	37.122.529,00	35.780.751,18	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.655.812.119,00	2.704.334.469,80	2.704.334.469,80	2.826.029.520,94	2.704.334.469,80	2.939.070.701,78	2.826.029.520,94	3.049.285.853,10	2.939.070.701,78	
FPM	871.394.177,00	880.612.656,00	880.612.656,00	920.204.225,52	880.612.656,00	957.049.834,54	920.204.225,52	992.939.203,33	957.049.834,54	
FPM - Cotas Extraordinárias	65.027.949,00	65.715.879,67	65.715.879,67	68.673.094,26	65.715.879,67	71.420.018,03	68.673.094,26	74.098.268,70	71.420.018,03	
ICMS	611.252.998,00	617.719.443,47	617.719.443,47	645.516.818,42	617.719.443,47	671.337.491,16	645.516.818,42	696.512.647,08	671.337.491,16	
IPVA	254.454.133,00	257.146.003,27	257.146.003,27	268.717.573,42	257.146.003,27	279.466.276,36	268.717.573,42	289.946.261,72	279.466.276,36	
IPH	9.973.561,00	10.079.202,68	10.079.202,68	10.532.766,80	10.079.202,68	10.954.077,47	10.532.766,80	11.364.835,37	10.954.077,47	
Transferências do FUNDEB	446.089.629,00	474.082.591,76	474.082.591,76	495.416.308,39	474.082.591,76	515.232.960,72	495.416.308,39	534.554.196,75	515.232.960,72	
Convênios	186.549.746,00	186.549.746,00	186.549.746,00	194.944.484,57	186.549.746,00	202.742.263,95	194.944.484,57	210.345.098,85	202.742.263,95	
Outras Transferências Correntes	560.535.592,00	516.605.500,04	516.605.500,04	539.852.747,55	516.605.500,04	561.446.857,45	539.852.747,55	582.301.114,60	561.446.857,45	
Dedução ao FUNDEB	349.460.796,00	304.176.553,09	304.176.553,09	317.864.497,98	304.176.553,09	330.579.077,90	317.864.497,98	342.973.793,32	330.579.077,90	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	232.825.301,00	242.580.681,91	242.580.681,91	253.496.812,60	242.580.681,91	263.636.685,10	253.496.812,60	273.523.060,79	263.636.685,10	
Outras Receitas Financeiras (III)	8.000,00	8.336,00	8.336,00	8.711,12	8.336,00	9.059,36	8.711,12	9.399,36	9.059,36	
Receitas Correntes Restantes	232.817.301,00	242.572.345,91	242.572.345,91	253.488.101,48	242.572.345,91	263.627.625,74	253.488.101,48	273.513.661,49	263.627.625,74	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) - (I)+(II)+(III)	4.705.126.314,00	4.845.188.786,59	4.845.188.786,59	5.063.222.281,98	4.845.188.786,59	5.265.751.173,26	5.063.222.281,98	5.463.316.842,26	5.265.751.173,26	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	328.586.239,00	324.382.765,09	324.382.765,09	338.979.989,52	324.382.765,09	352.539.189,10	338.979.989,52	365.759.408,69	352.539.189,10	
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	77.887.921,00	75.951.750,34	75.951.750,34	79.369.579,11	75.951.750,34	82.544.362,27	79.369.579,11	85.639.775,85	82.544.362,27	
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTE DO RPPS) (VII)	485.981.191,00	362.765.015,45	362.765.015,45	378.990.97,11	362.765.015,45	195.841.731,55	188.309.357,26	89.734.707,54	86.491.284,38	
Operações de Crédito (VIII)	371.377.693,00	243.299.630,88	243.299.630,88	141.121.801,47	135.044.786,10	143.221.750,17	137.713.221,32	59.292.896,06	57.149.779,33	
Amortização de Empréstimos (IX)	894.545,00	932.026,44	932.026,44	932.967,63	932.026,44	1.012.926,33	973.967,63	1.050.911,07	1.012.926,33	
Alienação de Bens	1.894.007,00	1.973.360,68	1.973.360,68	2.062.161,91	1.973.360,68	2.144.648,39	2.062.161,91	2.225.072,71	2.144.648,39	
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Alienações de Bens	1.894.007,00	1.973.360,68	1.973.360,68	2.062.161,91	1.973.360,68	2.144.648,39	2.062.161,91	2.225.072,71	2.144.648,39	
Transferências de Capital	111.814.951,00	116.499.997,45	116.499.997,45	94.221.059,96	90.163.693,74	49.462.408,66	47.500.006,40	27.165.837,12	26.183.930,32	
Convênios	107.814.951,00	112.332.397,45	112.332.397,45	89.865.917,96	85.996.093,74	44.933.058,98	43.204.864,40	22.466.629,49	21.654.582,64	
Outras Transferências de Capital	4.000.000,00	4.167.600,00	4.167.600,00	4.355.142,00	4.167.600,00	4.529.347,68	4.355.142,00	4.699.198,22	4.529.347,68	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Primárias (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital Não Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII)-(IV)-(V)-(VI)-(VII)-(VIII)-(IX)-(X)-(XI)-(XII))	113.708.953,00	118.473.358,13	118.473.358,13	96.283.221,87	92.137.054,42	51.607.055,05	49.622.168,32	29.590.900,41	28.328.578,71	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) - (IV)-(V)-(XIII)-(XIV)-(XV)	5.147.141.506,00	5.288.044.909,81	5.288.044.909,81	5.098.485.493,57	5.261.708.606,10	5.669.897.417,41	5.451.824.439,82	5.858.367.151,56	5.646.618.941,07	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES DO RPPS) (XVII)-(IV)-(XIII)	4.818.835.267,00	4.963.662.144,72	4.963.662.144,72	5.159.505.503,85	4.937.335.841,01	5.317.358.228,31	5.112.844.450,30	5.499.607.192,67	5.317.358.228,31	

9
25

DESPESAS	2.025 Dotação Atualizada	REESTIMATIVA		DESPESAS ESTIMADAS					
		2025 Corrente	2025 Constante	2026 Corrente	2026 Constante	2027 Corrente	2027 Constante	2028 Corrente	2028 Constante
DESPESAS CORRENTES (XVIII)	4.471.989.382,09	4.936.068.965,79	4.936.068.965,79	5.019.943.486,48	4.803.773.671,27	5.238.523.644,41	5.037.041.965,78	5.461.529.271,48	5.264.124.599,02
Pessoal e Encargos Sociais	2.310.468.831,70	2.444.244.977,06	2.444.244.977,06	2.470.079.937,07	2.363.712.858,44	2.568.883.134,55	2.470.079.937,07	2.665.216.252,09	2.568.883.134,55
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	123.846.000,00	177.003.313,00	177.003.313,00	178.852.997,62	171.151.193,90	203.789.536,00	195.951.476,92	237.992.634,00	229.390.490,60
Outras Despesas Correntes	2.037.674.550,39	2.314.820.675,73	2.314.820.675,73	2.371.010.551,79	2.268.909.618,94	2.465.850.973,87	2.371.010.551,79	2.558.320.385,38	2.465.850.973,87
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES DO RPPS) (XX) - (XVIII-XIX)	4.348.143.382,09	4.759.065.652,79	4.759.065.652,79	4.841.090.488,86	4.632.622.477,38	5.034.734.108,41	4.841.090.488,86	5.223.536.637,48	5.034.734.108,41
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES DO RPPS) (XXI)	293.145.735,00	308.760.748,75	308.760.748,75	372.654.982,44	308.760.748,75	335.561.181,74	372.654.982,44	348.144.726,05	335.561.181,74
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES DO RPPS) (XXII)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES DO RPPS) (XXIII)	870.610.737,44	425.233.670,80	425.233.670,80	430.151.183,22	411.627.926,53	453.074.421,13	435.648.481,85	480.061.964,31	462.710.327,05
Investimentos	719.532.197,44	243.299.630,80	243.299.630,80	246.047.566,00	235.452.216,27	241.606.460,69	239.044.673,74	251.186.747,14	242.107.708,09
Inversões Financeiras	7.211.982,00	7.767.482,00	7.767.482,00	8.117.018,69	7.767.482,00	8.441.699,44	8.117.018,69	8.758.263,17	8.441.699,44
Concessão de Empréstimos (XXIV)	5.317.980,00	5.873.480,00	5.873.480,00	6.137.786,60	5.873.480,00	6.383.298,07	6.137.786,60	6.622.671,74	6.383.298,07
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Demas Inversões Financeiras	1.894.002,00	1.894.002,00	1.894.002,00	1.979.232,09	1.894.002,00	2.058.401,37	1.979.232,09	2.135.591,43	2.058.401,37
Amortização da Dívida (XXVII)	143.866.558,00	174.166.558,00	174.166.558,00	175.986.598,53	168.408.228,26	196.026.261,00	188.486.789,42	220.116.954,00	212.160.919,52
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES DO RPPS) (XXVIII)-(XXIII-XXIV+XXV+XXVI+XXVII)	721.426.199,44	245.193.632,80	245.193.632,80	248.026.798,09	237.346.218,27	250.664.862,06	241.023.905,83	253.322.338,57	244.166.109,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	500.000,00	500.000,00	500.000,00	522.500,00	500.000,00	543.400,00	522.500,00	563.777,59	543.400,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES DO RPPS) (XXX)	600.000,00	600.000,00	600.000,00	627.000,00	600.000,00	652.080,00	627.000,00	676.533,00	652.080,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES DO RPPS) (XXXI)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMÁRIAS	0	0	0	4.664.175,78	4.463.326,11	4.850.742,81	4.664.175,78	5.032.645,67	4.850.742,81
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII)-(XX+XXI+XXII+XXIII+XXX)	5.363.835.316,53	5.314.120.034,34	5.314.120.034,34	5.417.585.945,17	5.179.829.444,39	5.627.006.375,08	5.405.918.877,13	5.831.276.658,27	5.615.656.379,61
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES DO RPPS) (XXXII)-(XX+XXIII+XXIX)	5.070.069.581,53	5.004.759.285,59	5.004.759.285,59	5.089.639.786,95	4.870.468.695,64	5.285.942.370,47	5.082.636.894,69	5.477.422.753,55	5.279.443.617,88
RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA (SEM FONTES DO RPPS) (XXXIV) = (XXVII-XXXIII)	-251.234.314,53	-41.097.140,87	-41.097.140,87	69.865.716,91	66.857.145,36	31.415.857,84	30.207.555,61	15.184.989,13	14.636.134,10

Fonte: 2025 a 2028 - Projeção Receita e Despesa, Unidade Responsável: SEFIN/SEGEF, 02/04/2025, 16:00h.

NOTAS: (1) Nos valores da Receita foi deduzido o valor da contribuição ao FUNDEB.

(2) A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no - Anexo 6 da Parte III do MDF 1.ª edição. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS, no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros RPPS, no cálculo abaixo da linha.

MUNICÍPIO DE BELÉM - PA
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL
2026

		R\$1,00									
ESPECIFICAÇÃO	Em 31/12/2024 (a)	28/02/2025 (b)	2025	2026 Corrente	2026 Constante	2027 Corrente	2027 Constante	2028 Corrente	2028 Constante		
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.809.490.860,18	1.775.452.371,22	1.838.892.023,95	1.888.169.698,35	1.806.860.955,36	1.923.444.225,40	1.769.823.541,96	1.938.949.189,01	1.719.107.884,83		
DEDUÇÕES (II)	732.461.527,84	1.071.835.186,51	1.231.724.822,76	1.287.152.439,78	1.231.724.822,76	1.338.638.537,37	1.231.724.822,76	1.389.239.074,09	1.231.724.822,76		
Disponibilidade de Caixa Bruta	743.720.918,70	1.114.178.944,15	1.231.724.822,76	1.287.152.439,78	1.231.724.822,76	1.338.638.537,37	1.231.724.822,76	1.389.239.074,09	1.231.724.822,76		
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
(-) Restos a Pagar Processado (1)	8.554.385,76	42.647.145,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
(-) Depósito Restituíveis valores vinculados(2)	2.705.005,10	-303.387,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.077.029.332,34	703.617.184,71	607.167.201,19	601.017.258,57	575.136.132,60	584.805.668,03	538.098.719,20	549.710.114,93	487.383.062,07		
RESULTADO NOMINAL-Abaixo da Linha (sem RPPS) (IV) = (a - b)	-389.426.137,50	373.412.147,53	96.449.983,52	6.149.942,62	5.885.112,56	16.211.570,54	14.916.792,92	35.095.573,10	31.116.378,28		

Fonte: 2024 e 2025: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Unidade Responsável: SEGEPI/SEFIN, 03/04/2024, 10:57 h.

Notas:

(1) Excluídos os Resultados do Regime Previdenciário.

(2) IPCA valores constantes de 2026 a 2028 valores estimados pelo BACEN, e valor da taxa SELIC da União.

(3) A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no - Anexo 6 da Parte III do MDF 14ª edição. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

MUNICÍPIO DE BELÉM - PARÁ
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA MARGEM DE EXPANSÃO
2026

ESPECIFICAÇÃO	REESTIMATIVA 2025 (1)	PROJEÇÃO LDO 2026 (2)	RESULTADO (3=2-1)	R\$ 1,00 % 2/1
1 - RECEITA BRUTA	4.005.058.870	4.185.286.519	180.227.649	1,05
IPTU	347.041.106	362.657.956	15.616.850	1,05
IRRF	244.759.181	255.773.344	11.014.163	1,05
ITBI	55.710.309	58.217.273	2.506.964	1,05
ISS	825.296.714	862.435.066	37.138.352	1,05
TAXAS	170.685.276	178.366.113	7.680.837	1,05
FPM	880.612.656	920.240.226	39.627.570	1,05
FPM - Cotas Extraordinárias	65.715.880	68.673.094	2.957.215	1,05
ICMS	617.719.443	645.516.818	27.797.375	1,05
IPVA	257.146.003	268.717.573	11.571.570	1,05
IPI	10.079.203	10.532.767	453.564	1,05
Demais Receitas Gerenciais	530.293.099	554.156.289	23.863.189	1,05
2 - DESPESAS DE CARATER CONTINUADO	4.367.803.073	4.478.111.698	110.308.625	1,03
Vinculação à Saúde - 23%	406.078.180	424.351.698	18.273.518	1,05
Vinculação à Educação - 5%	91.563.659	95.684.024	4.120.365	1,05
Transferência ao FUNDEB - 20%	189.265.707	197.782.664	8.516.957	1,05
Variação da Folha de Pessoal (*)	1.701.812.527	1.752.261.551	50.449.023	1,03
Dívida Municipal	351.169.871	354.839.596	3.669.725	1,01
Demais Despesas de Carater Continuado (**)	1.627.903.128	1.653.192.165	25.279.036	1,02
3 - SALDO FINAL DE AUMENTO PERMANENTE (1-2)	(368.744.203)	(292.825.179)	69.919.025	0,02
4 - SALDO UTILIZADO DA MARGEM BRUTA	(362.744.203)	(292.825.179)	69.919.025	0,02

FONTE: Sistema GIG, Unidade Responsável SEGEP, Data da emissão 04/04/2025

16:30hs

(*) - Exclui Educação e Saúde

(**) - Inclui despesas correntes derivadas de leis de carater continuado, como vantagens aos servidores, as Obrigações patronais, etc.

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO; ECONOMIA E FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

PROCESSO N.º. 1421/25

AUTOR: Prefeitura Municipal de Belém

ASSUNTO: Altera os Anexos I e II, da Lei nº 10.144, de 10 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a organização de cargos de provimento em comissão, no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências

PARECER CONJUNTO

Encaminhado as Comissões Permanentes de Justiça, Legislação e Redação de Leis; Economia e Finanças e Administração Pública, Projeto de Lei que ***"Altera os Anexos I e II, da Lei nº 10.144, de 10 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a organização de cargos de provimento em comissão, no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências"***, devendo estas Comissões opinarem sobre o aspecto constitucional, legal e regimental das proposições que tramitam nesta Casa de Leis, como também, sobre proposições que, direta ou indiretamente, alterem despesa ou receita do Município, respectivamente; e também o que se trata sobre a administração direta, indireta ou fundacional e a criação, modificação e extinção de secretaria ou autarquia municipal; criação, transformação, fusão, cisão, incorporação, privatização ou extinção de sociedade de economia mista, fundação ou empresa pública; conforme o estabelecido no art. 42 da Resolução nº 15, de 16 de Dezembro de 1992.

Pretende a Prefeitura Municipal de Belém alterar o anexo I, da Lei nº 10.144, de 10 de fevereiro de 2025, "que, "Dispõe sobre a organização de cargos de provimento em comissão, no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências", para acrescentar no Nível – DAS – 301.10 a atribuição de gestão, de programação, execução, controle, supervisão de Secretarias Adjuntas, bem como, alterar o anexo II, da já citada lei, para incluir nos cargos de provimento em comissão DAS – 301.10 a função de Secretário Adjunto, a fim de atender a uma demanda administrativa identificada ao longo dos últimos meses, decorrente da necessidade de apoio institucional direto aos Secretários Municipais.

Quanto à constitucionalidade a matéria está amparada nos incisos I do art. 30 que afirma ser competência do município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Estando ainda a matéria amparada na Lei Orgânica do Município de Belém, nos arts. 75 I e III, e 94 VII quanto a iniciativa privativa do Executivo Municipal de apresentar matéria deste teor.

Art. 75. São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação, alteração e extinção de cargos e funções públicas da administração direta, autárquica e fundacional, ressalvada a competência do Legislativo Municipal;

III - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública, suas autarquias e fundações;

Art. 94. Compete ao Prefeito

VII - dispor sobre a estruturação, organização e funcionamento da administração municipal;

Quanto à técnica legislativa, constatamos que o projeto está em consonância com a Lei Complementar nº 95/88 que "Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona".

O cargo criado de secretário adjunto é um cargo que vem no intuito de auxiliar ou substituir um secretário, seja em órgãos públicos ou empresas privadas. Ele exerce funções de apoio ao secretário em suas ausências e impedimentos, além de auxiliar na tomada de decisões e gestão de atividades.

Nos termos deste projeto o Poder Executivo apresentou em sua justificativa que os secretários adjuntos " *terão a atribuição de atuar diretamente no apoio à gestão administrativa e estratégica dos titulares das Secretarias Municipais, em caráter transversal e contínuo, acompanhando a execução de políticas públicas, o monitoramento de metas e a articulação com as demais unidades administrativas.*"

Constatamos, em referência ao aspecto econômica, financeira e orçamentária, que os cargos de provimento em comissão DAS-301.10 já se encontram criados e distribuídos nos Anexos I e II, da Lei nº 10.144, de 10 de fevereiro de 2025, com suas respectivas atribuições e remunerações previstas no Anexo III da mesma norma, de modo que a alteração proposta não implica em criação de cargo e tampouco alteração do quantitativo já aprovado como também não aumenta despesas.

Considerando os aspectos abordados nos manifestamos favoravelmente ao processo, que após a tramitação legal, deva ser feito o encaminhamento para votação no Plenário.

É o parecer.

COMISSÃO DE JUSTIÇA (RELATOR)

Luiz Antonio...

COMISSÃO DE ECONOMIA (RELATOR)

Alencar

Alencar

Alencar

(Salete)

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (RELATOR)

Filipe

Filipe

1421, 18 de 25, 09h01



Neio Hoopes
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 013/2025-GABINETE DO PREFEITO

12 de junho de 2025.

Exmo. Sr.

Vereador JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE
DD. Presidente da Câmara Municipal de Belém
e demais Ilustres Vereadores

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Tenho a honra de me dirigir a Vv. Exas. para submeter à apreciação e aprovação dessa Augusta Casa, com fundamento na competência que me é conferida pelo inciso IV, do art. 94, da Lei Orgânica do Município de Belém - LOMB, o anexo projeto de lei, de minha própria autoria, que "**Altera os Anexos I e II, da Lei nº 10.144, de 10 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a organização de cargos de provimento em comissão, no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências**".

A proposição ora por mim apresentada tem o escopo de alterar o anexo I, da Lei nº 10.144, de 10 de fevereiro de 2025 para acrescentar no Nível – DAS – 301.10 a atribuição de gestão, de programação, execução, controle, supervisão de Secretarias Adjuntas, bem como, alterar o anexo II, da Lei nº 10.144, de 10 de fevereiro de 2025 para incluir nos cargos de provimento em comissão DAS – 301.10 a função de Secretário Adjunto, a fim de atender a uma demanda administrativa identificada ao longo dos últimos meses, decorrente da necessidade de apoio institucional direto aos Secretários Municipais.

Recebido
em 16/06/25
Gem



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

Os Secretários Adjuntos terão a atribuição de atuar diretamente no apoio à gestão administrativa e estratégica dos titulares das Secretarias Municipais, em caráter transversal e contínuo, acompanhando a execução de políticas públicas, o monitoramento de metas e a articulação com as demais unidades administrativas.

Importa ressaltar que os cargos de provimento em comissão DAS-301.10 já se encontram criados e distribuídos nos Anexos I e II, da Lei nº 10.144, de 10 de fevereiro de 2025, com suas respectivas atribuições e remunerações previstas no Anexo III da mesma norma, de modo que a alteração proposta não implica criação de cargo e tampouco alteração do quantitativo já aprovado por esta Casa Legislativa.

Reconheço e sei que posso contar com Vossas Excelências, que não medirão esforços para apreciar este projeto de lei tão importante para garantir a adequação da nova estrutura organizacional e atendimento à conveniência da Administração.

Demonstrados esses argumentos, que reputo imperiosos para que essa Casa de Leis possa apreciar a minha proposição, conto uma vez mais com o compromisso de todos os nobres Vereadores na defesa incessante do interesse público.

Por fim, solicito a Vv. Exas. urgência na apreciação do projeto de lei, com supedâneo no art. 77, da LOMB.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

Na certeza, pois, de que os dignos integrantes desse Egrégio Poder Legislativo acatarão a presente proposição, aproveito a oportunidade para renovar-lhes protestos de elevada consideração e distinguido apreço.

Palácio Antônio Lemos, 12 de junho de 2025.

IGOR WANDER CENTENO Assinado de forma digital por
NORMANDO:946607512 IGOR WANDER CENTENO
87 NORMANDO:94660751287
Dados: 2025.06.12 19:49:24 -03'00'

IGOR NORMANDO
Prefeito Municipal de Belém



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº _____, DE ____ DE _____ DE 2025

Altera os Anexos I e II, da Lei nº 10.144, de 10 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a organização de cargos de provimento em comissão, no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal de Belém estatui e eu, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os Anexos I e II, da Lei nº 10.144, de 10 de fevereiro de 2025, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos I e II desta lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Lemos, __, de _____, de 2025.

IGOR WANDER CENTENO Assinado de forma digital por IGOR
NORMANDO:9466075128 WANDER CENTENO
7 NORMANDO:94660751287
Dados: 2025.06.12 19:52:47 -03'00'

IGOR NORMANDO

Prefeito Municipal de Belém



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

(Anexo I à Lei nº 10.144, de 10 de fevereiro de 2025)

Composição do Quadro de Provimento em Comissão

Grupo Ocupacional: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR (DAS-200)

Categorias Funcionais:

Direção Superior (DAS-201)

Direção Superior (DAS-301)

Assessoramento Superior (DAS-202)

CATEGORIA FUNCIONAL: DIREÇÃO SUPERIOR - DAS. 201	
CLASSES/NÍVEIS:	DAS-201.7
	DAS-201.8
	DAS-201.9
	DAS-201.10



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

CATEGORIA FUNCIONAL: DIREÇÃO SUPERIOR - DAS. 301	
CLASSE/NÍVEL	DAS-301.10
CATEGORIA FUNCIONAL: ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS. 202	
CLASSES/NÍVEIS:	DAS-202.5
	DAS-202.6
	DAS-202.7
	DAS-202.8
	DAS-202.9

DIREÇÃO SUPERIOR (DAS-201/DAS-301)

Síntese das Atividades

Atividades de planejamento, direção, supervisão, coordenação e controle dos órgãos de linha do Poder Executivo Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

Atribuições

NÍVEL- DAS 201.7 – Os ocupantes de cargos desta Classe têm por atribuição atividades de gestão, de programação, execução, controle, supervisão de coordenações municipais e equivalentes, vinculados às Secretarias Municipais, autarquias e fundações.

NÍVEL- DAS 201.8 – Os ocupantes de cargos desta Classe têm por atribuição atividades de gestão, de programação, execução, controle, supervisão de unidades de diretoria municipais e equivalentes, vinculados às Secretarias Municipais, autarquias, empresas públicas e fundações.

NÍVEL- DAS 201.9 – Os ocupantes de cargos desta Classe têm por atribuição atividades de gestão, de programação, execução, controle, supervisão de unidades de superintendências, vinculados às Secretarias Municipais e fundações.

NÍVEL-DAS-201.10 - Os ocupantes de cargos desta Classe têm por atribuição atividades de gestão, de programação, execução, controle, supervisão de Secretarias Municipais, Chefe de Gabinete do Prefeito, Procurador-Geral do Município, Ouvidor-Geral, Controlador Geral, Coordenadores Gerais de Programa, Presidentes e equivalentes, vinculados às Secretarias Municipais, autarquias, empresas públicas e fundações.

NÍVEL – DAS – 301.10 – Os ocupantes de cargos desta Classe têm por atribuição atividades de gestão, de programação, execução, controle, supervisão de Secretarias Executivas municipais, Secretarias Adjuntas, Subprefeituras e equivalentes, vinculados às Secretarias Municipais, autarquias, empresas públicas e fundações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

Assessoramento de Nível Superior (DAS-202)

Síntese das Atividades

Atividade de assessoramento no que concerne ao planejamento, orientação, coordenação e controle do mais alto nível de hierarquia administrativa dos órgãos da PMB.

Atribuições

NÍVEL-DAS-202.5 - Os ocupantes dos cargos desta classe têm como atribuições atividades de assessoramento administrativo aos órgãos da Administração Municipal. Para este cargo é exigida formação de nível fundamental.

NÍVEL-DAS-202.6 - Os ocupantes dos cargos desta classe têm como atribuição, atividades de assessoramento de nível técnico aos órgãos da Administração Municipal. Para este cargo é exigida formação de nível médio.

NÍVEL - DAS-202.7 - Os ocupantes dos cargos desta classe têm como atribuição, atividades de assessoramento superior de nível técnico aos órgãos da Administração Municipal. Para este cargo é exigida formação de nível médio.

NÍVEL – DAS-202.8 – Os ocupantes dos cargos desta Classe têm como atribuição atividades de assessoramento de alto nível ao Chefe do Poder Executivo Municipal, Secretários Municipais ou equivalentes no órgão de lotação. Para este cargo é exigida formação de nível superior.

NÍVEL – DAS-202.9 – Os ocupantes dos cargos desta Classe têm como atribuição atividades de assessoramento de alto nível, assim como assessoramento de projetos estratégicos da Pasta, sendo diretamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

submetidos ao Chefe do Poder Executivo Municipal, Secretários Municipais ou equivalentes no órgão de lotação. Para este cargo é exigida formação de nível superior.

ANEXO II

(Anexo II à Lei nº 10.144, de 10 de fevereiro de 2025)

Cargos de Provimento em Comissão Criados

CHEFIA		
CÓDIGO	FUNÇÕES	QUANTIDADE
DAS – 201.10	Chefe de Gabinete do Prefeito	1
	Controlador Geral do Município	1
	Coordenador Geral de Programa	2
	Presidente	4
	Ouvidor Geral do Município	1
	Procurador-Geral do	1



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

	Município	
	Secretário Municipal	21
DAS - 201.9	Procurador-Chefe	5
	Superintendente	45
DAS – 201.8	Diretor	118
	Subprocurador Chefe	4
DAS – 201.7	Coordenador	203

CHEFIA		
CÓDIGO	FUNÇÕES	QUANTIDADE
DAS - 301.10	Secretário Executivo / Secretário Adjunto	55
	Procurador-Geral Adjunto	2
	Subprefeito	3



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

ASSESORAMENTO		
CÓDIGO	FUNÇÕES	QUANTIDADE
DAS – 202.9	Assessor V	56
DAS – 202.8	Assessor IV	284
DAS – 202.7	Assessor II	475
DAS – 202.6	Assessor II	645
DAS – 202.5	Assessor I	274

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO; ECONOMIA E FINANÇAS; COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA e ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

PROCESSO N.º 1422/2025

AUTOR: Prefeitura Municipal de Belém

ASSUNTO: Institui o Sistema de Segurança Pública de Belém (SISEB), e dá outras providências

PARECER CONJUNTO

Encaminhado a estas Comissões Permanentes de Justiça, Legislação e Redação de Leis; Economia e Finanças; Segurança Pública e Administração Projeto de Lei que "Institui o Sistema de Segurança Pública de Belém (SISEB), e dá outras providências", devendo estas Comissões opinarem sobre o aspecto constitucional, legal e regimental das proposições que tramitam nesta Casa de Leis, como também, sobre proposições que, direta ou indiretamente, alterem despesa ou receita do Município, respectivamente; receber, analisar, avaliar, opinar e encaminhar reclamações, consultas, denúncias e propor políticas capazes de dar suporte à segurança pública no Município de Belém e também o que se trata sobre a administração direta, indireta ou fundacional e a criação, modificação e extinção de secretaria ou autarquia municipal; criação, transformação, fusão, cisão, incorporação, privatização ou extinção de sociedade de economia mista, fundação ou empresa pública; conforme o estabelecido no art. 42 da Resolução nº 15, de 16 de Dezembro de 1992.

Analisando a técnica legislativa, constatamos que o projeto está em consonância com a Lei Complementar nº 95/88 que "Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona".

Quanto à constitucionalidade a matéria está amparada nos incisos I e II do art. 30 que afirma ser competência do município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Estando ainda a matéria amparada na Lei Orgânica do Município de Belém, nos arts. 75 I e III, e 94 VII quanto a iniciativa privativa do Executivo Municipal de apresentar matéria deste teor.

Art. 75. São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação, alteração e extinção de cargos e funções públicas da administração direta, autárquica e fundacional, ressalvada a competência do Legislativo Municipal;

III - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública, suas autarquias e fundações;

Art. 94. Compete ao Prefeito

VII - dispor sobre a estruturação, organização e funcionamento da administração municipal;

A proposta em questão conforme destaca em sua mensagem e no art. 1º tem o objetivo da "preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas, assegurando a segurança urbana, o

ordenamento da cidade, proteção do patrimônio público, as ações de defesa civil, a organização do transporte público, trânsito e mobilidade urbana, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção da paz e segurança comunitária e o alistamento militar obrigatório, por intermédio por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos que o compõem, garantindo a integridade e a segurança do cidadão, na forma da Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018", que "Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012".

Conforme consta no corpo do projeto, o Sistema de Segurança Pública de Belém, será composto de quatro órgãos de Deliberação Colegiada: Conselho Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Belém (CMSDS); Conselho de Mobilidade e Transporte do Município de Belém (COMOTRAN); Conselho de Gestores de Segurança, Ordem Pública, Mobilidade e Trânsito, Defesa Civil e Cultura da Paz (CONSGED); e Gabinete de Gestão Operacional Integrada (GGOI); três Órgãos de Natureza Especial: Ouvidoria do Sistema e Fundo Municipal de Segurança, Ordem Pública, Mobilidade e Trânsito, Defesa Civil e Cultura da Paz (FUMSEPOM); um Órgão Central do Sistema: Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Mobilidade de Belém (SEGBEL); três Unidades administrativas e operacionais diretamente subordinadas e integrantes da estrutura da SEGBEL: Secretaria Executiva de Operações Integradas (SEOPI); Secretaria Executiva de Trânsito, Mobilidade e Transporte (SETRAMOB); Secretaria Executiva de Cultura de Paz e Segurança Comunitária (SECPAZ); Pela Guarda Municipal de Belém - GMB, sob coordenação e supervisão da SEGBEL.

A função básica do Sistema de Segurança Pública de Belém, ora proposto neste projeto está definida no art. 2º da seguinte forma:

"

I - atuar na segurança urbana para proteger sua população, guarda e proteção dos parques, praças, jardins e demais logradouros públicos ou próprios municipais por meio da Guarda Municipal de Belém (GMB);

II- desenvolver ações preventivas, corretivas e repressivas, voltadas para o bom ordenamento da cidade e o uso adequado dos logradouros e espaços públicos e privados, visando o cumprimento da legislação de posturas, obras, saúde sanitária, higiene, meio ambiente, dentre outras;

III - atuar no planejamento, o provimento, a organização, o gerenciamento, e a exploração dos sistemas locais de transporte público, trânsito e mobilidade urbana, inclusive a delegação de serviços por via de concessão, permissão ou autorização;

IV - atuar para reduzir os riscos de desastres com a priorização de medidas de prevenção, e nos casos da ocorrência de desastres as ações devem ser voltadas para preparação, mitigação, recuperação de danos, e resposta;

V - planejar, coordenar e implementar políticas públicas voltadas para a promoção da paz, segurança comunitária e fortalecimento da cidadania;

VI - promover o alistamento militar unificado para o Exército, Marinha e Aeronáutica e demais serviços pertinentes à Lei do Serviço Militar Brasileiro, por meio da Junta do Serviço Militar (JSM). "

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Large handwritten signature in blue ink, possibly reading 'J. B. S.' or similar.

É interessante destacarmos alguns aspectos deste sistema a ser criado: como do **Conselho Municipal de Segurança Pública e Defesa Social e Belém**, disposto no art. 4º da proposta, *sendo um órgão colegiado de natureza consultiva, para propor e acompanhar as políticas públicas de prevenção, controle e repressão da violência, para valorização e defesa da vida humana, trabalhando de forma articulada e promovendo a participação social*. Suas competências estão dispostas no art. 5º, a composição em seu art. 6º, e observando que no inciso VIII, a Câmara Municipal de Belém fará parte deste importante conselho.

No art. 7º observa-se o Conselho de Mobilidade e Transporte do Município de Belém (COMOTRAN), que tem como objetivo promover a gestão democrática do Sistema Municipal de Mobilidade e Transporte, definindo composição, competências e demais atribuições.

No art. 18 defini o conselho de gestores de segurança, ordem pública, mobilidade e trânsito, defesa civil e cultura da paz, que "*órgão de natureza consultiva e deliberativa, tem por finalidade propor, debater, analisar e decidir ações de caráter técnico, administrativo, operacional, e de políticas públicas a serem priorizadas, planejadas e executadas pela SEGBEL, de forma isolada ou integrada, acompanhando e avaliando seus resultados*.", estabelece composição e outros que serão dispostos no regimento interno.

Em seu art. 19, fica instituído o Gabinete de Gestão Operacional Integrada (GGOI), sendo "*órgão de natureza consultiva e deliberativa, tem por finalidade propor, debater, analisar e aprovar ações estratégicas, táticas e operacionais integradas de segurança, ordem pública, trânsito, defesa civil e cultura da paz, a serem executadas pelos órgãos integrantes do SISEB, que poderá ter a participação das instituições de segurança pública da União e do Estado do Pará, acompanhando e avaliando seus resultados*."

No art. 20, esta sendo composta a Ouvidoria dotada de autonomia e independência no exercício de suas atribuições, vinculada administrativamente ao Gabinete do Secretário Municipal de Segurança, Ordem Pública e Mobilidade e tecnicamente ao CONSGED, tem como competência a interlocução entre o cidadão e a SEGBEL, com a finalidade e responsabilidade de receber, registrar, analisar, responder, encaminhar e monitorar reclamações, solicitações de providências, elogios, sugestões e denúncias, atuando na busca de soluções eficazes para as demandas apresentadas pela sociedade em geral ou inclusive por integrantes do próprio SISEB, tendo como prioridades, preservar os direitos dos usuários dos serviços públicos atinentes ao SISEB e evitar litígios contra a Administração Pública.

No art. 21, estrutura o Fundo Municipal de Segurança, Ordem Pública, Mobilidade e Trânsito, Defesa Civil e Cultura da Paz (FUMSEPOM), no art. 23, estabelece que a Guarda Municipal de Belém, terá também um papel significativo neste novo sistema.

Com referência aos aspectos financeiros e orçamentários, o Sistema de Segurança Pública de Belém, as despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, ficando o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, para o corrente exercício, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, créditos suplementares.

BV

16 de maio de 2014

16 de maio de 2014

PR

Tabiofury

PR

li

PR

Estabelece, como já foi dito acima, o Fundo Municipal, com o objetivo de garantir recursos para apoiar projetos, atividades e ações nas áreas de atuação do SISEB, observadas as diretrizes do Plano Municipal, e define que a gestão do Fundo caberá a SEGBEL.

No sentido de atualizar a legislação municipal em decorrência desta lei, o Prefeito Municipal propõe a revogação das leis 7.873, de 11 de março de 1998, que "Cria o Conselho de Transporte do Município de Belém, e dá outras providências", e a Lei 9.917, de 24 de julho de 2023, que "Cria o Conselho Municipal de Segurança Pública e Defesa Social – CMSPDS, e dá outras providências".

Quanto ao aspecto administrativo, a gestão visa organizar o sistema apresentando e atualizando o sistema a uma nova realidade administrativa sempre visando à integridade e a segurança do cidadão.

Quanto ao aspecto da segurança pública, toda a análise feita acima, definindo novo conselho, novas atribuições e novas delegações, visa a partir da vigência desta Lei, ter no Município de Belém, um Sistema Integrado de vários órgãos municipais, conforme se estabelece no art. 3º da proposta, com a responsabilidade *"da ordem pública, assegurando a segurança urbana, o ordenamento da cidade, proteção do patrimônio público, as ações de defesa civil, a organização do transporte público, trânsito e mobilidade urbana, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção da paz e segurança comunitária e o alistamento militar obrigatório, por intermédio por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos que o compõem, garantindo a integridade e a segurança do cidadão"*

Considerando os aspectos abordados nos manifestamos favoravelmente ao processo, que após a tramitação legal, deva ser feito o encaminhamento para votação no Plenário.

É o parecer.

COMISSÃO DE JUSTIÇA (RELATOR)

COMISSÃO DE ECONOMIA (RELATOR)

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO (RELATOR)

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA (RELATOR)

1422, 18.06.25, 14h01



Nome do Presidente
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 012/2025-GABINETE DO PREFEITO 12 de junho de 2025.

Exmo. Sr.
Vereador JOHN WAYNE
DD. Presidente da Câmara Municipal de Belém
e demais Ilustres Vereadores

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,**

Tenho a honra de me dirigir a Vv. Exas. para submeter à apreciação e aprovação dessa Augusta Casa, com fundamento na competência que me é conferida pelo inciso IV, do art. 94, da Lei Orgânica do Município de Belém - LOMB, o anexo projeto de lei, de minha própria autoria, que **"Institui o Sistema de Segurança Pública de Belém (SISEB), e dá outras providências"**.

A proposição ora por mim apresentada tem o escopo de instituir o Sistema de Segurança Pública de Belém (SISEB) que tem por missão institucional a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas, assegurando a segurança urbana, o ordenamento da cidade, proteção do patrimônio público, as ações de defesa civil, a organização do transporte público, trânsito e mobilidade urbana, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção da paz e segurança comunitária e o alistamento militar obrigatório, por intermédio por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos que o compõem, garantindo a integridade e a segurança do cidadão, na forma da Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018.

Integram o SISEB, conforme se propõe no art. 3º do projeto de lei:

I - Órgãos de Deliberação Colegiada:

Recebido em
16/06/25
Qeu



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

a) Conselho Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Belém (CMSDS);

b) Conselho de Mobilidade e Transporte do Município de Belém (COMOTRAN);

c) Conselho de Gestores de Segurança, Ordem Pública, Mobilidade e Trânsito, Defesa Civil e Cultura da Paz (CONSGED);

d) Gabinete de Gestão Operacional Integrada (GGOI);

II - Órgãos de Natureza Especial:

a) Ouvidoria do Sistema;

b) Fundo Municipal de Segurança, Ordem Pública, Mobilidade e Trânsito, Defesa Civil e Cultura da Paz (FUMSEPOM);

III - Órgão Central do Sistema: a) Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Mobilidade de Belém (SEGBEL);

IV – Unidade administrativas e operacionais diretamente subordinadas e integrantes da estrutura da SEGBEL:

a) Secretaria Executiva de Operações Integradas (SEOPI);

b) Secretaria Executiva de Trânsito, Mobilidade e Transporte (SETRAMOB);

c) Secretaria Executiva de Cultura de Paz e Segurança Comunitária (SECPAZ);

V – GMB, sob coordenação e supervisão da SEGBEL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

São funções básicas do SISEB, através dos órgãos que o compõem:

(i) atuar na segurança urbana para proteger sua população, guarda e proteção dos parques, praças, jardins e demais logradouros públicos ou próprios municipais por meio da Guarda Municipal de Belém (GMB); (ii) desenvolver ações preventivas, corretivas e repressivas, voltadas para o bom ordenamento da cidade e o uso adequado dos logradouros e espaços públicos e privados, visando o cumprimento da legislação de posturas, obras, saúde sanitária, higiene, meio ambiente, dentre outras; (iii) atuar no planejamento, o provimento, a organização, o gerenciamento, e a exploração dos sistemas locais de transporte público, trânsito e mobilidade urbana, inclusive a delegação de serviços por via de concessão, permissão ou autorização; (iv) atuar para reduzir os riscos de desastres com a priorização de medidas de prevenção, e nos casos da ocorrência de desastres as ações devem ser voltadas para preparação, mitigação, recuperação de danos, e resposta; (v) planejar, coordenar e implementar políticas públicas voltadas para a promoção da paz, segurança comunitária e fortalecimento da cidadania; e, (vi) promover o alistamento militar unificado para o Exército, Marinha e Aeronáutica e demais serviços pertinentes à Lei do Serviço Militar Brasileiro, por meio da Junta do Serviço Militar (JSM).

Reconheço e sei que posso contar com Vossas Excelências, que não medirão esforços para apreciar este projeto de lei tão importante para garantir a adequação da estrutura e regular funcionamento do Sistema de Segurança Pública de Belém.

Demonstrados esses argumentos, que reputo imperiosos para que essa Casa de Leis possa apreciar a minha proposição, conto uma vez mais com o compromisso de todos os nobres Vereadores na defesa incessante do interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

Por fim, solicito a Vv. Exas. urgência na apreciação do projeto de lei, com supedâneo no art. 77, da LOMB.

Na certeza, pois, de que os dignos integrantes desse Egrégio Poder Legislativo acatarão a presente proposição, aproveito a oportunidade para renovar-lhes protestos de elevada consideração e distinguido apreço.

Palácio Antônio Lemos, 12 de junho de 2025.

IGOR WANDER CENTENO
NORMANDO:94660751287

Assinado de forma digital por
IGOR WANDER CENTENO
NORMANDO:94660751287
Dados: 2025.06.12 19:46:19 -03'00'

IGOR NORMANDO
Prefeito Municipal de Belém



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº _____, DE ____ DE _____ DE 2025

Institui o Sistema de Segurança Pública de Belém (SISEB), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal de Belém estatui e eu, promulgo a seguinte Lei:

TÍTULO ÚNICO

DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE BELÉM

CAPÍTULO I

DA MISSÃO INSTITUCIONAL

Art. 1º Institui o Sistema de Segurança Pública de Belém (SISEB) que tem por missão institucional a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas, assegurando a segurança urbana, o ordenamento da cidade, proteção do patrimônio público, as ações de defesa civil, a organização do transporte público, trânsito e mobilidade urbana, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção da paz e segurança comunitária e o alistamento militar obrigatório, por intermédio por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos que o compõem, garantindo a integridade e a segurança do cidadão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO II

DAS FUNÇÕES BÁSICAS DO SISTEMA

Art. 2º São funções básicas do SISEB, através dos órgãos que o compõem:

- I** – atuar na segurança urbana para proteger sua população, guarda e proteção dos parques, praças, jardins e demais logradouros públicos ou próprios municipais por meio da Guarda Municipal de Belém (GMB);
- II** - desenvolver ações preventivas, corretivas e repressivas, voltadas para o bom ordenamento da cidade e o uso adequado dos logradouros e espaços públicos e privados, visando o cumprimento da legislação de posturas, obras, saúde sanitária, higiene, meio ambiente, dentre outras;
- III** - atuar no planejamento, o provimento, a organização, o gerenciamento, e a exploração dos sistemas locais de transporte público, trânsito e mobilidade urbana, inclusive a delegação de serviços por via de concessão, permissão ou autorização;
- IV** - atuar para reduzir os riscos de desastres com a priorização de medidas de prevenção, e nos casos da ocorrência de desastres as ações devem ser voltadas para preparação, mitigação, recuperação de danos, e resposta;
- V** - planejar, coordenar e implementar políticas públicas voltadas para a promoção da paz, segurança comunitária e fortalecimento da cidadania;
- VI** - promover o alistamento militar unificado para o Exército, Marinha e Aeronáutica e demais serviços pertinentes à Lei do Serviço Militar Brasileiro, por meio da Junta do Serviço Militar (JSM).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO BÁSICA DO SISTEMA

Art. 3º Integram o SISEB:

I - Órgãos de Deliberação Colegiada:

- a)** Conselho Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Belém (CMSDS);
- b)** Conselho de Mobilidade e Transporte do Município de Belém (COMOTRAN);
- c)** Conselho de Gestores de Segurança, Ordem Pública, Mobilidade e Trânsito, Defesa Civil e Cultura da Paz (CONSGED);
- d)** Gabinete de Gestão Operacional Integrada (GGOI);

II - Órgãos de Natureza Especial:

- a)** Ouvidoria do Sistema;
- b)** Fundo Municipal de Segurança, Ordem Pública, Mobilidade e Trânsito, Defesa Civil e Cultura da Paz (FUMSEPOM);

III - Órgão Central do Sistema:

- a)** Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Mobilidade de Belém (SEGBEL);

IV – Unidade administrativas e operacionais diretamente subordinadas e integrantes da estrutura da SEGBEL:

- a)** Secretaria Executiva de Operações Integradas (SEOPI);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

b) Secretaria Executiva de Trânsito, Mobilidade e Transporte (SETRAMOB);

c) Secretaria Executiva de Cultura de Paz e Segurança Comunitária (SECPAZ);

V – GMB, sob coordenação e supervisão da SEGBEL.

§1º É dever da GMB a observância de políticas públicas adotadas pelo SISEB, desde que não conflitem com a Lei nº 7.346, de 14 de outubro de 1986, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.769, de 27 de setembro de 2010, que dispõem sobre a criação da GMB, e dão outras providências.

§2º Os integrantes do SISEB atuarão nos limites de suas competências, de forma cooperativa, sistêmica e harmônica.

SEÇÃO I

DOS ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO COLEGIADA

SUBSEÇÃO I

**DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA
SOCIAL DE BELÉM**

Art. 4º O Conselho Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Belém (CMSDS), órgão colegiado de natureza consultiva, sugestiva, deliberativa e de acompanhamento social das atividades de segurança pública e defesa social, tem por finalidade, respeitando as demais instâncias decisórias e as normas da Administração Pública, formular, propor, acompanhar, estimular estratégias e diretrizes para as políticas públicas municipais de prevenção, controle e repressão da violência, para valorização e defesa da vida humana, trabalhando de forma articulada e promovendo a participação social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

Art. 5º Compete ao CMSDS:

I - propor diretrizes para as políticas de segurança pública e defesa social, com vistas à prevenção e à repressão da violência e da criminalidade, com base nos princípios, diretrizes, objetivos, estratégias, meios e instrumentos da Política Nacional de Segurança Pública e do Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social;

II - propor e estimular aos órgãos públicos e privados e entidades da sociedade civil organizada, à adoção de medidas de caráter operacional e social que contribuam para melhoria da qualidade de vida da população, visando prevenir e/ou minimizar situações de conflito social;

III - assessorar o Secretário Municipal de Segurança, Ordem Pública e Mobilidade de Belém na formulação da política e diretrizes relativas à manutenção da ordem e segurança pública do Município, bem como monitorar o desempenho dos órgãos e entidades integrantes do SISEB;

IV - fomentar a atuação coordenada e integrada do SISEB com outros órgãos ou entidades federais, de outros estados e de municípios envolvidos com as ações de prevenção, controle e combate à violência e criminalidade;

V - acompanhar a execução do planejamento estratégico do SISEB, zelando pela adequação dos seus objetivos, ações estratégicas, metas, prioridades, indicadores e formas de financiamento e gestão das políticas nele estabelecidos;

VI - acompanhar as condições de trabalho, a valorização e o respeito pela integridade física e moral dos profissionais integrantes dos órgãos e entidades do SISEB;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

VII - fomentar a criação de modelos de acompanhamento e avaliação do desempenho dos órgãos e entidades integrantes do SISEB, aferindo a sua eficiência, a sua integração e o grau de confiabilidade e aceitabilidade do órgão ou entidade pela população por ele atendida;

VIII - identificar demandas e sugerir prioridades estratégicas para ações integradas de segurança pública e defesa social, fomentando a realização de estudos sobre assuntos da área de competência ou de interesse da segurança pública que lhe forem submetidos, bem como sugerir a utilização de novas técnicas de atuação;

IX - analisar, por iniciativa própria ou em colaboração com outros órgãos e/ou entidades, questões relacionadas às ações de segurança pública e defesa social, bem como zelar pelo resultado célere na apuração das denúncias em tramitação nas corregedorias;

X - propor, estimular e divulgar audiências públicas, seminários, cursos, pesquisas, estudos e campanhas ligados à segurança pública e defesa social, bem como intercâmbio com outros conselhos similares visando o encaminhamento de reivindicações de interesse comum e a troca de experiências;

XI - apoiar atividades desenvolvidas por órgãos públicos de outras esferas e de organizações não governamentais, relativas à prevenção social, assistencial e educacional da violência, promovendo entendimentos com organizações e instituições congêneres;

XII - fomentar a articulação entre os órgãos e entidades que integram o SISEB e a sociedade civil;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

XIII - elaborar e aprovar o seu regimento interno.

Art. 6º O CMSDS será composto por:

I - 1 (um) representante da SEGBEL, que o presidirá;

II - 1 (um) representante da GMB;

III - 1 (um) representante da SEOPI/SEGBEL;

IV - 1 (um) representante da SETRAMOB/SEGBEL;

V - 1 (um) representante da SECPAZ/SEGBEL;

VI - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (SEMEC);

VII - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde (SESMA);

VIII - 1 (um) representante da Câmara Municipal de Belém;

IX - 1 (um) representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social;

X - 1 (um) representante da Polícia Civil do Estado do Pará;

XI - 1 (um) representante da Polícia Militar do Estado do Pará;

XII - 1 (um) representante do Corpo de Bombeiros do Estado do Pará;

XIII - 1 (um) representante da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Pará;

XIV - 1 (um) representante da Polícia Científica do Pará;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

XV - 1 (um) representante do Ministério Público do Estado do Pará;

XVI - 1 (um) representante da Defensoria Pública do Estado do Pará;

XVII - 1 (um) representante do Poder Judiciário do Estado do Pará;

XVIII - 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará;

XIX - 1 (um) representante de entidades de profissionais de segurança do Município;

XX - 1 (um) representante de entidade ou organização social cuja finalidade esteja relacionada com a segurança pública e defesa social;

XXI - 1 (um) representante para cada um dos oito distritos administrativos do Município de Belém, sendo eles: Mosqueiro – DAMOS; Entroncamento – DAENT; Outeiro – DAOUT; Sacramenta – DASAC; Belém – DABEL; Icoaraci – DAICO; Guamá – DAGUA; e Benguí – DABEN.

§1º Para cada membro titular com direito de voz e voto, deverá ser indicado um membro suplente, com os mesmos direitos e obrigações, que o substituirá no caso de ausência ou impedimento.

§2º Os representantes das entidades ou organizações referidas nos incisos XIX, XX e XXI deste artigo, serão escolhidos por meio de processo aberto a entidades da sociedade civil organizada, que manifestem interesse em participar do Conselho, conforme convocação pública e critérios objetivos definidos pelo Colegiado.

§3º Os mandatos eletivos dos membros referidos nos incisos XIX e XX deste artigo e a designação dos demais membros terão a duração de 2 (dois) anos, permitida apenas uma recondução ou reeleição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

§4º O Conselho terá sua organização, funcionamento e atribuições regulados em regimento interno por ele mesmo elaborado e homologado por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§5º A não indicação de representantes por qualquer um dos órgãos/entidades mencionadas neste artigo não afetará o regular funcionamento do Conselho, mas não poderão as vagas ser preenchidas por representantes de órgão/entidade diversa.

§6º As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas, a qualquer título, sendo, porém, consideradas como serviço público relevante, para todos os fins.

SUBSEÇÃO II

DO CONSELHO DE MOBILIDADE E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE BELÉM

Art. 7º O Conselho de Mobilidade e Transporte do Município de Belém (COMOTRAN), nos termos do art. 153, da Lei Orgânica do Município de Belém, tem como objetivo promover a gestão democrática do Sistema Municipal de Mobilidade e Transporte.

Parágrafo único. Como Sistema Municipal de Mobilidade e Transporte compreende-se:

- I** - transporte coletivo de passageiros;
- II** - as vias de circulação e o controle e organização do trânsito para a efetivação do transporte coletivo;
- III** - a estruturação operacional;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

IV - os mecanismos de regulamentação.

Art. 8º O COMOTRAN é um órgão colegiado que compõe o SISEB, por meio da SEGBEL, com os seguintes objetivos:

I - promover a participação da população e de seus segmentos sociais na gestão do sistema municipal de mobilidade e transporte;

II - orientar, cooperar e exercer a fiscalização nos programas, projetos, diretrizes e planos dos sistemas de mobilidade e transporte.

Art. 9º O COMOTRAN será obrigatoriamente ouvido, devendo opinar sobre:

I - orçamento anual para transporte público de passageiros da SEGBEL;

II – plano de circulação de transportes e suas diretrizes básicas, com planejamento integrado entre transporte, trânsito e sistema viário, objetivando melhorar a qualidade de vida dos cidadãos;

III - projetos de alteração significativa do Sistema Municipal de Mobilidade e Transporte;

IV - estudos tarifários e projetos alternativos de arrecadação;

V - programação de implementação dos projetos mobilidade e transporte.

Art. 10. Compete ao COMOTRAN:

I - definir critérios para atendimento de reivindicações dos munícipes nas áreas de mobilidade e transporte;

II - definir critérios para credenciamento (concessão) e acompanhamento da fiscalização popular dos serviços de mobilidade e transportes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

- III** - definir e acompanhar o programa de participação popular na administração do sistema municipal de mobilidade e transporte, dentro das diretrizes de participação definidas pela Administração Municipal;
- IV** - definir diretrizes para implementação do sistema de informação à população sobre o Sistema Municipal de Mobilidade e Transporte;
- V** - fiscalizar os atos da administração pública do Município de Belém nas áreas de mobilidade e transporte, realizados pela SEGBEL, e em particular:
- a)** atendimento às reclamações e reivindicações da população;
 - b)** operação de serviço de mobilidade e transporte coletivo;
 - c)** investimentos programados e novos planos;
 - d)** alteração no programa orçamentário;
- VI** - sugerir medidas que visem a expansão e o aperfeiçoamento do Sistema Municipal de Mobilidade e Transporte;
- VII** - atuar na formulação e controle de execução da política de mobilidade e transporte;
- VIII** - acompanhar o levantamento e a elaboração das planilhas de custos;
- IX** - opinar previamente sobre qualquer projeto, público ou privado, de interesse para a política de mobilidade e transporte;
- X** - estimular, opinar ou promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de mobilidade e transporte, de interesse para o desenvolvimento do sistema;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

XI - declarar perda de mandato de membros titulares ou suplentes, por faltas às reuniões do conselho, e outro motivos expressos no seu regimento interno;

XII - atuar, de forma permanente, como instrumento de defesa dos direitos do usuário;

XIII - exercer outras atribuições que lhes sejam pertinentes.

Art. 11. O COMOTRAN será composto paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil, designados pelo chefe do Poder Executivo do Municipal.

§1º O Conselho terá a seguinte composição:

I – Secretário Executivo da SETRAMOB/SEGBEL;

II – Diretor de Transporte da SEGBEL;

III – Diretor de Mobilidade da SEGBEL;

IV – Diretor de Trânsito da SEGBEL;

V – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDCON);

VI - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP);

VII – 1 (um) representante da GMB;

VIII – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana (SEZEL);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

- IX** - 1 (um) representante do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA;
- X** - 1 (um) representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belém (SETRANSBEL);
- XI** – 1 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Pará (STREPA);
- XII** – 1 (um) representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE);
- XIII** – 1 (um) representante da Associação Paraense das Pessoas com Deficiência (APPD);
- XIV** - 1 (um) representante da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES);
- XV** - 1 (um) representante da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Estado do Pará (FAAPA);
- XVI** - 1 (um) representante do Sindicato dos Taxistas de Belém do Pará (STABEPA);
- XVII** – 1 (um) representante da Federação dos Transportes Complementares;
- XVIII** – 1 (um) representante da Associação de Usuários do Transporte Público de Belém.
- §2º** A presidência do Conselho será exercida pelo titular da SEGBEL, que terá como substituto o titular da SETRAMOB/SEGBEL ou o Diretor de Trânsito ou Mobilidade da SETRAMOB/SEGBEL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

- §3º** Para cada membro titular com direito de voz e 1 (um) voto, deverá ser indicado um membro suplente, com os mesmos direitos e obrigações, que o substituirá no caso de ausência ou impedimento.
- §4º** Os representantes dos órgãos públicos serão indicados pelas autoridades administrativas respectivas.
- §5º** Os representantes das entidades da sociedade civil serão indicados pelos respectivos dirigentes de entidades as quais integram.
- §6º** Os membros do Conselho tomam posse na função na primeira reunião da qual participarem, sendo a investidura e assinatura do conselheiro na ata respectiva, como termo.
- §7º** Os membros do Conselho, definidos no §1º deste artigo, têm mandato de 02 (dois) anos a contar da primeira reunião do Conselho, admitindo-se apenas uma recondução consecutiva por mandato, não se aplicando a presente limitação aos que participam por integrarem os quadros de servidores da SEGBEL.
- §8º** Será sumariamente dispensado o membro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas, no período de 1 (um) semestre, a contar da data de instalação do Conselho.
- §9º** Os membros do Conselho, durante os seus respectivos mandatos, poderão ser substituídos mediante solicitação da autoridade e/ou dirigente do respectivo órgão ou entidade representante, que deverá ser encaminhada ao Presidente do Conselho.
- §10.** A não indicação de representantes por qualquer um dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

órgãos/entidades mencionadas neste artigo não afetará o regular funcionamento do Conselho, mas não poderão as vagas ser preenchidas por representantes de órgão/entidade diversa, salvo no caso de perda da representação.

§11. As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas, a qualquer título, sendo, porém, consideradas como serviço público relevante, para todos os fins.

Art. 12. Perderá a representação a instituição que:

- I - extinguir sua base territorial de atuação no Município de Belém; ou,
- II - não indicar representante após 03 (três) convocações, sendo a última convocação publicada no Diário Oficial do Município (DOM).

§1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, por decreto, a substituir a instituição que houver perdido a representação, observado o §2º deste artigo.

§2º A fim de assegurar a paridade e participação da sociedade civil, o Conselho manterá cadastro de entidades ligadas aos objetivos desta lei, que manifestem interesse de integrar o Conselho, servindo referido cadastro de habilitação, para escolha da instituição, por deliberação de maioria dos membros do Conselho.

Art. 13. O COMOTRAN reunir-se-á em local a ser indicado no ato de convocação emitido pelo Presidente, nas situações previstas nos incisos deste artigo, e somente poderá opinar em pauta com a presença da maioria simples de seus membros.

§1º A convocação ocorrerá somente por:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

I - convocação do Presidente do Conselho; ou,

II - a pedido de 1/3 (um terço) de seus conselheiros, em requerimento ao Presidente do Conselho, especificando o motivo da convocação.

§2º Poderão participar das reuniões do Conselho na qualidade de convidados, representantes de entidades ou movimentos populares, de entidades de trabalhadores e empresários e de técnicos do setor, desde que indicados pôr no mínimo 2 (dois) conselheiros.

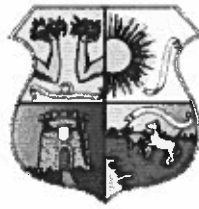
§3º Poderão participar das reuniões do Conselho na qualidade de convidados, representantes de entidades ou movimentos populares, de entidades de trabalhadores e empresários e de técnicos do setor, desde que indicado pôr no mínimo 2 (dois) conselheiros.

§4º Ao Presidente do Conselho compete dirigir as reuniões e garantir a secretaria delas.

Art. 14. A SEGBEL, por meio da SETRAMOB fornecerá ao COMOTRAN, sempre que solicitados, informações e dados operacionais, administrativas, financeiros e de investimentos relativos ao Sistema Municipal de Mobilidade e Transporte de Belém.

Parágrafo único. A SETRAMOB fica obrigada a garantir a divulgação pública das deliberações e informações solicitadas pelo Conselho, através de informativo próprio e outros instrumentos apropriados para prestar as informações que se fizeram necessárias.

Art. 15. Para a realização dos serviços de ordem burocrática atinentes ao COMOTRAN serão designados, por ato do titular da SEGBEL, servidores e infraestrutura administrativa que se fizerem necessários.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

Art. 16. O COMOTRAN atuará como órgão normativo, consultivo e deliberativo do Sistema Municipal de Mobilidade e Transporte, visando sempre trabalhar em cooperação com os demais órgãos com a mesma atribuição, em consonância com a legislação vigente.

Art. 17. O COMOTRAN elaborará seu regimento interno, no qual constarão seus grupos de trabalho, que será homologado por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

SUBSEÇÃO III

DO CONSELHO DE GESTORES DE SEGURANÇA, ORDEM PÚBLICA, MOBILIDADE E TRÂNSITO, DEFESA CIVIL E CULTURA DA PAZ

Art. 18. Ao Conselho de Gestores de Segurança, Ordem Pública, Mobilidade e Trânsito, Defesa Civil e Cultura da Paz (CONSGED), órgão de natureza consultiva e deliberativa, tem por finalidade propor, debater, analisar e decidir ações de caráter técnico, administrativo, operacional, e de políticas públicas a serem priorizadas, planejadas e executadas pela SEGBEL, de forma isolada ou integrada, acompanhando e avaliando seus resultados.

§1º O Conselho terá a seguinte composição:

- I -** Secretário Municipal de Segurança Pública, Ordem Pública e Mobilidade, que o presidirá;
- II -** Comandante da GMB;
- III -** Secretário Executivo de Operações Integradas da SEOPI/SEGBEL;
- IV -** Secretária Executivo de Trânsito, Mobilidade e Transporte da SETRAMOB/SEGBEL;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

V - Secretário Executivo de Cultura de Paz e Segurança Comunitária da SECPAZ/SEGBEL.

§2º A organização, o funcionamento, as atribuições e demais disposições do Conselho serão dispostos em regimento interno a ser aprovado por resolução do próprio Conselho, e homologado por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§3º As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas, a qualquer título, sendo, porém, consideradas como serviço público relevante, para todos os fins.

SUBSEÇÃO IV

DO GABINETE DE GESTÃO OPERACIONAL INTEGRADA

Art. 19. O Gabinete de Gestão Operacional Integrada (GGOI), órgão de natureza consultiva e deliberativa, tem por finalidade propor, debater, analisar e aprovar ações estratégicas, táticas e operacionais integradas de segurança, ordem pública, trânsito, defesa civil e cultura da paz, a serem executadas pelos órgãos integrantes do SISEB, que poderá ter a participação das instituições de segurança pública da União e do Estado do Pará, acompanhando e avaliando seus resultados.

§1º O GGOI é composto pelos dirigentes titulares da gestão operacional estratégica da GMB e das unidades operacionais que compõem a SEGBEL, sendo presidido pelo Secretário Executivo de Operações Integradas da SEGBEL, sob orientação e supervisão do Secretário de Segurança, Ordem Pública e Mobilidade de Belém, tendo como presidente substituto o Diretor de Operações Integradas da DIOPI/SEOPI/SEGBEL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

§2º Participam das reuniões do GGOI, por convocação da presidência, os titulares descritos no §1º deste artigo, com direito da voz e voto e, quando houver necessidade em razão da matéria abordada, servidores do órgão e unidades operacionais integrantes do SISEB na condição de convidados, e representantes de órgãos e entidades governamentais, não governamentais e sociedade civil organizada, quando o desenvolvimento das ações dos organismos que representam, impactarem nas atividades segurança, ordem pública, trânsito, defesa civil e cultura da paz, e somente com direito à voz.

§3º A organização, o funcionamento, as atribuições e demais disposições do GGOI serão dispostos em regimento interno a ser aprovado por resolução do próprio Gabinete e homologado por portaria do titular da SEGBEL.

SEÇÃO II

DOS ÓRGÃOS DE NATUREZA ESPECIAL

SUBSEÇÃO I

DA OUVIDORIA DO SISTEMA

Art. 20. A Ouvidoria do SISEB, dotada de autonomia e independência no exercício de suas atribuições, vinculada administrativamente ao Gabinete do Secretário Municipal de Segurança, Ordem Pública e Mobilidade e tecnicamente ao CONSGED, tem como competência a interlocução entre o cidadão e a SEGBEL, com a finalidade e responsabilidade de receber, registrar, analisar, responder, encaminhar e monitorar reclamações, solicitações de providências, elogios, sugestões e denúncias, atuando na busca de soluções eficazes para as demandas apresentadas pela sociedade em geral ou inclusive por integrantes do próprio SISEB, tendo como



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

prioridades, preservar os direitos dos usuários dos serviços públicos atinentes ao SISEB e evitar litígios contra a Administração Pública.

Parágrafo único. A competência, a organização, o funcionamento, as atribuições e demais disposições da Ouvidoria serão estabelecidas em regimento interno a ser aprovado pelo CONSGED e homologado por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

SUBSEÇÃO II

DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, ORDEM PÚBLICA, MOBILIDADE E TRÂNSITO, DEFESA CIVIL E CULTURA DA PAZ

Art. 21. O Fundo Municipal de Segurança, Ordem Pública, Mobilidade e Trânsito, Defesa Civil e Cultura da Paz (FUMSEPOM), fundo especial de natureza contábil, tem por objetivo garantir recursos para apoiar projetos, atividades e ações nas áreas de atuação do SISEB, observadas as diretrizes do Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social e será regulamentado por lei específica.

Parágrafo único. A gestão do Fundo caberá à SEGBEL.

SEÇÃO III

DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA

Art. 22. A Secretaria de Segurança, Ordem Pública e Mobilidade de Belém (SEGBEL) é o órgão central do SISEB cuja atuação está voltada para a observância e o cumprimento de sua missão institucional e das funções previstas nos art. 2º, desta lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

SEÇÃO IV

DO ÓRGÃO SOB COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO

Art. 23. A Guarda Municipal de Belém (GMB), órgão da administração direta municipal, criado por lei própria, com autonomia administrativa e financeira, integra o SISEB, sob coordenação e supervisão da SEGBEL, no que tange aos aspectos técnicos e operacionais, nas ações de segurança pública e de políticas públicas.

CAPÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 24. São instrumentos básicos de atuação e funcionamento do SISEB, dentre outros, os planejamentos estratégicos e operacionais, os planos anuais de trabalho, diretrizes operacionais, ordens de serviços, resoluções e os orçamentos anuais da SEGBEL e da GMB.

Parágrafo único. Os instrumentos mencionados no caput deste artigo devem ser compatíveis com o Plano Nacional de Segurança Pública, Plano Plurianual do Município de Belém, Plano Nacional de Direitos Humanos, Plano de Mobilidade Urbana de Belém e o Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Belém.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. A organização, o funcionamento, o detalhamento das competências, as atribuições e demais disposições relativas aos integrantes do SISEB serão regulamentados por ato do Chefe do Poder Executivo no Município de Belém,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

sem implicação em aumento de despesa.

Art. 26. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, ficando o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, para o corrente exercício, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, créditos suplementares.

Art. 27. Ficam revogadas:

I - Lei nº 7.873, de 11 de março de 1998;

II - Lei nº 9.917, de 24 de julho de 2023.

Art. 28. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Lemos, __, de _____, de 2025.

IGOR WANDER CENTENO Assinado de forma digital por IGOR
NORMANDO:946607512 WANDER CENTENO
87 NORMANDO:94660751287
Dados: 2025.06.12 19:44:59 -03'00'

IGOR NORMANDO

Prefeito Municipal de Belém

Aprovado o Parecer Unanimidade

Em Sessão de 24 / 06 / 2025

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO, ECONOMIA E FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EMPREENDEDORISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.

PROCESSO N.º. 1508/2025

AUTOR: Prefeitura Municipal de Belém

ASSUNTO: Institui o Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol (Fundo Ver-o-Sol), em substituição ao Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol, instituído pela Lei Complementar nº 01, de 20 de outubro de 1997, e dá outras providências

PARECER CONJUNTO

Encaminhado a estas Comissões Permanentes de Justiça, Legislação e Redação de Leis; Economia Finanças, Administração Pública e Empreendedorismos, desenvolvimento Econômico e social, Projeto de Lei que "Institui o Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol (Fundo Ver-o-Sol), em substituição ao Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol, instituído pela Lei Complementar nº 01, de 20 de outubro de 1997, e dá outras providências, devendo estas Comissões opinarem sobre o aspecto constitucional, legal e regimental das proposições que tramitam nesta Casa de Leis, como também, sobre proposições que, direta ou indiretamente, alterem despesa ou receita do Município, respectivamente; e também o que se trata sobre a administração direta, indireta ou fundacional e a criação, modificação e extinção de secretaria ou autarquia municipal; criação, transformação, fusão, cisão, incorporação, privatização ou extinção de sociedade de economia mista, fundação ou empresa pública e, todas as proposições e matérias a respeito de programas de incentivo e fomento ao empreendedorismo, conforme o estabelecido no art. 42 da Resolução nº 15, de 16 de Dezembro de 1992.

O Chefe do Poder Executivo municipal afirma que a Lei Complementar nº 01, de 20 de outubro de 1997, que instituiu o Fundo Ver-o-Sol, já conta com mais de duas décadas, "mostra-se necessário proceder a uma revisão normativa abrangente, a fim de adequar o modelo de governança, os critérios de concessão de crédito, a estrutura administrativa e as fontes de receita às diretrizes atuais da gestão pública e às exigências da legislação vigente". Então, atualizar a disciplina normativa aplicável ao Fundo Ver-o-Sol, o qual é instrumento essencial à execução da política municipal de fomento ao desenvolvimento econômico sustentável, com geração de emprego e renda, especialmente para os segmentos mais vulneráveis da população.

A proposta objetiva, conforme descreve em sua mensagem "preservar as finalidades originárias do Fundo Ver-o-Sol, mas amplia suas possibilidades de atuação, incorporando inovações, tais como modernização das fontes de receita e ampliação dos objetivos, inclusive com possibilidade de ações integradas. Importa destacar que a proposta não representa ampliação de despesas, tampouco criação de novos cargos ou encargos ao erário, mas sim reestruturação normativa de um instrumento preexistente, com foco na racionalização, regularidade jurídica e eficiência operacional, em consonância com os princípios da administração pública."

Handwritten signature
Bianca Fagundes

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature



Quanto à constitucionalidade a matéria está amparada nos incisos I e II do art. 30 que afirma ser competência do município legislar sobre assuntos de interesse local e complementar a legislação federal e a estadual no que couber;

II - complementar a legislação federal e a estadual no que couber:

III - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública, suas autarquias e fundações;

VII - *dispor sobre a estruturação, organização e funcionamento da administração municipal;*

III - o financiamento de microempresas e empresas de pequeno porte;

5/13/2013



✓

h.



~~23~~



✓

- IV - a realização de ações de capacitação profissional, treinamento gerencial e assistência técnica a empreendedores econômicos;
- V a formação e qualificação de mão de obra, com atenção especial à preparação de jovens para o ingresso no mercado de trabalho;
- VI - a prestação de aval em operações destinadas à geração de emprego e renda;
- VII - a realização de investimentos em obras de infraestrutura e serviços voltados à geração de emprego e renda, que beneficiem microprodutores urbanos e rurais, artesãos, pequenos prestadores de serviços, feirantes, locatários de feiras e mercados municipais, trabalhadores do setor informal e demais segmentos da economia popular de Belém;
- VIII - o custeio de ações complementares de apoio social voltadas aos microprodutores, artesãos, pequenos prestadores de serviços, feirantes, locatários de feiras e mercados, bem como trabalhadores do setor informal, especialmente por meio da aquisição de insumos de primeira necessidade, materiais de uso pessoal ou familiar, e outros itens que contribuam para sua subsistência, dignidade, bem-estar e permanência em atividades produtivas;
- IX - a implementação de medidas emergenciais ou estruturadas de apoio financeiro, alimentar, material ou de inclusão produtiva direcionadas a pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de promover sua subsistência, dignidade, reinserção produtiva e acesso a oportunidades econômicas;
- X - o custeio de ações complementares em conformidade com as políticas públicas municipais estabelecidas no âmbito do Fundo Ver-o-Sol

No art. 4º do projeto o autor relaciona as receitas que farão o Fundo Ver-o-Sol alcançar seus objetivos, a saber:

- I - 1% (um por cento) da arrecadação da quota-parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, deduzida a contribuição do Município para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -FUNDEB;
- II - 0,64% (sessenta e quatro décimos por cento) da arrecadação da quota-parte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, deduzida a contribuição do Município ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;
- III - dotação específica consignada anualmente no orçamento municipal destinada ao Fundo Ver-o-Sol;
- IV - os créditos suplementares, especiais e extraordinários que lhe forem destinados;
- V - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

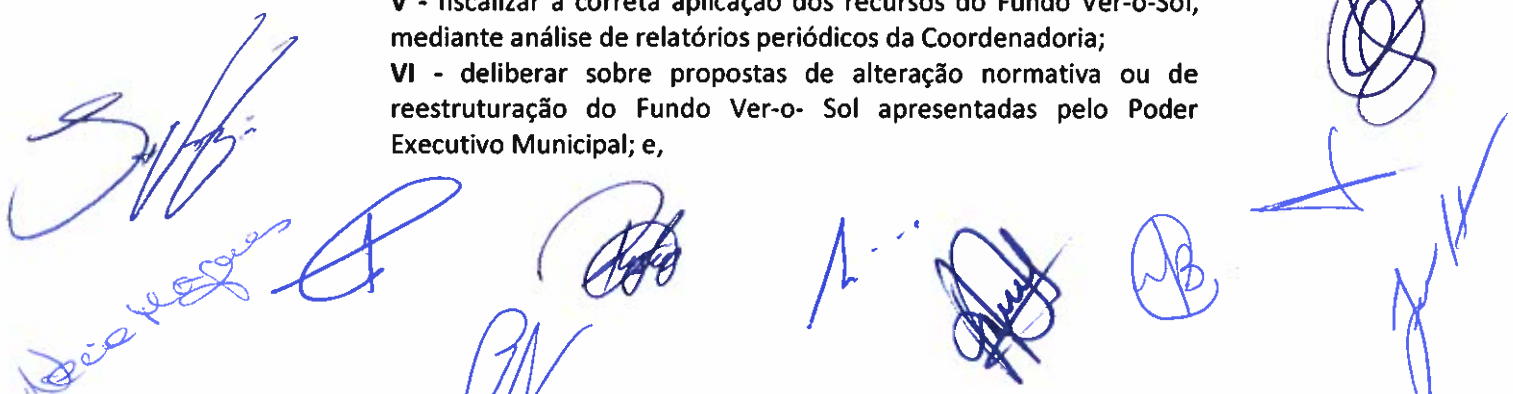
Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

- VI - doações em espécie ou sob a forma de títulos de aplicação financeira destinadas diretamente ao Fundo Ver-o-Sol;
- VII - repasses provenientes de instituições estaduais, federais e entidades financiadoras nacionais e estrangeiras;
- VIII - repasses financeiros provenientes de convênios e afins, firmados com órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- IX - retorno dos valores financiados no âmbito do Fundo Ver-o-Sol;
- X - rendimentos e juros decorrentes de aplicações financeiras dos recursos vinculados ao Fundo Ver-o-Sol;
- XI - os saldos de aplicações financeiras dos recursos alocados no Fundo Ver-o-Sol;
- XII - o saldo financeiro apurado ao final de cada exercício;
- XIII - outras receitas que lhe forem destinadas, excetuadas aquelas provenientes de impostos de competência da entidade governamental instituidora.

Percebemos ainda a preocupação do autor em deixar especificado os requisitos para se poder se beneficiar do Fundo Ver-o-Sol, disposto no art. 6º, que são: quando se tratar de pessoa física, o beneficiário deverá comprovar residência e domicílio no Município de Belém por, no mínimo, 1 (um) ano; quando se tratar de pessoa jurídica, seus titulares deverão comprovar residência e domicílio no Município de Belém por, no mínimo, 1 (um) ano; todos os pedidos de financiamento estarão sujeitos à pesquisa cadastral, cabendo ao Coordenador do Fundo Ver-o-Sol deliberar sobre a aprovação nos casos em que forem identificadas restrições; será admitida a concessão de novo financiamento apenas após a quitação mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do valor anteriormente contratado, hipótese em que será dispensada nova análise cadastral; assinatura de termo de responsabilidade e comprometimento com a destinação produtiva dos recursos; e não possuir débitos pendentes junto ao Fundo Ver-o-Sol, salvo renegociação formalizada.

Consta ainda na proposição em seu art. 10, que o Conselho Gestor do Fundo Ver-o-Sol, órgão colegiado e permanente da administração pública municipal, de natureza consultiva, deliberativa e fiscalizadora, vinculado ao Gabinete do Prefeito, será responsável pela gestão do Fundo Ver-o-Sol, que será composto por 5 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes, na qual deverá:

- I – estabelecer diretrizes e critérios de alocação dos recursos do Fundo Ver-o-Sol, observado o disposto nesta lei;
- II – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do Fundo Ver-o-Sol;
- III – deliberar sobre as contas do Fundo Ver-o-Sol;
- IV - avaliar os resultados e propor medidas de aperfeiçoamento das ações financiadas com recursos do Fundo Ver-o-Sol;
- V - fiscalizar a correta aplicação dos recursos do Fundo Ver-o-Sol, mediante análise de relatórios periódicos da Coordenadoria;
- VI - deliberar sobre propostas de alteração normativa ou de reestruturação do Fundo Ver-o-Sol apresentadas pelo Poder Executivo Municipal; e,





ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

VII – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao Fundo Ver-o-Sol, nas matérias de sua competência.

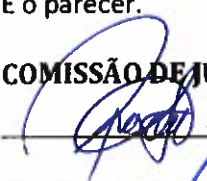
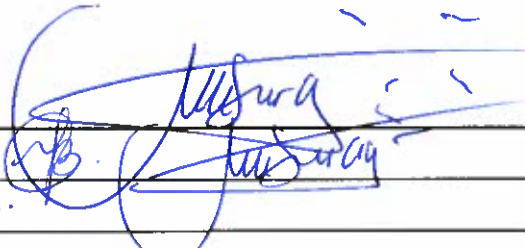
A proposta ainda define em seu art. 13 a coordenadoria do Fundo Ver-o-Sol que é responsável pela execução da política geral de administração do Fundo, sob orientação e fiscalização do Conselho Gestor do Fundo Ver-o-Sol e do Gabinete do Prefeito, cabendo a realização das atribuições técnicas, administrativas e financeiras e compete ao coordenador do Fundo a gestão administrativa e financeira da coordenadoria geral.

Para a realização das despesas iniciais a Prefeitura Municipal solicita a abertura de crédito adicional especial, no ano de instituição do Fundo Ver-o-Sol, até que haja seu regular planejamento, com créditos orçamentários prévios, podendo-se efetuar a abertura de créditos adicionais suplementares e /ou especiais, na forma da legislação, definido em seu art. 16.

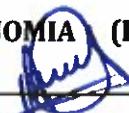
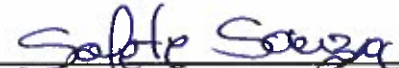


Considerando os aspectos abordados nos manifestamos favoravelmente ao processo, que após a tramitação legal, deva ser feito o encaminhamento para votação no Plenário.

É o parecer.

COMISSÃO DE JUSTIÇA (RELATOR)

COMISSÃO DE ECONOMIA (RELATOR)

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO (RELATOR)

COMISSÃO DE EMPREENDEDORISMO (RELATOR)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 014/2025-GABINETE DO PREFEITO

17 de junho de 2025.

Exmo. Sr.

Vereador JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE

**DD. Presidente da Câmara Municipal de Belém
e demais Ilustres Vereadores**

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,**

Tenho a honra de me dirigir a Vv. Exas. para submeter à apreciação e aprovação dessa Augusta Casa, com fundamento na competência que me é conferida pelo inciso IV, do art. 94, da Lei Orgânica do Município de Belém (LOMB), o anexo projeto de lei complementar, de minha própria autoria, que **“Institui o Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol (Fundo Ver-o-Sol), em substituição ao Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol, instituído pela Lei Complementar nº 01, de 20 de outubro de 1997, e dá outras providências”**.

A proposição ora por mim apresentada tem o escopo de atualizar a disciplina normativa aplicável ao Fundo Ver-o-Sol, o qual é instrumento essencial à execução da política municipal de fomento ao desenvolvimento econômico sustentável, com geração de emprego e renda, especialmente para os segmentos mais vulneráveis da população.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

A Lei Complementar nº 01, de 20 de outubro de 1997, que instituiu o Fundo Vero-Sol, já conta com mais de duas décadas, mostra-se necessário proceder a uma revisão normativa abrangente, a fim de adequar o modelo de governança, os critérios de concessão de crédito, a estrutura administrativa e as fontes de receita às diretrizes atuais da gestão pública e às exigências da legislação vigente.

A proposta visa preservar as finalidades originárias do Fundo Ver-o-Sol, mas amplia suas possibilidades de atuação, incorporando inovações, tais como modernização das fontes de receita e ampliação dos objetivos, inclusive com possibilidade de ações integradas. Importa destacar que a proposta não representa ampliação de despesas, tampouco criação de novos cargos ou encargos ao erário, mas sim reestruturação normativa de um instrumento preexistente, com foco na racionalização, regularidade jurídica e eficiência operacional, em consonância com os princípios da administração pública.

Por fim, a revogação integral da Lei Complementar nº 01, de 20 de outubro de 1997 é medida necessária para evitar sobreposição de normas, dispersão legislativa e insegurança jurídica na aplicação da política pública correspondente.

Reconheço e sei que posso contar com Vossas Excelências, que não medirão esforços para apreciar este projeto de lei complementar tão importante para a política municipal de fomento ao desenvolvimento econômico sustentável, com geração de emprego e renda.

Demonstrados esses argumentos, que reputo imperiosos para que essa Casa de Leis possa apreciar a minha proposição, conto uma vez mais com



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

o compromisso de todos os nobres Vereadores na defesa incessante do interesse público.

Por fim, solicito a Vv. Exas. urgência na apreciação do projeto de lei complementar, com supedâneo no art. 77, da LOMB.

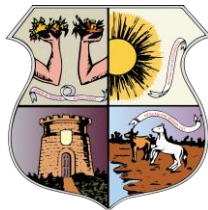
Na certeza, pois, de que os dignos integrantes desse Egrégio Poder Legislativo acatarão a presente proposição, aproveito a oportunidade para renovar-lhes protestos de elevada consideração e distinguido apreço.

Palácio Antônio Lemos, 17 de junho de 2025.

IGOR WANDER CENTENO
NORMANDO:9466075128
7

Assinado de forma digital por
IGOR WANDER CENTENO
NORMANDO:94660751287
Dados: 2025.06.17 15:50:12
-03'00'

IGOR NORMANDO
Prefeito Municipal de Belém



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2025.

Institui o Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol (Fundo Ver-o-Sol), em substituição ao Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol, instituído pela Lei Complementar nº 01, de 20 de outubro de 1997, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Belém, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal de Belém estatui e eu, promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol (Fundo Ver-o-Sol), no Gabinete do Prefeito, em substituição ao Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol, instituído pela Lei Complementar nº 01, de 20 de outubro de 1997.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

Art. 2º O Fundo Ver-o-Sol, instrumento de natureza contábil-financeira, por meio da destinação de recursos para execução das ações e serviços sociais, terá como finalidade a geração de emprego e renda no Município de Belém, bem como atendimento e apoio técnico e financeiro à política municipal de desenvolvimento econômico sustentável.

Art. 3º A aplicação dos recursos do Fundo Ver-o-Sol obedecerá à finalidade a que se destina, contemplando:

- I** - o financiamento de microprodutores urbanos e rurais, artesãos, pequenos prestadores de serviços, feirantes, locatários de mercados e trabalhadores do setor informal;
- II** - a concessão de crédito a cooperativas e outras formas associativas de produção ou trabalho;
- III** - o financiamento de microempresas e empresas de pequeno porte;
- IV** - a realização de ações de capacitação profissional, treinamento gerencial e assistência técnica a empreendedores econômicos;
- V** a formação e qualificação de mão de obra, com atenção especial à preparação de jovens para o ingresso no mercado de trabalho;
- VI** - a prestação de aval em operações destinadas à geração de emprego e renda;
- VII** - a realização de investimentos em obras de infraestrutura e serviços voltados à geração de emprego e renda, que beneficiem microprodutores urbanos e rurais, artesãos, pequenos prestadores de serviços, feirantes, locatários de feiras e mercados municipais, trabalhadores do setor informal e demais segmentos da economia popular de Belém;
- VIII** - o custeio de ações complementares de apoio social voltadas aos



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

microprodutores, artesãos, pequenos prestadores de serviços, feirantes, locatários de feiras e mercados, bem como trabalhadores do setor informal, especialmente por meio da aquisição de insumos de primeira necessidade, materiais de uso pessoal ou familiar, e outros itens que contribuam para sua subsistência, dignidade, bem-estar e permanência em atividades produtivas;

IX - a implementação de medidas emergenciais ou estruturadas de apoio financeiro, alimentar, material ou de inclusão produtiva direcionadas a pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de promover sua subsistência, dignidade, reinserção produtiva e acesso a oportunidades econômicas;

X - o custeio de ações complementares em conformidade com as políticas públicas municipais estabelecidas no âmbito do Fundo Ver-o-Sol.

CAPÍTULO II

DAS FONTES DE RECEITAS DO FUNDO VER-O-SOL

Art. 4º Constituem receitas do Fundo Ver-o-Sol:

I - 1% (um por cento) da arrecadação da quota-parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, deduzida a contribuição do Município para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -FUNDEB;

II - 0,64% (sessenta e quatro décimos por cento) da arrecadação da quota-parte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, deduzida a contribuição do Município ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

Profissionais da Educação - FUNDEB;

III - dotação específica consignada anualmente no orçamento municipal destinada ao Fundo Ver-o-Sol;

IV - os créditos suplementares, especiais e extraordinários que lhe forem destinados;

V - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

VI - doações em espécie ou sob a forma de títulos de aplicação financeira destinadas diretamente ao Fundo Ver-o-Sol;

VII - repasses provenientes de instituições estaduais, federais e entidades financiadoras nacionais e estrangeiras;

VIII - repasses financeiros provenientes de convênios e afins, firmados com órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

IX - retorno dos valores financiados no âmbito do Fundo Ver-o-Sol;

X - rendimentos e juros decorrentes de aplicações financeiras dos recursos vinculados ao Fundo Ver-o-Sol;

XI - os saldos de aplicações financeiras dos recursos alocados no Fundo Ver-o-Sol;

XII - o saldo financeiro apurado ao final de cada exercício;

XIII - outras receitas que lhe forem destinadas, excetuadas aquelas provenientes de impostos de competência da entidade governamental instituidora.

§1º O saldo financeiro do Fundo Ver-o-Sol, apurado através do balanço anual geral, será transferido automaticamente à conta deste Fundo para utilização no exercício seguinte.

§2º Os recursos financeiros destinados ao Fundo Ver-o-Sol serão



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

depositados, obrigatoriamente, em conta específica e mantida em instituição financeira oficial.

§3º A conta referida no parágrafo anterior será provisionada pelo Tesouro Municipal, conforme os seguintes prazos, relativamente aos valores da arrecadação vinculada ao Fundo Ver-o-Sol:

- I** - até o vigésimo (20º) dia de cada mês, em relação aos recursos arrecadados entre o primeiro e o décimo dia;
- II** - até o trigésimo (30º) dia do mês, em relação aos recursos arrecadados entre o décimo primeiro e o vigésimo dia;
- III** - até o décimo (10º) dia do mês subsequente, em relação aos recursos arrecadados entre o vigésimo primeiro dia e o último dia do mês.

§4º Os saldos financeiros do Fundo Ver-o-Sol apurados ao final de cada exercício poderão ser transferidos para o exercício seguinte, a fim de garantir a continuidade das ações e programas vinculados às suas finalidades, observada a legislação orçamentária vigente.

Art. 5º Fica instituído o Fundo de Aval, constituído de até 10% (dez por cento) da receita do Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol – Fundo Ver-o-Sol, com a finalidade de garantir a execução de projetos apresentados por pessoas físicas que não disponham de avalista para obtenção de financiamento.

CAPÍTULO III

DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS

Art. 6º A concessão dos benefícios do Fundo Ver-o-Sol observará, obrigatoriamente, os seguintes requisitos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

- I** - quando se tratar de pessoa física, o beneficiário deverá comprovar residência e domicílio no Município de Belém por, no mínimo, 1 (um) ano;
- II** - quando se tratar de pessoa jurídica, seus titulares deverão comprovar residência e domicílio no Município de Belém por, no mínimo, 1 (um) ano;
- III** - todos os pedidos de financiamento estarão sujeitos à pesquisa cadastral, cabendo ao Coordenador do Fundo Ver-o-Sol deliberar sobre a aprovação nos casos em que forem identificadas restrições;
- IV** - será admitida a concessão de novo financiamento apenas após a quitação mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do valor anteriormente contratado, hipótese em que será dispensada nova análise cadastral;
- V** - assinatura de termo de responsabilidade e comprometimento com a destinação produtiva dos recursos; e
- VI** - não possuir débitos pendentes junto ao Fundo Ver-o-Sol, salvo renegociação formalizada.

Art. 7º O valor dos financiamentos obedecerá aos seguintes limites:

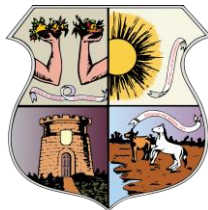
- I** - até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para pessoa física; e
- II** - até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para pessoa jurídica.

§1º Os financiamentos poderão ser objeto de parcelamento, conforme critérios definidos em norma interna do Fundo Ver-o-Sol.

§2º O não pagamento dos financiamentos concedidos nos prazos pactuados sujeitará o devedor:

- I** - à inscrição do débito em dívida ativa municipal, para fins de cobrança administrativa ou judicial, nos termos da legislação vigente;
- II** - à inclusão em cadastros de inadimplentes, tais como o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e Serviço de Assessoria S.A. (SERASA), independente de inscrição prévia em dívida ativa.

§3º Os financiamentos concedidos pelo Fundo Ver-o-Sol serão destinados



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

exclusivamente a pessoas físicas individualmente consideradas ou a pessoas jurídicas regularmente inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), sendo vedada a concessão de crédito a grupos informais, coletivos de pessoas ou agrupamentos não formalmente constituídos como pessoa jurídica.

Art. 8º Será dispensada a apresentação de avalista para os seguintes beneficiários:

- I** - inscritos em programas assistenciais de complementação de renda municipais, estaduais ou federais;
- II** - feirantes ou trabalhadores do setor informal regularmente cadastrados na Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN);
- III** – egressos do sistema penal;
- IV** – jovens oriundos de programas de primeiro emprego;
- V** – pessoas com mais de quarenta e cinco anos em situação de risco social;
- VI** – mulheres em situação de risco social; e
- VII** – jovens até vinte e cinco anos, em situação de risco social.

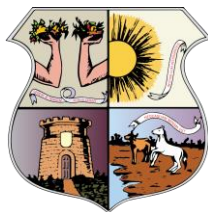
Parágrafo único. A dispensa do avalista dependerá de indicação por organização social representativa.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO VER-O-SOL

Seção I

Da Estrutura Organizacional do Fundo Ver-O-Sol



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

Art. 9º A estrutura organizacional básica do Fundo Ver-o-Sol será constituída de:

I - Conselho Gestor do Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol (Conselho Gestor do Fundo Ver-o-Sol); e,

II - Coordenadoria.

§1º Regimento interno disporá sobre estruturação, organização e funcionamento, denominações, atribuições, distribuições e redistribuição da estrutura organizacional básica e complementar, sem implicação de aumento de despesa.

§2º O Fundo Ver-o-Sol é subordinado e vinculado ao Gabinete do Prefeito, o qual deverá prestar o apoio técnico e administrativo necessário à gestão do Fundo.

Seção II

Do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol

Art. 10. O Conselho Gestor do Fundo Ver-o-Sol, órgão colegiado e permanente da administração pública municipal, de natureza consultiva, deliberativa e fiscalizadora, vinculado ao Gabinete do Prefeito, será responsável pela gestão do Fundo Ver-o-Sol.

§1º O Conselho será composto por 5 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes, indicados e designados pelo Prefeito, de acordo com a seguinte composição:

I - 1 (um) representante do Gabinete do Prefeito;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

II- 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP);

III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN);

IV - 1 (um) representante da Procuradoria-Geral do Município de Belém (PGM);

V – 1 (um) representante da sociedade civil.

§2º Os conselheiros serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§3º O Presidente do Conselho e o Vice-Presidente serão escolhidos por votação entre seus pares.

Art. 11. Compete ao Conselho Gestor do Fundo Ver-o-Sol:

I – estabelecer diretrizes e critérios de alocação dos recursos do Fundo Ver-o-Sol, observado o disposto nesta lei;

II – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do Fundo Ver-o-Sol;

III – deliberar sobre as contas do Fundo Ver-o-Sol;

IV - avaliar os resultados e propor medidas de aperfeiçoamento das ações financiadas com recursos do Fundo Ver-o-Sol;

V - fiscalizar a correta aplicação dos recursos do Fundo Ver-o-Sol, mediante análise de relatórios periódicos da Coordenadoria;

VI - deliberar sobre propostas de alteração normativa ou de reestruturação do Fundo Ver-o- Sol apresentadas pelo Poder Executivo Municipal; e,

VII – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao Fundo Ver- o-Sol, nas matérias de sua competência.

Art. 12. O Gabinete do Prefeito, por meio da Coordenadoria do Fundo Ver-o-Sol, garantirá os meios técnicos, administrativos e financeiros necessários ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

funcionamento do Conselho Gestor do Fundo Ver-o-Sol.

Seção III

Da Coordenadoria do Fundo Ver-o-Sol

Art. 13. A Coordenadoria do Fundo Ver-o-Sol é responsável pela execução da política geral de administração do Fundo, sob orientação e fiscalização do Conselho Gestor do Fundo Ver-o-Sol e do Gabinete do Prefeito, cabendo a realização das atribuições técnicas, administrativas e financeiras.

Parágrafo único. O Coordenador do Fundo Ver-o-Sol é a autoridade competente para a gestão administrativa e financeira da Coordenadoria Geral, cabendo-lhe o ordenamento das despesas relativas às ações, programas e projetos vinculados ao Fundo Ver-o-Sol.

Art. 14. A Coordenadoria do Fundo Ver-o-Sol será organizada internamente por:

- I** - Coordenadoria Geral;
- II** - Gerência de Crédito; e
- III** - Gerência Administrativa-Financeira.

§1º Compete à Coordenadoria Geral planejar, supervisionar e coordenar as atividades do Fundo Ver-o-Sol, bem como articular as ações interinstitucionais necessárias à sua execução, além de competência para:

- I** - submeter ao Conselho as propostas relacionadas ao Fundo Ver-o-Sol, por ocasião da elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA);
- II** - implementar as políticas de aplicação dos recursos do Fundo Ver-o-Sol,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

previamente aprovadas pelo Conselho;

III - ordenar a execução orçamentária e o pagamento das despesas vinculadas ao Fundo Ver-o-Sol;

IV - submeter, anualmente, ao Conselho, o inventário de bens móveis e imóveis, o balanço patrimonial e a prestação de contas anual do Fundo Ver-o-Sol;

V - celebrar convênios e contratos, inclusive os relativos a operações de crédito, referentes a recursos administrados pelo Fundo Ver-o-Sol;

VII - delegar competências no âmbito de sua atuação, mediante ato formal, respeitados os limites legais; e

VIII - estruturar administrativamente a Coordenadoria do Fundo Ver-o-Sol, definindo sua organização interna, com a finalidade de assegurar o pleno funcionamento técnico e operacional do órgão, por meio, inclusive, da realização de licitações e contratações necessárias à execução de suas atividades, sem prejuízo do apoio técnico-operacional do Gabinete do Prefeito, nos termos da legislação vigente.

§2º Compete à Gerência de Crédito analisar, instruir e acompanhar as propostas de financiamento, bem como realizar o monitoramento e controle dos contratos de empréstimo firmados no âmbito do Fundo Ver-o-Sol.

§3º Compete à Gerência Administrativa-Financeira executar as atividades orçamentárias, financeiras, patrimoniais e de apoio administrativo necessárias à gestão do Fundo Ver-o-Sol.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. O Fundo Ver-o-Sol poderá firmar termos de fomento, termos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

colaboração ou acordos de cooperação com organizações da sociedade civil, conforme disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com o objetivo de implementar ações, programas ou projetos compatíveis com suas finalidades institucionais.

§1º A celebração dos instrumentos de parceria observará a legislação federal aplicável, bem como as normas municipais específicas.

§2º Os projetos apoiados deverão estar alinhados com os objetivos do Fundo Ver-o-Sol, podendo abranger, entre outros, ações de capacitação profissional, assistência técnica, incentivo à economia solidária, apoio a públicos em situação de vulnerabilidade e promoção de inclusão produtiva.

Art. 16. Fica autorizado a abertura de crédito adicional especial, no ano de instituição do Fundo Ver-o-Sol, até que haja seu regular planejamento, com créditos orçamentários prévios, podendo-se efetuar a abertura de créditos adicionais suplementares e /ou especiais, na forma da legislação, para a realização das despesas.

Art. 17. O Poder Executivo Municipal está autorizado a regulamentar esta lei, no que couber.

Art. 18. Fica revogada a Lei Complementar nº 01, de 20 de outubro de 1997.

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Lemos, _____de _____de 2025.

IGOR WANDER
CENTENO

NORMANDO:9466075
1287

Assinado de forma digital por
IGOR WANDER CENTENO
NORMANDO:94660751287
Dados: 2025.06.17 15:50:59
-03'00'

IGOR NORMANDO

Prefeito Municipal de Belém

**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO,
ECONOMIA E FINANÇAS E SAÚDE**

PROCESSO N.º. 1509/25

AUTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

ASSUNTO: Altera a Lei nº 9.988, de 19 de dezembro de 2023, para dispor sobre a fonte exclusiva de custeio do incentivo/abono salarial denominado "Parcela Extra", e dá outras providências.

PARECER CONJUNTO

Encaminhado a estas Comissões Permanentes de Justiça, Legislação e Redação de Leis, Economia e Finanças e Saúde; Projeto de Lei que **"Altera a Lei nº 9.988, de 19 de dezembro de 2023, para dispor sobre a fonte exclusiva de custeio do incentivo/abono salarial denominado "Parcela Extra", e dá outras providências"**, devendo estas Comissões opinarem sobre o aspecto constitucional, legal e regimental das proposições que tramitam nesta Casa de Leis, como também, sobre proposições referentes à matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem despesa ou receita do Município e acarretem responsabilidade para o erário municipal, conforme estabelece o art. 42 do Regimento Interno.

Na mensagem encaminhada, pelo Chefe do Poder Executivo afirma que a finalidade do projeto é de promover alteração ao artigo 2º da Lei Municipal nº 9.988, de 19 de dezembro de 2023, que "Institui o incentivo / abono salarial anual denominado "Parcela Extra" aos Agentes Comunitários de Saúde, Agentes de Combate às Endemias, e dá outras providências", a fim de retirar a possibilidade de complementação do pagamento da "Parcela Extra" com recursos próprios do Município, *"estabelecendo de forma clara e objetiva que as despesas decorrentes da referida lei deverão ser exclusivamente custeadas com recursos oriundos da União, repassados ao Município de Belém nos termos das normas federais aplicáveis"*, conforme destaca em sua Mensagem.

Ressalta-se que a "Parcela Extra" também referida na Mensagem nº 015/25, *"tem natureza de incentivo adicional anual direcionado aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE), sendo sua natureza jurídica é de verba eventual e condicionada à efetiva transferência de recursos federais, conforme disciplinado no âmbito federal, notadamente pelo art. 9º-D da Lei Federal nº 11.350/2006"*, que **"Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências"** e pelas Portarias do Ministério da Saúde, como a Portaria GM/MS nº 3.317/2022, que Fixa o valor do incentivo financeiro federal de custeio referente aos Agentes Comunitários de Saúde.

[Assinaturas]

A Lei nº 9.988/2023, em sua redação original, no art. 2º, dispõe que as despesas do incentivo seriam com recursos da União, mas permitia, excepcionalmente, a complementação por meio de recursos próprios do Município.

A alteração proposta visa, reforçar a vinculação específica desses recursos, eliminando qualquer margem para a utilização de verbas municipais.

Observa-se como ponto fundamental que com esta mudança o pagamento da "Parcela Extra" exclusivamente por repasses federais, "**garante segurança jurídica à Administração Pública, além de preservar os princípios da legalidade orçamentária, da responsabilidade fiscal e da separação das fontes de custeio. A proposta de vedar a complementação com recursos próprios municipais está em consonância com o princípio da especialidade da receita e despesa, que exige que os recursos públicos sejam aplicados nas finalidades para as quais foram vinculados.**"

Destaca a proposta a preocupação de evitar que com a previsão de complementação com recursos próprios do erário municipal, "*ainda que excepcional, introduz risco de comprometimento do equilíbrio fiscal, sobretudo diante da natureza continuada do benefício e da imprevisibilidade dos repasses federais, ademais, essa possibilidade contraria o espírito da legislação federal, que previu a "Parcela Extra" como instrumento de valorização dos agentes vinculada à política nacional de atenção básica, não impondo ônus adicional aos entes subnacionais.*"

Desta forma, observando os aspectos elencados, constatamos que o projeto está em consonância com a Lei Complementar nº 95/88 que "Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis", conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelecem normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Quanto à constitucionalidade a matéria está amparada nos incisos I e II do art. 30 que afirma ser competência do município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber assim como a iniciativa de tal proposição encontra salvaguarda no que prevê o artigo 75, e pelo art. 94 IV, da Lei Orgânica do Município de Belém.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Art. 75. São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação, alteração e extinção de cargos e funções públicas da administração direta,

RW
US
Wesley Henrique
h'



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

autárquica e fundacional, ressalvada a competência do Legislativo Municipal;

II - servidores públicos, seu regime jurídico e plano de cargos;

III - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública, suas autarquias e fundações;

IV - o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais; e

V - matéria tributária, abertura de crédito, fixação dos serviços públicos e aumento das despesas públicas

Art. 94. Compete ao Prefeito:

I -

II -

III -

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei;

Considerando os aspectos abordados nos manifestamos favoravelmente ao processo, que após a tramitação legal, deva ser feito o encaminhamento para deliberação no Plenário.

É o parecer!

COMISSÃO DE JUSTIÇA (RELATOR)

COMISSÃO DE ECONOMIA (RELATOR)

COMISSÃO DE SAÚDE (RELATOR)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 015/2025-GABINETE DO PREFEITO

18 de junho de 2025.

Exmo. Sr.

Vereador JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE

**DD. Presidente da Câmara Municipal de Belém
e demais Ilustres Vereadores**

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,**

Tenho a honra de me dirigir a Vv. Exas. com fundamento na competência outorgada pelo art. 94, incs. IV e Art. 75, inciso II da Lei Orgânica, para submeter-lhes à avaliação e aprovação o anexo Projeto de Lei que **“Altera a Lei nº 9.988, de 19 de dezembro de 2023, para dispor sobre a fonte exclusiva de custeio do incentivo/abono salarial denominado "Parcela Extra", e dá outras providências”**.

O presente Projeto de Lei tem por finalidade promover alteração no artigo 2º da Lei Municipal nº 9.988, de 19 de dezembro de 2023, a fim de retirar a possibilidade de complementação do pagamento da "Parcela Extra" com recursos próprios do Município, estabelecendo de forma clara e objetiva que as despesas decorrentes da referida lei deverão ser exclusivamente custeadas com recursos oriundos da União, repassados ao Município de Belém nos termos das normas federais aplicáveis.

A "Parcela Extra" instituída pela Lei nº 9.988/2023 tem natureza de incentivo adicional anual direcionado aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

e Agentes de Combate às Endemias (ACE). Sua natureza jurídica é de verba eventual e condicionada à efetiva transferência de recursos federais, conforme disciplinado no âmbito federal, notadamente pelo art. 9º-D da Lei Federal nº 11.350/2006 e pelas Portarias do Ministério da Saúde, como a Portaria GM/MS nº 3.317/2022.

A Lei nº 9.988/2023, em sua redação original, no Art. 2º, dispõe que as despesas do incentivo seriam com recursos da União, mas permitia, excepcionalmente, a complementação por meio de recursos próprios do Município. A alteração proposta por este Projeto de Lei visa, portanto, reforçar a vinculação específica desses recursos, eliminando qualquer margem para a utilização de verbas municipais.

A vinculação do pagamento da "Parcela Extra" exclusivamente aos repasses federais, garante segurança jurídica à Administração Pública, além de preservar os princípios da legalidade orçamentária, da responsabilidade fiscal e da separação das fontes de custeio. A proposta de vedar a complementação com recursos próprios municipais está em consonância com o princípio da especialidade da receita e despesa, que exige que os recursos públicos sejam aplicados nas finalidades para as quais foram vinculados.

A previsão de complementação com recursos próprios do erário municipal, ainda que excepcional, introduz risco de comprometimento do equilíbrio fiscal, sobretudo diante da natureza continuada do benefício e da imprevisibilidade dos repasses federais. Ademais, essa possibilidade contraria o espírito da legislação federal, que previu a "Parcela Extra" como instrumento de valorização dos agentes vinculada à política nacional de atenção básica, não impondo ônus adicional aos entes subnacionais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO

A medida não implica em redução de direitos adquiridos, mas sim na adequação da fonte de custeio de um benefício já existente, reforçando a natureza do incentivo como dependente de repasse federal. A proposta se alinha, portanto, aos princípios da legalidade, da eficiência e da responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Dessa forma, a presente proposição visa ajustar a legislação municipal à normatividade federal e às boas práticas de gestão orçamentária e fiscal, deixando expresso que a concessão da "Parcela Extra" somente ocorrerá quando houver repasse específico da União, afastando qualquer interpretação que permita sua concessão mediante recursos do Tesouro Municipal.

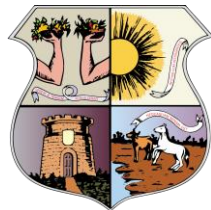
Certo, pois, de haver cumprido com o meu dever e na expectativa de poder contar com o decisivo apoio de Vv. Exas. na aprovação da proposição, aproveito o ensejo para renovar-lhes protestos de apreço e respeito.

Palácio Antônio Lemos, 18 de junho de 2025.

IGOR WANDER CENTENO
NORMANDO:946607512
87

Assinado de forma digital por IGOR
WANDER CENTENO
NORMANDO:94660751287
Dados: 2025.06.18 16:27:34 -03'00'

IGOR NORMANDO
Prefeito Municipal de Belém



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº _____, DE ____ DE _____ DE 2025.

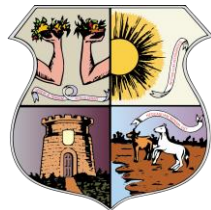
Altera a Lei nº 9.988, de 19 de dezembro de 2023, para dispor sobre a fonte exclusiva de custeio do incentivo/abono salarial denominado "Parcela Extra", e dá outras providências.

O PREFEITO DE BELÉM:

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.988, de 19 de dezembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei serão custeadas exclusivamente com recursos da União, efetivamente transferidos ao Município, conforme os instrumentos normativos editados pelo Ministério da Saúde, referentes ao incentivo adicional aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias. Parágrafo único. Fica vedada a utilização de recursos próprios do Município de Belém para complementação, pagamento ou qualquer forma de custeio da 'Parcela Extra'. **(NR)**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Lemos, __, de _____, de 2025.

IGOR WANDER
CENTENO

NORMANDO:946607512
87

Assinado de forma digital por
IGOR WANDER CENTENO
NORMANDO:94660751287
Dados: 2025.06.18 16:28:27
-03'00'

IGOR NORMANDO

Prefeito Municipal de Belém